



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

RODOLPHO RODRIGUES DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: OUTRAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE AMERICANA-SP**

CAMPINAS

2025

RODOLPHO RODRIGUES DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: OUTRAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE AMERICANA-SP**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador. Prof. Dra. Aline Vieira de Carvalho

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO RODOLPHO
RODRIGUES DA SILVA E ORIENTADA
PELA PROF. DRA. ALINE VIEIRA DE
CARVALHO.

**CAMPINAS
2025**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Biblioteca
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Paulo Roberto
de Oliveira - CRB 8/6272

Si38e Silva, Rodolpho Rodrigues da, 1988-
Ensino de história local : outras perspectivas para o ensino de história do
Município de Americana-SP / Rodolpho Rodrigues da Silva. – Campinas, SP
: [s.n.], 2025.

Orientador: Aline Vieira de Carvalho.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ensino de história. 2. História local. 3. Regionalismo - História. 4.
Sequência didática. 5. História - Americana. I. Carvalho, Aline Vieira de,
1981-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: Local history education : Other perspectives on teaching the history
of the Municipality of Americana, São Paulo

Palavras-chave em inglês:

History education

Local history

Regionalism - History

Didactic sequence

Americana - History

Área de concentração: Ensino de História

Titulação: Mestre em Ensino de História

Banca examinadora:

Aline Vieira de Carvalho [Orientador]

Aldair Carlos Rodrigues

Fernanda Luiza Teixeira Lima Haddad

Data de defesa: 27-02-2025

Programa de Pós-Graduação: Ensino de História

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS: 4. Educação de qualidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0002-8847-9353>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1791364822829129>

Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho

Prof. Dr. Aldair Carlos Rodrigues

Profa. Dra. Fernanda Luiza Teixeira Lima Haddad

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos meus pais, Elias e Elisabete,
pilares fundamentais da minha formação
como indivíduo e cidadão.

AGRADECIMENTOS

Após toda a trajetória — da vida até os caminhos que conduziram à construção desta dissertação — este instante se revela como uma dádiva. Em meio à pressa do mundo contemporâneo, muitas vezes postergamos a gratidão. Por isso, faço deste um momento de contemplação para reconhecer, com reverência e afeto, tudo e todos que contribuíram para que esta caminhada fosse possível.

Agradeço, em primeiro lugar, à professora Aline Vieira de Carvalho, orientadora e coordenadora do ProfHistória/UNICAMP, pelo incentivo, pelas aulas, pelo apoio à participação em eventos acadêmicos e pelos valiosos apontamentos no II Congresso do ProfHistória.

Ao professor Rui Luis Rodrigues, pelas aulas eruditas de História Moderna, que ampliaram minhas perspectivas e seguem presentes em minha prática docente.

À professora Cristina Meneguello, pela dedicação ao ProfHistória, pelas contribuições no campo da Educação Patrimonial e do Ensino de História, pelo carinho, pela presença no II Congresso (UERJ, 2022) e pelo apoio fundamental durante a qualificação desta dissertação.

Ao professor Arnaldo Pinto Junior, pelas ótimas aulas de Ensino de História, pela leveza no ensino, pela disponibilidade para esclarecer dúvidas e pelas contribuições valiosas, especialmente na preparação para o XIII Encontro Nacional e durante a qualificação desta pesquisa.

Agradeço ao professor Aldair Carlos Rodrigues, pelas contribuições ao Ensino de História da África, pela condução profissional do ProfHistória e pelos valiosos apontamentos durante a defesa desta dissertação. À professora Fernanda Luiza Teixeira Lima Haddad (UFMG), meu agradecimento pela generosidade intelectual, pela leitura atenta e pelas contribuições fundamentais apresentadas na banca de defesa.

Aos professores Rodrigo Camargo de Godoi e Filipe Noé da Silva (UDESC), agradeço por aceitarem prontamente a suplência da defesa desta dissertação.

Agradeço à Secretaria Acadêmica, especialmente a Eliana Sumi, pelo acompanhamento atento durante o processo de matrícula, e à Sonia Bia Miranda, pela agilidade nas questões administrativas. Estendo meu agradecimento a todos os funcionários da UNICAMP, cujo trabalho torna possível o funcionamento da universidade.

Agradeço ao ProfHistória nacional pela promoção da formação continuada de docentes e pelo incentivo ao debate e à prática acadêmica desde 2013. Destaco também a oportunidade de participar dos Congressos Nacionais do ProfHistória (UERJ e UFPA), momentos ricos de trocas com colegas de todo o Brasil, que enriqueceram minha pesquisa e aprendizado.

Aos colegas da turma de 2022 do mestrado, agradeço pelo companheirismo, pelas trocas e pelo apoio ao longo de toda a trajetória. As contribuições de cada um foram fundamentais não apenas nas discussões intelectuais, mas também pela amizade e solidariedade compartilhadas durante esse percurso.

Agradeço aos professores e colegas da graduação em História da PUC-Campinas (2009-2012) pelos conhecimentos essenciais para minha formação. Um agradecimento especial ao Caio Vinicius Detoni, cuja amizade perdura além da faculdade, ao Filipe Noé da Silva, pela amizade e apoio contínuo à minha trajetória acadêmica, e aos colegas Patrick Felix e Francisco Brito Vaz pela amizade e companheirismo.

Agradeço à gestão da E.E. Maria José de Mattos Gobbo pelo apoio e contribuição à realização deste mestrado. Serei eternamente grato pelo que fizeram por mim.

Agradeço aos colegas professores, especialmente àqueles que, com respeito mútuo, contribuíram para meu aprendizado e desenvolvimento profissional, e a todos os estudantes que tive o prazer de lecionar desde 2013.

À minha família, por me fornecer os elementos necessários para que eu pudesse ir além. Agradeço aos meus pais, Elias Rodrigues da Silva e Maria Elisabete Fascina Rodrigues da Silva, que sempre se esforçaram para suprir as necessidades de seus filhos, por me moldarem como ser humano e por fazerem da educação um pilar fundamental da minha formação. Aos meus pais, também devo a existência dos meus irmãos. Ao Rodrigo, por me apresentar tantas coisas que fizeram diferença na minha vida — culturalmente, nas companhias e jogos do Palestra, musicalmente e, sobretudo, o gosto pela História. Ao Raphael, por me mostrar o que é maestria, na dedicação e competência em tudo o que faz. Agradeço aos dois pelas conversas sobre política, música, esportes e tantas outras coisas, além das risadas e zoeiras que sempre compartilhamos. Parafraseando Abel Ferreira: Todos Somos Um!

Agradeço imensamente à minha namorada, futura noiva e futura esposa, Nathália Nemésio, que ainda não sabe quem sou sem uma tarefa dessa magnitude para realizar — afinal, o início do mestrado e do nosso namoro coincidiram. Só tenho a agradecer por 2022 ter trazido o melhor da vida. Obrigado por compreender, apoiar e estar ao meu lado

em todos os momentos. Que possamos, juntos, passar adiante todos esses valores construídos conjuntamente. Te amo!

Ao Cauã, agradeço pelo companheirismo e por sempre perguntar: “Tá acabando?”, para que, junto com a sua mãe, pudéssemos planejar a próxima aventura.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Terra Alheia
A terra vermelha pisa em quem sobrevive nela,
Escurece o massapê,
Destruindo o canavial,
Dia após dias.

Apaga o sol Ademir que pousa nos ombros Cangaceiros
e reia no mar de bumas.

A rocha não forjada por Abelardo,
Negros, pardos, quase brancos
Moldam o barro vermelho embebido
Por lágrimas e suor vitalino.

E no ato de transformar matéria,
Moldam-se pelo subjugado.

Os não moldados posam para Portinari,
Pisam a terra,
Feçam seu corpo e refratam o olhar enigmático.

Poema de Luiz Solrak Lima extraído do documentário *Legião Estrangeira* (2025).

RESUMO

Esta dissertação investiga a importância do ensino da história local e regional no contexto educacional brasileiro, com ênfase nas implicações e desafios de sua implementação a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Parte-se da premissa de que, quando abordada de forma crítica, a história local pode ampliar a compreensão das dinâmicas de poder, cultura e sociedade, conectando os estudantes à realidade de seus contextos imediatos.

Inspirada na Escola dos Annales e nas reflexões de Marc Bloch, a pesquisa discute a transição da historiografia tradicional — centrada em grandes eventos e personagens — para uma abordagem mais inclusiva, que valoriza os processos históricos em nível municipal e os atores sociais antes marginalizados. Nesse sentido, evidencia-se a ausência da história local na BNCC e a dificuldade de sua articulação com as dinâmicas históricas nacionais e internacionais.

O estudo também aponta a limitação dos materiais disponíveis sobre a história local, frequentemente restritos a narrativas elaboradas por escritores autodidatas que reproduzem visões elitizadas e celebratórias. Para enfrentar essas limitações, a dissertação propõe novas perspectivas pedagógicas, tomando como estudo de caso a cidade de Americana. Entre as propostas, destacam-se a análise crítica das narrativas existentes, a utilização de múltiplas fontes — como fotografias, textos, símbolos, resultados de pesquisas em Inteligências Artificiais (IA) — e a valorização de abordagens que incluam os grupos subalternizados e suas contribuições para a formação histórica da cidade e da região.

O trabalho, assim, busca fomentar uma aprendizagem histórica mais crítica, dinâmica e integrada, promovendo a reflexão sobre as transformações sociais, econômicas e culturais que moldaram os municípios, ao mesmo tempo em que contribui para uma formação cidadã mais consciente e engajada.

Palavras-Chave: Ensino de História; História Local; Regionalismo - História; Sequência Didática; História - Americana.

ABSTRACT

This dissertation investigates the significance of teaching local and regional history within the Brazilian educational context, with a particular focus on the implications and challenges of its implementation based on the guidelines established by the National Common Curricular Base (BNCC). It operates on the premise that, when approached critically, local history can deepen students' understanding of power dynamics, culture, and society by connecting them to the realities of their immediate contexts.

Drawing inspiration from the Annales School and the reflections of Marc Bloch, this research explores the historiographical shift from a traditional narrative — centered on major events and prominent figures — toward a more inclusive approach that values historical processes at the municipal level and highlights social actors who have historically been marginalized. In this regard, the study underscores the absence of local history within the BNCC and the challenges involved in articulating it with broader national and international historical dynamics.

The study also points to the limited availability of scholarly material on local history, which is often confined to narratives produced by self-taught authors and tends to reproduce elitist and celebratory perspectives. In response to these limitations, the dissertation proposes new pedagogical approaches, using the city of Americana as a case study. Among the proposed strategies are critical analyses of existing narratives, the incorporation of diverse sources — such as photographs, texts, symbols, and findings from Artificial Intelligence (AI) research — and an emphasis on approaches that include subaltern groups and their contributions to the historical development of the city and the region.

This work thus seeks to foster a more critical, dynamic, and integrated approach to historical learning, encouraging reflection on the social, economic, and cultural transformations that have shaped municipalities, while also contributing to a more conscious and engaged form of civic education.

Keywords: History Education; Local History; Regionalism – History; Didactic Sequence; Americana – History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	16
1.1 Desafios no Ensino de História Local e Regional: Perspectivas para a Aprendizagem 16	
1.2 Outras perspectivas para o ensino de história local e regional	20
1.3 História Local e Regional: Perspectivas Conceituais e o Recorte Espacial de Americana	25
CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA DE AMERICANA: CONSTRUÇÃO, FUNDAMENTO E IDENTIDADE NO SÉCULO XX	32
2.1 A construção historiográfica de Americana no século XX	32
2.2 A Fundação de Americana: Uma Análise do Debate	61
2.3 As concepções presentes nas obras: uma análise.....	72
2.4 Reflexos da história Autodidata na Formação da Identidade Municipal	92
Oficialização de datas Comemorativas.....	93
Símbolos Oficiais: Bandeiras, Brasões e Hino	94
Monumentos e Patrimonialização.....	106
Roteiros Turísticos e Pedagógicos “Projeto raízes”	110
Novas Publicações, mesmas histórias	115
Resumo Histórico no site da prefeitura e internet.....	117
Tradição em Análise.....	120
CAPÍTULO 3 - CAPRENDIZAGEM POR MEIO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA	124
3.1 Proposta de sequência didática: Documentos em análise: a história de Americana sob outras perspectivas (7º ano – Ensino Fundamental)	125
Pré-Requisitos.....	127
Resumo	128
Requisitos.....	129
Dinâmicas utilizadas	129
Objetivos	129
Avaliação.....	130
Aplicação.....	131
REFERÊNCIAS	155
FONTES.....	155
ESCRITORES AUTODIDATAS.....	155
FONTES PRIMÁRIAS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
ANEXOS	160
Anexo I	160
Anexo II.....	161

Anexo III	162
------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de inquietações nascidas da prática docente no Ensino Fundamental II, no município de Americana-SP. Um dos aspectos mais marcantes observados ao longo dessa experiência foi a limitação do repertório histórico dos estudantes, cuja compreensão de História tende a se restringir a uma narrativa centrada em grandes personagens e eventos nacionais, frequentemente desconectada dos contextos local e regional em que vivem. Essa fragmentação do conhecimento histórico desconsidera as múltiplas temporalidades e vozes que compõem o passado, comprometendo a formação de um pensamento crítico e contextualizado.

A problemática se agrava diante da ausência sistemática da história local e regional nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme apontam as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Embora essa dimensão esteja prevista nos anos iniciais, praticamente desaparece nas etapas posteriores, que passam a privilegiar uma abordagem macro-histórica. Essa lacuna dificulta o reconhecimento do território pelos estudantes como espaço histórico, inserido em dinâmicas sociais, políticas e econômicas mais amplas, e marcado por disputas, silenciamentos e múltiplas memórias.

Além das limitações curriculares, os docentes enfrentam desafios significativos quanto à escassez de materiais pedagógicos que abordem criticamente a história local. As fontes disponíveis, em sua maioria de cunho memorialista e produzidas por autores autodidatas ao longo do século XX, tendem a reforçar narrativas hegemônicas, centradas nas elites e nos mitos fundadores da cidade. Como afirma Bittencourt (2011), quando não problematizadas, essas memórias tendem a se cristalizar como verdades históricas, silenciando outras experiências e sujeitos sociais.

Diante desse cenário, o primeiro capítulo desta pesquisa busca identificar os principais desafios relacionados ao ensino de história local, apresentar novas perspectivas teóricas e conceituar os termos História Local e História Regional, a fim de contribuir para uma aprendizagem mais crítica. Também se apresenta o recorte espacial utilizado tanto pelos autores autodidatas quanto neste trabalho.

O segundo capítulo aprofunda-se no levantamento e na análise historiográfica das obras produzidas sobre a cidade, com foco na temática da fundação de Americana. São discutidas as concepções presentes nessas produções e seus reflexos na construção da identidade municipal. A análise abrange elementos como datas oficializadas, símbolos,

monumentos, processos de patrimonialização, roteiros turísticos e pedagógicos, novas publicações e resumos históricos, finalizando com uma reflexão crítica sobre as tradições inventadas.

Por fim, o terceiro capítulo propõe uma prática pedagógica por meio de uma sequência didática voltada ao 7º ano do Ensino Fundamental, tendo a história local e regional como eixo estruturante da aprendizagem histórica. A proposta fundamenta-se na desnaturalização da memória por meio da análise crítica de diferentes tipos de fontes — como livros, imagens, documentos e produções digitais — com ênfase na utilização pedagógica de tecnologias contemporâneas, incluindo ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA). O objetivo é compreender o processo de formação municipal e sua relação com a história nacional e global, evidenciando os diferentes agentes históricos presentes na história da cidade e frequentemente subalternizados nas publicações tradicionais.

A prática educativa delineada neste trabalho insere-se no contexto do Mestrado Profissional em Ensino de História, com o objetivo de promover uma aprendizagem crítica e significativa. Ao articular a história de Americana-SP com os conteúdos previstos pela BNCC e pelo Currículo Paulista, a proposta busca enfrentar a crescente desvalorização das Ciências Humanas no cenário educacional paulista, especialmente após a redução da carga horária da disciplina. Sua estrutura flexível permite adaptações a diferentes contextos escolares, podendo servir como modelo para outras localidades que desejem trabalhar a história local e regional de forma crítica, inclusiva e sob diferentes perspectivas.

CAPÍTULO 1 - ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

1.1 Desafios no Ensino de História Local e Regional: Perspectivas para a Aprendizagem

A pesquisa em história regional e local ganhou maior relevância a partir do século XX, especialmente com a influência da Escola dos Annales e reflexões de Bloch (2001), que propôs uma crítica à ênfase tradicional nos grandes eventos e personagens. Nesse contexto, a história deixou de se concentrar exclusivamente nesses aspectos e passou a dar maior atenção a análises mais específicas, com uma abordagem mais ampla que incorporava os atores sociais antes subalternizados.

Absorvendo as novas abordagens historiográficas, como a história social e cultural, a história local e regional passou a ser vista como uma forma de compreender melhor as dinâmicas de poder, cultura e sociedade em contextos mais próximos da vivência das pessoas.

No entanto, embora esses pensamentos tenham ganhado destaque e a temática tenha abrangido também as pesquisas sobre o ensino de história, gerando contribuições extremamente positivas para a prática do ensino de história regional e local, ainda existem uma série de obstáculos à sua implementação. Além disso, diversos problemas persistem no modo como as práticas relacionadas a esse tema são realizadas. Essas questões constituem o ponto de partida e a inquietação que motivaram a produção deste trabalho.

O primeiro ponto refere-se ao fato de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contemplar o estudo da história local majoritariamente no Ensino Fundamental I, selecionando pouquíssimos momentos em que o desenvolvimento dessa aprendizagem, tanto no Ensino Fundamental II quanto no Ensino Médio, seja realizado, desconsiderando a relevância dessa abordagem para o ensino de história.

Ao se aprofundar na análise do ensino da história local, da BNCC e do Currículo Paulista, uma adaptação da BNCC em sua dissertação de mestrado em ensino de história, Pereira (2020)¹ aponta como um dos problemas o fato de a estrutura curricular buscar garantir uma adequada “progressão” no ensino de história. Primeiramente, segundo o autor, trata-se de uma progressão cronológica, em que se parte da Antiguidade no 6º ano

¹ Ao trabalhar com a história local e regional, é necessário evidenciar como a BNCC e o Currículo Paulista propõem sua abordagem no ensino. Essa análise já foi realizada com êxito por Pereira (2020), na dissertação de mestrado do ProfHistória intitulada *Cidade em jogo: uma proposta para o ensino de história local da cidade de Campinas*, a qual serve de referência para este trabalho tanto na elucidação dessa questão quanto como sugestão de aprofundamento sobre o tema.

e avança rumo à história contemporânea no 9º ano. Em segundo lugar, o documento segue uma progressão espacial e de escala de análise, em que, inicialmente, os estudantes analisam a história próxima à família e à comunidade e, em seguida, partem para o estudo da cidade, só adquirindo maturidade para abordar assuntos globais a partir do 6º ano. Ao estruturar a aprendizagem de história do local ao global, a BNCC impossibilita que se trabalhe a história local inserida nas dinâmicas nacionais e internacionais, valorizando a história macroanalítica, “[...] incoerente com a natureza contemporânea do saber histórico acadêmico” (Pereira, 2020, p. 32).

Pereira (2020) também aponta outro questionamento em relação à BNCC, referente à especificidade do desenvolvimento da aprendizagem em história local no Ensino Fundamental I. Ele destaca o direcionamento desse trabalho para profissionais que não são historiadores, os quais, por não possuírem formação específica, não estão habituados à lógica da construção do saber histórico. Além disso, diversas temáticas relacionadas à reflexão sobre a localidade são alocadas no campo da geografia, o que afasta e dificulta o trabalho sobre a historicidade da localidade por profissionais formados e dedicados diretamente aos métodos históricos.

A forma como a história local e regional é abordada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo Paulista, concentrando-se majoritariamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental (anos iniciais do Fundamental I) e sendo mencionada de forma pontual apenas em algumas habilidades do 9º ano — as quais se referem à história contemporânea do Brasil — acarreta uma série de problemáticas. Dentre essas habilidades, destacam-se: (EF09HI02), que propõe a caracterização e compreensão dos ciclos da história republicana, com a identificação de particularidades da história local e regional até 1954; (EF09HI05), que trata da identificação dos processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira, bem como da avaliação de suas contradições e impactos na região em que se vive; e (EF09HI06), que prevê a identificação e discussão do papel do trabalho como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, municipal e comunitária).

Tal delimitação gera uma lacuna metodológica e pedagógica significativa, uma vez que os anos anteriores — especificamente o 7º e o 8º anos, voltados ao estudo da história do Brasil colonial e imperial — não apresentam, em suas habilidades, diretrizes claras que incentivem ou orientem o uso da história regional e local como eixo estruturante das aprendizagens. Tal ausência repercute negativamente em dois aspectos centrais. Em primeiro lugar, contribui para a marginalização da história local, que passa

a ser tratada como um elemento acessório e opcional, enfraquecendo seu potencial formativo no que diz respeito à construção da identidade, do pertencimento e da análise crítica do espaço vivido pelos alunos desde as etapas iniciais do Ensino Fundamental II. Em segundo lugar, compromete a possibilidade de estabelecer conexões significativas entre os conteúdos nacionais e as realidades regionais. Ao desconsiderar as múltiplas formas pelas quais diferentes regiões vivenciaram fenômenos como a ocupação territorial, a escravidão, os ciclos econômicos coloniais ou os processos políticos do Império, a BNCC dificulta a compreensão da história brasileira em sua complexidade e diversidade. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de uma abordagem curricular mais integrada, que reconheça e valorize a história local e regional ao longo de toda a formação histórica escolar.

Além disso, tal restrição curricular acarreta diversos entraves práticos, entre os quais se destacam a escassez de materiais didáticos específicos sobre a temática — resultado do desinteresse mercadológico decorrente de sua marginalização nas diretrizes oficiais — e a ausência de formações continuadas voltadas à aprendizagem mediada pela história local. Tais fatores dificultam, ainda mais, a apropriação, por parte dos docentes, das estratégias de desenvolvimento dessa abordagem e sua efetiva aplicação no cotidiano escolar.

Sendo assim, muitas vezes, os únicos recursos disponíveis como referências à história local são os escritos produzidos, na maioria das cidades brasileiras, por escritores autodidatas que, fora dos referenciais acadêmicos e metodológicos da história, acabam por apresentar uma perspectiva dos municípios muito próxima à concepção de história "Magistra Vitae" (mestra da vida), valorizando principalmente grandes acontecimentos e personagens "ilustres" da cidade e seus feitos.

Esses escritos provêm de uma tradição historiográfica brasileira disseminada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a partir do primeiro ensaio teórico-metodológico sobre a escrita da história, publicado na revista do IHGB em 1839 por Januário da Costa. Nesse ensaio, Costa defende uma história pautada nos seguintes elementos, conforme evidenciado por Cezar (2004): uma história unificadora da nação; que mostre seus feitos às outras nações; que seja fundamentada na História Magistra Vitae (ou "Mestra da Vida"), de inspiração ciceroniana, evidenciando os fatos memoráveis da pátria; que corrija os erros da escrita da história no Brasil, buscando ressuscitar o passado por meio de fontes para explicar o presente; e que destaque os feitos dos "Grandes Homens".

Tais análises sobre as publicações não significam excluir a relevância dessas obras; porém, dadas as características de escrita e as representações que possuem, apresentam problemas quando são reproduzidas integralmente, sem uma análise crítica. De acordo com Godoy e Medrano (2006), essas obras não estão isentas, muito pelo contrário, de condicionamentos políticos e ideológicos, o que acaba por definir uma certa imagem da cidade e da memória constituída, refletindo e, ao mesmo tempo, interferindo na definição dos contornos da identidade local.

Seguindo essa lógica, Bittencourt (2011) também enfatiza que, caso a história local se limite a fazer com que os estudantes conheçam os nomes de personagens políticos de outras épocas, enfatizando a vida e a obra de antigos prefeitos e demais autoridades, pode-se estar simplesmente reproduzindo a história do poder local e das classes dominantes.

Nesse sentido, Godoy e Medrano (2006, p. 18) sugerem que esse conjunto de escritos das regiões seja submetido a análises criteriosas, buscando, além de ultrapassar o caráter monográfico que apresentam, evitar que esses trabalhos afetem [...] aquilo que o conhecimento histórico tem de mais específico: a definição dos critérios fundamentais de reconstituição e análise de uma dada realidade humana.

Em relação ao ensino de história local, cabe ao professor consultar as análises desse conjunto de escritos da localidade em que for desenvolver a aprendizagem. Caso haja a inexistência de tais análises, como é o caso de grande parte dos municípios do Brasil - exceto nos grandes centros urbanos, onde as universidades estão inseridas em seu contexto -, cabe ao professor analisar essas publicações enquanto pesquisador, sem replicá-las integralmente. Assim, este trabalho será conduzido no decorrer do segundo capítulo, dada a inexistência de uma análise sobre as publicações relativas à história de Americana.

Embasando-se nas ideias de Godoy e Medrano (2006), e partindo do pressuposto de que o conjunto de escritos não constitui um amontoado desconexo de fatos, ideias e representações, mas sim define uma tradição, ou seja, resulta de um processo de seleção e organização com o propósito de garantir sua continuidade, transmissão e preservação. A análise das obras deve procurar identificar, a partir das diferentes visões, como a cidade foi construída e transmitida ao longo do tempo, pois essas obras transcendem um simples registro ou relato dos acontecimentos, distantes de uma sequência temporal objetiva. Além disso, é fundamental evidenciar quais marcos foram selecionados pelos autores e os motivos dessa escolha, levando em conta os contextos históricos da época de sua

elaboração. Isso porque essas obras consolidaram eixos centrais que contribuíram para a construção de determinada trajetória histórica de Americana, funcionando como referências que podem perdurar, tanto por meio de novas pesquisas sobre a história da cidade, mesmo que acadêmicas, quanto no âmbito do ensino de história.

Outra questão atual que se apresenta como problemática no que diz respeito às fontes e materiais utilizados como referência para aulas e pesquisas sobre a história regional e local refere-se ao uso da internet (sites, enciclopédias digitais, blogs, entre outros) e, mais recentemente, ao emprego de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA). O uso frequente desses recursos por estudantes, tanto em sala de aula quanto na elaboração de trabalhos acadêmicos, tem gerado uma série de desafios perceptíveis no cotidiano da prática docente, tais como: dependência excessiva dessas tecnologias, plágio e ausência de autoria, aprendizado superficial, desigualdade no acesso, falta de pensamento original e disseminação de conteúdos incorretos ou desatualizados.

No caso específico do ensino e da aprendizagem relacionados à história regional e local, essas tecnologias podem representar um obstáculo adicional, uma vez que os dados fornecidos são, em sua maioria, extraídos da internet. Como consequência, o conteúdo obtido passa a influenciar diretamente a produção dos estudantes, o que se torna problemático quando esses resultados são utilizados de forma integral, sem a devida análise crítica e sem o cruzamento com fontes confiáveis e contextualizadas. Contudo, considerando a evidente familiaridade dos estudantes com essas ferramentas, este trabalho propõe a utilização das IAs como recurso pedagógico no processo de aprendizagem da história local e regional, como será possível evidenciar ao longo deste estudo.

Dessa forma, na próxima seção, serão discutidas outras perspectivas para o ensino de história local, com o intuito de ampliar o debate sobre metodologias, fontes e práticas pedagógicas que favoreçam uma aprendizagem mais crítica, contextualizada e significativa.

1.2 Outras perspectivas para o ensino de história local e regional

A partir das complexidades presentes no desenvolvimento da aprendizagem com a história local e regional, envolvendo quase uma exclusão do tema na BNCC e Currículo Paulista, de materiais didáticos voltados para uma apresentação progressiva e generalista

da história, e da escassez de materiais formativos, que, além de implicar negativamente na falta de referências para essa modalidade de ensino, acabam deixando como fonte os escritos dos autodidatas, que, quando reproduzidos integralmente, acabam por replicar uma história do progresso modernizante das elites locais, é urgente o uso da história enquanto ciência, objetivando contribuir para o desenvolvimento de novas perspectivas para o ensino da história local e regional.

Sendo assim, a primeira ação ao interessar-se em utilizar a história local e regional em sala de aula consiste em compreender como ela é utilizada e propagada na cidade, por meio de livros, mídias jornalísticas, órgãos oficiais, entre outros, evidenciando também o impacto que sua construção representativa da história tem sobre o modo como as pessoas, especialmente os estudantes, absorvem essas representações. Essa etapa inicial é fundamental, uma vez que já existindo uma construção consolidada sobre a história da cidade, a simples reprodução dessas representações, sem um levantamento prévio, pode gerar problemas, pois elas foram construídas fora dos rigores acadêmicos da história, podendo contribuir para a disseminação de valores distantes da ciência histórica atualizada.

Após essa etapa, é fundamental realizar um levantamento das produções publicadas sobre a história da cidade e um balanço desse conjunto de publicações, com o objetivo de identificar, além das representações nelas presentes - que podem simplesmente replicar uma narrativa voltada para as elites locais -, os eixos básicos a partir dos quais essa história foi construída. Nesse sentido, como sugerem Godoy e Medrano (2006), é necessário buscar delimitar recortes, rupturas e marcos temporais que acabaram por definir um critério de reconstituição e uma estrutura narrativa que, se não analisada criticamente pelo professor, impede que questões alternativas sejam abordadas de maneira adequada, limitando o potencial de aprendizagem.

Essas ações afastam-se de um ensino centrado na memória dos “grandes homens” e acontecimentos locais, buscando proporcionar novas perspectivas para o ensino da história local, fundamentadas na ciência histórica, por meio de novos estudos e abordagens que mantêm a história local em constante discussão. Elas também se distanciam de uma didática estática, propondo uma metodologia em constante transformação, que pode, inclusive, integrar perspectivas elaboradas por outros professores ou adequar-se às realidades escolares. Nesse sentido, abrem-se diversas possibilidades, que serão apresentadas a seguir e utilizadas como base para a elaboração e execução da proposta didática deste trabalho.

A primeira possibilidade no desenvolvimento da aprendizagem em história local sobre outra perspectiva refere-se a ir além da história da cidade que evidencia a sua criação baseada em critérios jurídicos administrativos e pensar uma aprendizagem pautada no conceito formação do município em detrimento a “fundação”. Uma vez que o estudo por meio da formação, proporciona colocar a região - aquela que a cidade originada posteriormente está inserida – em conexão com a história tanto mundial, quanto nacional e perceber os fatores que engendrados contribuíram para o processo de formação de um determinado município.

Tal desenvolvimento também proporciona, como evidenciam Godoy e Medrano (2006), a compreensão do município, respeitando os tempos históricos, ou seja, reconhecendo o ritmo e as particularidades tanto do período histórico quanto do espaço delimitado de estudo, a região. Isso envolve perceber as transformações, rupturas e continuidades dentro dessa região, respeitando suas especificidades e o desenvolvimento histórico do local. Contribui, assim, para uma análise da região no contexto das “[...] estruturas econômicas que balizam a história nacional, como uma forma de compreender as articulações desta região com os circuitos da economia nacional e mundial e o alcance de seu impacto no espaço regional” (Godoy; Medrano, 2006, p. 21).

Em relação às elites locais, ao invés de simplesmente replicar seus feitos, é fundamental investigar como essas elites se formaram ao longo do tempo, quais foram as interações e relações entre esses grupos e como suas ações e decisões influenciaram tanto o desenvolvimento da cidade quanto os diversos atores sociais, com impactos que podem ser tanto positivos quanto negativos. Além disso, essa análise amplia a compreensão das ações das elites locais, não se limitando ao contexto da cidade, mas também considerando fatores e contextos sociais e políticos mais amplos, como as interações com outras regiões, o contexto nacional e até internacional.

A análise da região ou localidade em relação ao contexto macro também evidencia as especificidades sociais, econômicas e culturais do local, contrapondo-as às visões generalistas presentes nos livros didáticos e abordagens tradicionais. Um exemplo disso pode ser observado em Americana, onde o cultivo da melancia ocorre simultaneamente com a produção de café. No entanto, os materiais didáticos, de maneira generalista, apresentam a cafeicultura como a principal produção agrícola do Estado de São Paulo, desconsiderando outras culturas significativas para a economia local.

Outra possibilidade refere-se à reconstituição de diferentes perspectivas históricas dentro do município, o que se revela essencial para valorizar aspectos frequentemente

negligenciados pela história consolidada. Ao evidenciar grupos menos visíveis, como os marginalizados e subalternizados, a história local ganha uma nova dimensão, promovendo uma compreensão mais inclusiva do passado. O resgate da história do cotidiano desses grupos permite refletir sobre as relações de poder, as desigualdades e as condições de trabalho na cidade — aspectos fundamentais para entender as transformações sociais e econômicas que moldaram o município. Ao abarcar esses segmentos historicamente subalternizados, a pesquisa histórica se torna mais democrática, representando de maneira mais fiel a diversidade de experiências que compõem a identidade local. Essas abordagens contribuem para um olhar crítico sobre as estruturas de poder e suas implicações no presente, incentivando a reflexão sobre questões de justiça social e igualdade na sociedade contemporânea.

Para a efetivação da aprendizagem, o contexto educacional contemporâneo possibilita e, ao mesmo tempo, demanda novas abordagens, que vão além da utilização de documentos históricos tradicionais, como jornais, fotografias, mapas e textos. Nesse cenário, destacam-se, como recursos complementares ao processo de ensino e aprendizagem, o uso da internet e das inteligências artificiais. Esta última é definida por Silva (2024) como sistemas que pensam como os seres humanos, por meio de máquinas capazes de executar ações que normalmente exigiriam o uso da inteligência humana. As inteligências artificiais tornaram-se amplamente acessíveis a partir de novembro de 2022, com o lançamento da IA generativa ChatGPT, desenvolvida pela startup OpenAI, o que possibilitou seu alcance a um grande número de pessoas, especialmente estudantes.

Diante do advento dessa nova tecnologia e das preocupações relacionadas ao seu uso inadequado, Silva (2024) apresenta uma série de medidas adotadas em diferentes partes do mundo para lidar com essa questão. Entre essas medidas, destaca-se o *Guia para o uso de IA na educação e na pesquisa*, publicado pela UNESCO em 2024, o qual aborda temas como ética, privacidade, riscos e desafios associados à aplicação dessas tecnologias.

Quanto aos aspectos positivos da inteligência artificial na educação, o documento ressalta: a personalização da aprendizagem, oferecendo um ensino adaptado às necessidades individuais dos estudantes; o aumento do acesso à educação, ao superar barreiras geográficas e ampliar o alcance de recursos educacionais; a automação de tarefas rotineiras, como a revisão de textos; e o estímulo à inovação pedagógica, promovendo novas abordagens e ferramentas no processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, os pontos negativos incluem: as condições mínimas de acesso

impostas pelas desigualdades socioeconômicas; a presença de vieses, estereótipos e preconceitos nos dados de treinamento das IAs — como evidenciado no caso da representação da história da cidade de Americana, que enfatiza grandes eventos e personalidades, afastando-se do processo histórico que de fato contribuiu para a formação do município²; a dependência tecnológica, que pode comprometer a criatividade, a criticidade e a autonomia de estudantes e docentes; além dos riscos à privacidade e à segurança dos dados pessoais dos usuários.

Além do guia elaborado pela UNESCO (2024), Silva (2024) também destaca a aprovação, em março de 2024, do primeiro projeto de lei pelos 27 países que compõem a União Europeia, regulamentando o fornecimento de sistemas de inteligência artificial. A legislação estabelece, por meio de uma classificação, quais tipos de IA são permitidos, sendo consideradas de risco aquelas que possam causar danos ou impactos à saúde ou à segurança das pessoas.

Nesse mesmo contexto, o então presidente dos Estados Unidos da América, Joe Biden, elaborou um plano estratégico com o objetivo de orientar e estruturar o uso e a implementação da tecnologia de IA, de modo a proteger os direitos civis dos cidadãos norte-americanos.

Dada a presença constante dessas tecnologias no cotidiano escolar, bem como os problemas que podem surgir de seu uso indiscriminado, este trabalho propõe uma abordagem que favoreça a utilização crítica e benéfica dessas ferramentas pelos estudantes. A intenção é que os alunos sejam capazes de identificar os problemas associados ao uso dessas tecnologias, compreendendo que tais ferramentas podem reproduzir limitações já observadas em outros meios, como os livros. Assim, busca-se desconstruir a ideia de que, por serem tecnológicas, essas ferramentas são automaticamente eficientes e isentas de erros.

Nesse sentido, serão utilizados sites de busca, enciclopédias digitais e Inteligências Artificiais como fontes documentais que potencializem o estudo da história local e regional, com foco no município de Americana. A proposta envolve a promoção da análise crítica dos resultados obtidos nas buscas, com o objetivo de realizar um levantamento da história difundida sobre o município, bem como a comparação entre diferentes meios de informação.

Além disso, pretende-se identificar os problemas presentes nas narrativas sobre a

² Consultar anexos I, II e III deste trabalho.

história de Americana disponíveis nessas plataformas, considerando as influências dos escritos de autores autodidatas. Em etapas posteriores do trabalho, será realizada uma análise comparativa entre esses conteúdos e outros documentos históricos, visando ampliar a compreensão sobre as representações históricas do município.

Essas possibilidades, ao proporem uma abordagem mais crítica e inclusiva da história local e regional, facilitam a aprendizagem ao promoverem uma compreensão mais ampla e complexa dos processos históricos que moldaram o município. Ao ir além das narrativas tradicionais centradas nas elites e eventos mais conhecidos, elas incentivam os alunos a refletirem sobre as múltiplas dimensões da história local e regional, considerando não apenas as transformações econômicas e políticas, mas também as relações de poder e as condições de vida dos grupos marginalizados. Essa perspectiva permite que os estudantes se conectem de maneira mais profunda com o passado, compreendendo as influências locais dentro de contextos maiores, como o nacional e o global. Além disso, ao integrar diferentes fontes e perspectivas, essas abordagens estimulam o pensamento crítico, desenvolvendo habilidades de análise e interpretação que vão além do simples aprendizado de datas e fatos. Em última instância, elas favorecem uma aprendizagem mais dinâmica, que não apenas transmite conhecimento, mas também desperta a reflexão sobre o presente e as questões sociais contemporâneas, promovendo uma formação cidadã mais consciente e engajada.

1.3 História Local e Regional: Perspectivas Conceituais e o Recorte Espacial de Americana

O desenvolvimento do ensino de História do Brasil — e, em determinados momentos, da história mundial — a partir da história local e regional levanta questões fundamentais acerca da definição, dos limites e da aplicabilidade desses dois conceitos no campo historiográfico e educacional. Abordar esses aspectos torna-se essencial neste trabalho, não apenas para fornecer uma base teórica sólida, mas também para contribuir na construção de uma compreensão mais integrada, crítica e contextualizada do passado. A valorização da história local e regional como método de aprendizagem promove uma abordagem mais próxima da realidade vivida pelos estudantes, tornando o conhecimento histórico mais significativo e conectado ao seu cotidiano. Dessa forma, é imprescindível aprofundar o estudo da história local e regional, com especial atenção ao recorte espacial do município de Americana, compreendendo suas dinâmicas sociais, culturais e políticas

ao longo do tempo, e sua articulação com os processos históricos mais amplos.

Nesse sentido, nesta etapa do trabalho, será realizada, inicialmente, a recuperação da trajetória do desenvolvimento da pesquisa histórica em escalas espaciais reduzidas, bem como das contribuições dessa abordagem para a historiografia, as quais impactam, consequentemente, o ensino de História. Serão também apresentados os conceitos relacionados a esses recortes espaciais, com ênfase na história regional e local, seguidos da análise do recorte espacial utilizado por pesquisadores autodidatas nas publicações que abordam a história do município de Americana. Por fim, será definido o recorte espacial adotado nesta pesquisa.

Ao resgatar a trajetória da pesquisa histórica em escalas espaciais menores, é importante destacar que o interesse por esse tipo de estudo não é recente. Tal interesse decorre, em grande medida, das críticas às abordagens tradicionais e das novas propostas metodológicas desenvolvidas pela Escola dos Annales. Essa corrente historiográfica propôs uma renovação na forma de se fazer história, contrapondo-se à narrativa linear centrada em eventos considerados “grandes” — como guerras, tratados, conquistas de impérios e a atuação de figuras como reis, imperadores, generais e políticos —, frequentemente abordados de maneira simplificada pela historiografia clássica.

Dessa forma, a história em uma escala menor oferece uma abordagem mais detalhada, menos centrada nas grandes narrativas ou nos eventos nacionais e internacionais. Ela busca estudar a história de maneira mais complexa e multidimensional. Ao enfatizar o local e o regional, essa abordagem destaca processos históricos cotidianos e estruturais, com atenção especial às realidades locais, às experiências das pessoas comuns e às dinâmicas sociais e culturais frequentemente negligenciadas pelas narrativas históricas tradicionais. Esse movimento justifica o surgimento dessa perspectiva na França, durante a terceira fase da Escola dos Annales, com especial destaque para as monografias regionais dos anos 1950. Como enfatiza Barros (2022), essas monografias começaram a adotar uma abordagem mais estruturada e científica, visando compreender as características, a história e os aspectos de uma região específica, utilizando os recursos e os métodos historiográficos desenvolvidos na época. O estudo dessas regiões mais específicas, segundo Goubert (1992), objetivou conduzir para muito mais longe, servindo para evidenciar novas perspectivas em detrimento de muitas das concepções gerais que, em tempos passados, apareceram tão vigorosas.

No mesmo período da terceira escola dos Annales, na década de 1960, uma nova vertente toma forma: a “nova história social” inglesa. Essa corrente propunha que a

história não deveria se restringir apenas às elites e ao poder político central, mas também abranger as lutas e experiências das classes populares, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e de outros grupos historicamente marginalizados. Ao incorporar os componentes da “massa”, essa abordagem abriu espaço para o estudo da história local, pois as comunidades eram vistas como unidades nas quais as relações de classe e as dinâmicas sociais podiam ser observadas de forma mais clara. Além disso, destacava atores sociais de locais que, até então, não eram objetos de estudos históricos, devido à centralidade atribuída anteriormente às elites e às grandes cidades.

Já no Brasil, “[...] um dos primeiros a chamar a atenção para a necessidade de se aprofundarem os estudos regionais, dada a grande diversidade dos diferentes segmentos do espaço nacional, foi Capistrano de Abreu no início do século XX” (Godoy; Medrano, 2006, p. 13). Diante da necessidade de um estudo em história local e regional que fosse além da abordagem generalizante — a qual abarcava o amplo território nacional e suas diversidades —, a pesquisa nesse campo foi ganhando destaque na História Agrária. No entanto, as referências abordadas anteriormente neste trabalho, como a tradicional História Regional francesa e o materialismo histórico, além da contribuição da Geografia, segundo Godoy e Medrano (2006), não foram capazes de fornecer à História Agrária brasileira um modelo ou conceituação que se adaptasse a essa realidade, o que de acordo com estes autores, motivou aos historiadores agrários no Brasil a busca por um conceito próprio de “região” e, sobretudo, de “reconstrução da região histórica”, [...] “que lhes permitiriam conhecer mais profundamente as raízes históricas desse espaço denominado “região” (Godoy; Medrano, 2006, p. 13).

A partir dessa vertente, diversos trabalhos passaram a contribuir para o estudo da história regional. Barros (2022) destaca a obra *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1964), de Maria Sylvia de Carvalho Franco, como um exemplo significativo de pesquisa voltada para a compreensão dos vínculos do “lugar” em relação a uma totalidade mais ampla.

Essa pesquisa abordou a região do Vale do Paraíba, com foco especial em Guaratinguetá, e teve como objetivo revelar aspectos da história social do século XIX que haviam sido negligenciados pela historiografia tradicional da História Agrária. Em vez de concentrar-se nas figuras clássicas, como escravos ou senhores de terras, a autora investigou a vida de homens pobres e livres — como tropeiros, viajantes, sitiantes e agregados — com o intuito de oferecer uma compreensão mais ampla e complexa da sociedade rural brasileira da época.

Para isso, recorreu a fontes até então pouco exploradas, como os processos criminais, por meio dos quais buscou apreender práticas e relações sociais no interior dessas camadas populares. A análise incluiu temas como as formas de convivência, a percepção da política por esses sujeitos, as relações de compadrio estabelecidas com fazendeiros mais ricos, bem como o entrelaçamento entre violência e solidariedade que marcava o cotidiano das comunidades caipiras.

Godoy e Medrano (2006) destacam outros trabalhos apontados por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva no artigo *Região e História Agrária* (1995), os quais contribuíram para o estudo da História Regional, posteriores ao já mencionado de Capistrano de Abreu, no início do século XX. Entre esses trabalhos, o primeiro evidenciado foi Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira de Antônio Barros de Castro, que apontou as estruturas socioeconômicas como elemento delimitador de uma região e criticou a justaposição de etapas ou ciclos que substituíam outros, propondo uma análise do processo e das formas de superação dos problemas das principais atividades. A partir desta análise de Castro (1971):

[...] chega-se “a uma nova dinâmica na história do Brasil, superando, ao menos no ambiente acadêmico mais avançado, a noção de “ciclo” e, simultaneamente, o velho conceito arraigado de “decadência”, tal qual fora proposto por Celso Furtado ao tratar Minas Gerais pós mineração. (SILVA; LINHARES, 1995, p. 23).

Também destaca-se o debate introduzido por Ciro Flamarion Cardoso em sua obra *Agricultura, escravidão e capitalismo* (1982). Nesse estudo, Cardoso combina perspectivas metodológicas do conceito de “região” com suas relações com a História Agrária, apontando a “região” como um recorte que facilita a análise do historiador, ao permitir o estudo dos diversos elementos que compõem esse universo e, simultaneamente, ao estabelecer um limite para a base documental de uma pesquisa (CARDOSO, 1982; 1998, *apud* GODOY; MEDRANO, 2006, p. 14).

E a dissertação de João Luis Fragoso sobre a Paraíba do Sul (1983) que aponta o sistema agrário como definidor de uma área, abrangendo seus aspectos sociais e econômicos. Somando-se a este trabalho, de acordo com Medrano e Godoy (2006), diversas teses e dissertações que buscaram definir, com critérios metodológicos mais precisos, os recortes espaciais utilizados em suas investigações históricas.

A respeito dos estudos da História Agrária, Godoy e Medrano (2006) elucidam

que essas pesquisas contribuíram para a consolidação de um conceito de “região” que não se apresenta como um recorte pré-definido orientador da ação do pesquisador, mas que se configura como um dos objetivos da investigação. Nesse contexto, cabe ao historiador revelar suas dimensões, revisar e confirmar hipóteses iniciais, além de desvendar conexões anteriormente não evidenciadas. Define-se, assim, a História Regional como o estudo que tem a região como tema e recorte lógico, e que busca compreender o “[...] processo econômico, social, político e cultural que definiu essa unidade e essa identidade [...]” (GODOY; MEDRANO, 2006, p. 16).

Em diálogo com essa perspectiva, Barros (2022) compreende que a História Local também se propõe a compreender identidades e dinâmicas específicas, mas com foco mais estreito e profundo no “local” — entendido como um espaço com identidade e características próprias — que se torna o foco central da análise. Diferente de um simples cenário onde os fatos acontecem, o local é construído a partir dos problemas investigados. A História Local analisa práticas, culturas ou políticas específicas de uma região, buscando compreender suas singularidades. Ela pode ter o local como objeto principal ou usá-lo como uma lente para examinar questões mais amplas. Por isso, o termo “local” não implica em uma história fragmentada ou limitada, tampouco se opõe à ideia de totalidade.

A distinção entre História Local e História Regional pode ser teórica e conceitualmente ambígua, já que nem todas as tradições historiográficas, como a francesa, utilizam essas expressões de forma diferenciada. No contexto brasileiro, no entanto, o recorte espacial por si só não é suficiente para caracterizar uma pesquisa como História Regional (Barros, 2002).

Para Barros (2022), essa ambiguidade entre os termos “História Local” e “História Regional” pode ser resolvida por meio da distinção proporcionada pela língua portuguesa: enquanto a História Regional refere-se a um espaço entendido como sistema — com dinâmicas internas próprias e interligado a redes mais amplas —, a História Local se concentra na análise de lugares recortados por problemas específicos e transversais, como práticas culturais ou políticas, sem que necessariamente se considere essa localidade como uma totalidade integrada a um sistema maior.

Além dos desafios relacionados à conceitualização nessa área de pesquisa, Godoy e Medrano (2006, p. 17) também apontam a necessidade de uma reflexão sobre o estágio do conhecimento produzido no campo da História Regional, o que se mostra desafiador, pois “[...] impõem questionamentos que envolvem aspectos historiográficos, teóricos, metodológicos, bem como ideológicos, políticos, econômicos e sociais”.

De acordo com esses autores, também é possível que se imponha um modelo específico de História Regional, cabendo ao pesquisador reconstituir e analisar a trajetória e as condições históricas que contribuíram para a definição de determinada região e também avaliar e classificar o conjunto de escritos, majoritariamente, elaborados por autodidatas sobre a maioria das cidades.

Nesse sentido, diante dessa necessidade, realizou-se, neste trabalho, a avaliação de toda a produção autodidata sobre a história de Americana, apresentada no capítulo 2. Com base no recorte espacial adotado pelos autores autodidatas em seus estudos sobre a história do município, foi possível evidenciar que, em sua totalidade, as obras tomam como objeto de pesquisa o recorte político-administrativo pós-emancipação (1924). Parte-se, assim, de uma delimitação espacial ancorada no presente para a construção de uma narrativa de desenvolvimento progressista e modernizante, que retrata, de forma significativa, a história do capitalismo dentro desse recorte espacial oficializado.

Com base no repertório apresentado até o momento, este trabalho buscou fundamentar-se na produção acadêmica sobre história regional e história local, adotando ambas as conceituações para definir não apenas o recorte espacial, mas também as abordagens historiográficas que orientam esta pesquisa.

Considerando que o Brasil, em razão de sua vastidão territorial e diversidade linguística, abriga múltiplas interpretações no que se refere ao estudo de recortes menores — conforme evidenciado por Barros (2022) — este trabalho propõe o desenvolvimento da aprendizagem tanto por meio da História Regional quanto da História Local. No que tange à História Regional, o objetivo é fornecer subsídios para que a pesquisa e a proposta de prática de ensino foquem no estudo e na aprendizagem do processo histórico que resultou na conformação atual do município e, conseqüentemente, na construção de sua identidade. Essa identidade, de acordo com Godoy e Medrano (2006), deve ser objeto de reconstituição e interpretação.

Dessa forma, a proposta aqui apresentada não visa apenas o estudo do espaço físico onde os acontecimentos ocorreram — como comumente fizeram os autodidatas —, mas, conforme já mencionado, a compreensão do processo histórico que levou à constituição do território de Americana. O estudo, portanto, busca compreender o processo de ocupação territorial da região situada entre Vila Nova da Constituição (atual Piracicaba) e Campinas do Mato Grosso (atual Campinas), conforme será detalhado no Capítulo 3. Essa análise se relaciona a fatores de ordem nacional e mundial que contribuíram para o surgimento de diversas cidades, incluindo o município de Americana.

A proposta visa, assim, possibilitar aos estudantes não apenas o entendimento sobre a formação territorial da região em que estão inseridos, mas também o aprendizado de eventos da história nacional e mundial a partir de um recorte espacial mais próximo de sua realidade.

Por sua vez, a História Local subsidia este trabalho em diversos aspectos, conforme evidencia Barros (2022). Ela pode ser compreendida como um caminho para abordar aspectos da totalidade ou de regiões mais amplas, funcionando como recurso para reformular generalizações e possibilitar a articulação entre a história de um local e a de outros, de modo a compor um quadro integrado. Além disso, a História Local pode surgir como uma demanda interna, oriunda do próprio local ou do interesse específico do pesquisador.

No contexto deste trabalho, a História Local é especialmente relevante no que se refere ao estudo e à aprendizagem das especificidades da localidade — como práticas culturais, políticas, econômicas, entre outras — que, embora nem sempre estejam integradas a um sistema mais amplo, como no caso da História Regional, são fundamentais para que os estudantes compreendam não apenas a formação territorial e identitária relacionada a contextos mais abrangentes, mas também as particularidades do espaço em que estão inseridos.

Assim, ao considerar tanto a História Regional quanto a História Local como fundamentos teóricos e metodológicos, este trabalho propõe uma abordagem que ultrapassa a simples delimitação político-administrativa adotada pelas obras autodidatas, buscando compreender os processos históricos que antecedem a emancipação de Americana. Tal perspectiva permite uma análise mais ampla e crítica da formação territorial e identitária do município, articulando suas especificidades locais com dinâmicas regionais, nacionais e até globais. Essa escolha metodológica visa não apenas enriquecer a compreensão histórica sobre o município, mas também contribuir para práticas de ensino mais significativas, capazes de aproximar os estudantes de sua realidade local enquanto os conecta a processos históricos mais amplos, conforme será desenvolvido nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA DE AMERICANA: CONSTRUÇÃO, FUNDAMENTO E IDENTIDADE NO SÉCULO XX

2.1 A construção historiográfica de Americana no século XX

No século XX, a história do município de Americana foi registrada por meio das obras *As Nossas Riquezas: Município de Villa Americana* (1930), *História da Cidade de Campinas* (1963), *Americana, sua História* (1967) e *Americana: Edição Histórica* (1975). Essas publicações buscaram sistematizar a história local durante o período e, embora tenham desempenhado um papel relevante na preservação da memória da cidade, refletiam as limitações metodológicas e o caráter predominantemente popular ou ideológico da historiografia local da época. Esse contexto foi marcado pela ausência de rigor acadêmico no estudo histórico das cidades do interior brasileiro, com maior foco nas capitais e grandes centros urbanos, em grande parte devido à presença de universidades e ao maior interesse pelo estudo dessas cidades, em detrimento das menores.

A primeira obra a tratar da história de Americana foi *As Nossas Riquezas: Município de Villa Americana* (1930), de João Netto Caldeira³. Esse álbum integrou a coleção *As Nossas Riquezas*, que tinha como objetivo retratar diversos municípios do Estado de São Paulo, por meio da iniciativa da Empresa Comercial e de Propaganda Brasil. O início do volume dedicado a Americana foi voltado para a descrição da fundação do município, à qual o autor atribui ser a parte “mais importante das obras que vamos editando sobre os municípios paulistas” (CALDEIRA, 1930, p. 8). Caldeira admite a existência de falhas, justificando-as pela escassez de fontes, mas afirma empregar “decididos esforços para que essas referências não fujam, de modo algum, à escrupulosa verdade dos factos” (CALDEIRA, 1930, p. 8). O autor considera que essas fontes merecem “absoluta fé” e que “[...] representam valiosa documentação e útil ensinamento

³ João Netto Caldeira nasceu em São Paulo no dia 1º de fevereiro de 1895 e aprendeu a arte tipográfica no Liceu Coração de Jesus. Trabalhou em diversos jornais do interior de São Paulo, sendo, inclusive, proprietário do jornal *O Município* de Santo André (SP), que iniciou sua circulação em 30 de maio de 1937 e abrangia toda a região do ABC. Destacou-se pela edição da coleção *As Nossas Riquezas*, destinada a descrever as cidades do interior paulista. Inicialmente, a coleção foi publicada por meio da “Empresa Comercial e de Propaganda Brasil”, com impressão pela gráfica “Irmãos Ferraz”, em São Paulo, e, posteriormente, pela “Organização Cruzeiro do Sul”, de Bentivegna & Netto, com impressão pela “Gráfica Paulista”. Atualmente, os volumes dessa coleção são escassos, o que atrai a atenção de colecionadores, podendo atingir o valor de aproximadamente quinhentos reais em sebos. Não foi possível localizar a data de seu falecimento.

aos filhos da terra que, em geral, ignoram minúcias interessantes acerca do local onde nasceram” (CALDEIRA, 1930, p. 8). Esse posicionamento reflete a proximidade com as características da historiografia tradicional em que os documentos são utilizados como representação fiel dos fatos e da ideia de história *magistra vitae* (mestra da vida), na qual busca-se registrar os eventos do passado e as experiências humanas como uma fonte de aprendizado e sabedoria para as gerações presentes e futuras.

Embora apresente a história municipal, a maior parte do volume é destinada a descrição documentada fotograficamente do período em que foi escrito, por meio de retratação dos indivíduos proeminentes, das realizações de infraestrutura, e nos campos do “commercio, lavoura e da indústria”⁴ (CALDEIRA, 1930, p.3). Ela serviu como fonte para a maioria das obras subsequentes, estabelecendo um padrão que, em alguns casos, foi adotado pelos autores. O enfoque continuou centrado nas instituições e personagens ilustres, frequentemente com o objetivo de atualizar informações, como ocorre na obra *Americana: Edição Histórica*, de Bianco, Bryan e Jones (1975), que apresenta semelhanças significativas com a obra de Caldeira (1930).

O próximo livro a abordar a história da cidade foi publicado apenas trinta e três anos após a primeira edição, ocorrida em 1963, marcando o início de um período – as décadas de 1960 e 1970 – em que se concentrou a maior parte da produção escrita sobre a história de Americana.

O livro refere-se à publicação, *História da Cidade de Campinas v.XVIII* (1963), escrita por Jolumá Brito⁵ e integrante da coleção de volumes redigidos por ele sobre a história de Campinas. O volume XVIII é inteiramente dedicado à história de Americana, e, na introdução, o autor argumenta que seu interesse em escrever sobre a cidade decorre do fato de Americana ter integrado, em seu passado, a vasta gleba campineira. O intuito

⁴ As citações das obras foram realizadas preservando a grafia da época e o estilo de escrita dos autores.

⁵ Jolumá Britto nasceu em Espírito Santo do Pinhal e, ainda na infância, mudou-se para Campinas. Essa transição é abordada no documentário *Jolumá Britto: A Voz de Campinas*, que a apresenta como um fator importante para sua formação como pessoa pública. Chegando a uma cidade tradicional, em que o reconhecimento era valorizado, Britto desejava pertencer a esse novo contexto. O documentário também destaca que seu interesse pelo passado campineiro está relacionado à rápida transformação de Campinas, que passou de uma cidade cafeeira agroexportadora para um processo de modernização impulsionado pela industrialização. Foi cartorário no registro de imóveis, radialista, jornalista da *Gazeta de Campinas* e *Diário do Povo*, além de escritor. Entre suas obras, destaca-se a coleção sobre a história de Campinas, composta por 26 volumes, sendo o XVIII dedicado à história de Americana. Também escreveu a biografia de Carlos Gomes e outros trabalhos voltados para políticos, instituições e aspectos diversos de Campinas. Seu nome de registro era João Batista de Sá, e "Jolumá Britto" é um pseudônimo criado por ele, originado da combinação “Jo” de seu primeiro nome, João, e de uma ex-namorada chamada Luci Maurício, da qual derivou o termo "Lumá".

de Brito, na obra, foi descrever os primeiros passos rumo à independência territorial da cidade, assim como o que ele denomina de "luta" travada pelo povoado entre a lande de Barreto Leme e a terra de Moraes de Barros.

No livro *Americana, sua história*, Bryan (1967) afirma que seu interesse em escrever sobre a história da cidade decorre do fato de que "a verdadeira história da fundação de Americana é ainda desconhecida pela maioria dos seus cidadãos" (BRYAN, 1967, p. 09). Com isso, o autor deixa clara sua intenção de contrapor as ideias prevalentes até então, segundo as quais os fundadores teriam sido os norte-americanos que emigraram entre 1866 e 1873 ou Basílio Bueno Rangel. Por meio da compilação de artigos escritos pelo autor no *Jornal A Tribuna de Americana*, a obra narra o processo de desenvolvimento de Americana, destacando a agricultura e a industrialização como fatores cruciais para o crescimento municipal, além de abordar seus aspectos administrativos e sua evolução. Bryan também seleciona os principais atores responsáveis por esse desenvolvimento, como Inácio Corrêa Pacheco, Herman Muller e os imigrantes norte-americanos e italianos.

A última obra analisada, *Americana: Edição Histórica*, organizada por Jessyr Bianco⁶ (1975), foi idealizada no ano do centenário da cidade, 1975 – ano em que a Câmara Municipal oficializou essa designação – e contou com a participação significativa de Bryan, autor de *Americana, sua história* (1967), de Judith MacKnight Jones⁷, escritora

⁶ Jessyr Bianco nasceu em Corumbataí, então distrito de Rio Claro, em 18 de fevereiro de 1925, e mudou-se para Americana aos 13 anos, na companhia de seu pai, que buscava emprego. Trabalhou em indústrias têxteis da cidade e formou-se em Direito pela primeira turma da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Foi secretário executivo da Câmara Municipal por dez anos e um dos fundadores do jornal *O Liberal*. Em 1947, foi candidato a vereador na primeira Câmara Municipal após a redemocratização do país. Embora tenha figurado como 1º suplente, não assumiu o cargo de vereador, pois foi nomeado, por concurso, para o cargo de secretário executivo do Legislativo, função que ocupou até 1957, quando assumiu, na administração de Abrahim Abraham, a Procuradoria Jurídica da Prefeitura. Em 1963, foi eleito vereador pelo PDC para a legislatura de 1964-1968, sendo o terceiro mais votado naquela eleição. Durante seu mandato, teve participação ativa nos processos de impedimento de dois prefeitos, um dos quais foi afastado definitivamente. Reeleito em 1968 pelo MDB para a legislatura de 1969-1972, Bianco presidiu a Câmara Municipal no biênio 1969-1970. Durante esse período, houve uma mudança na Lei Orgânica do Município (promulgada pela Assembleia Legislativa), que permitia, em razão de atos do sistema federal, a prorrogação do mandato dos presidentes dos legislativos. No entanto, Bianco não aceitou a prorrogação e presidiu a eleição de seu substituto.

⁷ Judith MacKnight Jones era descendente dos imigrantes norte-americanos estabelecidos na região onde Americana se desenvolveu, e foi casada com James R. Jones, também descendente, que iniciou sua presidência na Fraternidade Descendência Americana em 1957. Esse cargo resultou no início, por parte de Judith, do depósito e curadoria de itens relacionados à imigração norte-americana na região, o que despertou seu interesse pela pesquisa sobre seus antepassados. Esse interesse culminou na publicação do livro *Soldado Descansa! Uma Epopéia Americana sob os Céus do Brasil*, em 1967, que conferiu notoriedade às cidades de Americana e Santa Bárbara d'Oeste, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A obra despertou o interesse de pessoas que começaram a visitar o Cemitério do Campo e a enviar cartas para a autora. Sua atividade como escritora levou Judith a cursar Pedagogia, sendo também redatora do boletim da Fraternidade Descendência Americana.

com publicações sobre os norte-americanos emigrados após a Guerra de Secessão que contribuiu apresentando na obra um resumo de seu livro. A obra estabelece um paralelo entre o passado e o presente da cidade, dividindo-se em seções denominadas “*Americana de Ontem*”, na qual Bryan, com o capítulo *História de Americana*, e Jones, com o capítulo *Uma epopeia norte-americana sob os céus do Brasil*, discorrem sobre o passado da cidade; “*Duas Épocas*”, que realiza uma comparação fotográfica utilizando o mesmo ângulo entre locais da cidade, funcionando como uma transição entre *Americana de Ontem* e *Americana de Hoje*; e *Americana de Hoje*, na qual Bianco (1975) apresenta aspectos políticos, institucionais e administrativos da cidade, além de temas como agricultura, comércio, indústrias, arquitetura e urbanismo, e vida cultural e social, recorrendo, em alguns momentos, a colaboradores técnicos para abordar tais assuntos.

Na apresentação, o organizador Bianco (1975) afirma que o objetivo do livro é servir à cidade, destacando que seria realizado:

“ divulgando os trabalhos e programas da atual administração; exibindo farto material fotográfico que nos mostra a beleza de tantos recantos que enfeitam nossa cidade e que passam, muitas vezes despercebidos aos nossos olhos; condensando criteriosamente, uma história rica de bons exemplos de trabalho e idealismo dos homens de ontem e de hoje; oferecendo uma amostra de tantas indústrias e estabelecimentos comerciais que sustentam a nossa economia, esta edição histórica será um livro de consulta dos estudantes, da juventude, de todos aqueles que se interessam por esta pujante comuna em que vivem, estudam e trabalham.” (BIANCO; 1975, p.03).

Essas publicações, em sua maioria, foram realizadas por autodidatas⁸ e consolidaram eixos temáticos que contribuíram para a construção de uma narrativa local. No que diz respeito ao conjunto de escritos memorialísticos sobre a história dos municípios, Godoy e Medrano (2006) afirmam que esses textos moldam a trajetória da cidade, estabelecem períodos, rupturas e marcos temporais, além de definirem critérios para a reconstituição e para uma estrutura factual.

⁸ Neste trabalho, o termo "Historiador autodidata" será utilizado para designar os autores de livros e artigos que se dedicaram a recuperar a história da cidade de Americana, mas que não possuíam formação acadêmica específica na área de História. Incluem-se também nesse grupo os escritores que publicaram ensaios de caráter memorialístico, bem como aqueles licenciados em História em uma época em que a principal função da faculdade de História era formar professores, com ênfase na transmissão do saber, sem um aprofundamento crítico das temáticas abordadas.

Esses acontecimentos, organizados, narram uma história, cujo objetivo é evidenciar o progresso e a modernização que o passado transmutou para o presente. Nesse sentido, os autores selecionaram e apresentaram temas geralmente comuns, destacando-se, principalmente, os seguintes:

- Fundação do Município
- Estabelecimento dos primeiros núcleos agrícolas e fazendas
- Chegada dos imigrantes norte-americanos pós-Guerra de Secessão na região
- Prolongamento da linha férrea e inauguração da Estação Ferroviária
- Disputa entre Santa Bárbara d'Oeste e Campinas pelo território e recolhimento de impostos na vila
- Desenvolvimento da fábrica de tecidos Carioba
- Surgimento de mais indústrias provenientes do desenvolvimento de Carioba
- Estabelecimento de imigrantes, principalmente italianos, na região
- Emancipação, progresso e desenvolvimento
- Crítica ao governo Vargas e Revolução de 1932

Em ambas as obras, os autores demonstram a preocupação em delimitar o marco fundador da cidade, cada um apresentando sua opinião sobre diferentes eventos considerados marcos fundacionais. Dado os aspectos implícitos nesse tema, assim como os desdobramentos para uma discussão no âmbito municipal sobre a oficialização da data de fundação, este assunto não será abordado neste momento, ficando sua análise reservada para a próxima seção do trabalho.

No entanto, a reconstituição histórica do município inicia-se, em ambas as abordagens, a partir da ocupação da região que, posteriormente, daria origem a Americana. Esse processo de ocupação foi fortemente impulsionado pelo interesse dos proprietários no desenvolvimento agrícola da área.

Jolumá Brito evidencia em seu livro que, ao escrever o primeiro volume de sua coleção sobre a história de Campinas e ao referir-se aos primeiros habitantes e suas sesmarias daquela localidade, identificou que eles requeriam suas terras ao governo de Portugal “sempre nas proximidades dos rios que circundavam a primitiva lande, e quando não era possível junto à córregos e riachos onde mais facilmente pudessem obter o precioso líquido banhando suas futuras plantações.” (BRITO, 1963, p.97).

Embora houvesse interesse na região devido à presença de rios, Brito (1963) acredita que a descoberta tardia da área onde Americana se desenvolveu se deve ao fato

de não existir, na época, um caminho que ligasse a Vila da Constituição (atual Piracicaba) à Vila de São Carlos (atual Campinas). Isso fez com que o território fosse descoberto somente após o surgimento de Santa Bárbara d'Oeste e seu alargamento territorial em direção à Vila de São Carlos.

Assim, Brito (1963) afirma que a exploração na região do “Salto Grande” teria começado em 1771, quando se estabeleceram os proprietários Antônio Machado de Campos, Francisco de S. Sampaio, Antônio de Sá Ferraz e André de Campos Furquim. Segundo ele, “as sesmarias compreendiam grandes áreas de terras com largas testadas de mais de léguas” (BRITO, 1963, p.97). Essas terras se estendiam para além das delimitações territoriais atuais da cidade de Americana, abrangendo áreas onde hoje estão localizadas as cidades de Nova Odessa, Paulínia e Sumaré.

Brito (1963) faz alusão a outra sesmaria existente na região, pertencente a Domingos da Costa Machado⁹, casado com Maria Barbosa do Rêgo, filha primogênita de Barreto Leme, a qual foi parcialmente cedida antes de 1799 ao guarda-mor Manoel Teixeira Vilela e ao alferes Antônio de Camargo Penteado, que juntamente com Antônio Vieira da Silva Pinto, João Antunes e Agostinho Luís Ribeiro teriam adquirido essas terras em 2 de abril de 1799.

De acordo com Brito (1963), essas terras foram adquiridas em 1845 por Domingos da Costa Machado, filho do genro de Barreto Leme. Esse indivíduo é frequentemente referido tanto por Brito (1963) quanto por Bryan (1975) como “Domingos da Costa Machado II”, a fim de distingui-lo dos homônimos. Brito (1963), afirma que Domingos da Costa II, se estabeleceu naquela fazenda – denominada até então “Fazenda Palmeiras” – se refugiando, após o “Combate da Venda Grande” e dali nunca mais se afastou, “[...] até que em 11 de junho de 1845 entrando em entendimentos com o proprietário da fazenda Palmeiras [...]” (BRITO, 1963, p.102) que era “[...] Manoel Avars Machado resolveu comprar aquelas terras onde, nas proximidades, haviam morado seus ascendentes.” (BRITO, 1963, p.102).

Em uma publicação recente sobre a história inicial de Americana, *História entre Rios: Das sesmarias ao Salto Grande* (2023), um grupo de historiadores, denominado Historiadores Independentes de Carioba, esclarece que o historiador Celso Maria de

⁹ Brito (1963, p. 102) menciona que houve quatro indivíduos chamados Domingos da Costa Machado: 1º — o genro de Barreto Leme; 2º — seu filho, que foi major e fundador de Vila Americana; 3º — o bisneto do fundador de Campinas, falecido em 1849; e 4º — o outro Domingos da Costa Machado, falecido em 2 de janeiro de 1855, cujo inventário foi requerido por José de Campos Sales, seu cunhado.

Mello Pupo¹⁰ abordou o início do estabelecimento das sesmarias na região do “Salto Grande”. Os historiadores afirmam que Pupo defende a ideia de que a concessão das terras não corresponde ao início da produção agrária na região, sendo improvável que os primeiros proprietários tenham mantido a posse sobre elas (PUPO, 1983, apud BOCARDI; FELTRIN; GUEDES e TREVISAN, 2023, p. 20).

O grupo de historiadores afirma que, para Pupo, o início da história da região campineira contraria a visão de Brito (1963), pois, segundo Pupo, o desenvolvimento dessa região só poderia ter ocorrido a partir das “primeiras sesmarias de fato povoadas e cultivadas no território da antiga vila” (PUPO, 1983, apud BOCARDI; FELTRIN; GUEDES e TREVISAN, 2023, p. 20). Além disso, Pupo aponta que essas sesmarias foram “obtidas por Filipe Néri Teixeira e Joaquim José Teixeira Nogueira, tendo Francisco de Paula Camargo comprado terras de seu cunhado Joaquim, o que deu início à formação do local” (PUPO, 1983, apud BOCARDI; FELTRIN; GUEDES e TREVISAN, 2023, p. 20).

Outra divergência apresentada pelos historiadores refere-se às terras de Domingos da Costa Machado. Para Pupo, “a venda de parte das terras a Manuel Teixeira Vilela não foi lavrada em 1799, tendo sido registrada em cartório somente em 1809” (PUPO, 1983, apud BOCARDI; FELTRIN; GUEDES e TREVISAN, 2023, p. 21). Os historiadores evidenciam que para Pupo, “a família Teixeira Vilela permaneceu na posse das terras entre os rios Atibaia e Jaguari até 1870, quando foi comprada por Francisco de Campos Andrade” (BOCARDI; FELTRIN; GUEDES e TREVISAN, 2023, p. 21).

A ideia de que as terras doadas como sesmaria à família Costa Machado, entre a Nova Constituição (atual Piracicaba) e São Carlos (atual Campinas), teriam ficado abandonadas já havia sido mencionada por Abilio Serra Bryan, que relatou que as terras permaneceram assim “até que Domingos da Costa Machado vendeu toda a sesmaria, sendo uma parte ao Sr Antonio Bueno Rangel pai de Basilio Bueno Rangel.” (BRYAN, 1967, p.13).

Outro recorte em relação ao início do desenvolvimento agrícola foi estabelecido

¹⁰ A obra de Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, município no Império: fundação, constituição, usos familiares* (1983), não se refere especificamente à história de Americana, mas sim à história de Campinas, com o autor focando exclusivamente no início da ocupação da região do 'Salto Grande', uma vez que essas terras, na época, faziam parte do território da Vila de São Carlos. Portanto, a obra não será analisada na íntegra neste estudo. As opiniões de Pupo sobre o início da ocupação da região do 'Salto Grande', relevantes para esta pesquisa, são apresentadas por meio da interpretação realizada pelo grupo Historiadores Independentes de Carioba."

por Caldeira (1930), por meio da transcrição de uma nota¹¹ em sua obra, no qual narra a história de Villa Americana a partir da aquisição da fazenda "Machadinho", em 1873¹², por Antônio Bueno Rangel, que, de acordo com o texto, foi “[...] atraído pela fama que então, já circulava em todo o paiz da fertilidade pasmosa do solo campineiro e dos lucros imensos que offerecia o plantio do café [...]” (CALDEIRA, 1930, p.10).

A fazenda “Machadinho” recebeu destaque na historiografia americanense por ter sido estabelecida na região central da atual Americana e por ter feito parte do processo de transformação de área rural em urbana. Essa transição reflete o processo de desenvolvimento do município, no qual a antiga fazenda foi loteada e deu lugar a um bairro e novos espaços urbanos. Essa modificação foi abordada por Caldeira (1930) e retomada por Bryan (1967) e Bryan (1975), a partir do acontecimento da morte de Antônio Bueno Rangel, em 1890, quando o imóvel passou a ser propriedade de seus filhos, Basílio e José Bueno Rangel, que o venderam a Ignácio Corrêa Pacheco¹³, descrito na nota transcrita pelo primeiro autor como [...] “um homem ousado e empreendedor, amigo de auxiliar a quantos o procuravam, pelo que, cedendo a instancias de innumeros pequenos agricultores e commerciantes deliberou retalhar a Fazenda em lotes” [...] (CALDEIRA, 1930, p.10). A nota enaltece a ação do novo proprietário descrevendo que ele as vendeu a preços módicos e para “[...] que o leitor possa avaliar a modéstia das quantias exigidas, bastará accentuar que toda a larga area onde agora apparece a cidade, foi negociada naquela época pelo preço irrisorio de oitocentos mil reis [...]” (CALDEIRA, 1930, p.10).

O texto descrito por Caldeira (1930) indica que tal ação atraiu várias pessoas ao arraial em formação, evidenciando a chegada de comerciantes e particulares advindos de Campinas, destacando os nomes de “José Duarte do Pateo, Manoel Rodrigues Carreira, e Irmãos Couto [...]” (CALDEIRA, 1930, p.10). No decorrer desse processo, as terras voltaram “[...] ao poder do snr. Basilio Bueno Rangel, que as adquiriu do snr. Capitão Pacheco e continuou a venda com facilidades [...]” (CALDEIRA, 1930, p.10). Para o autor, a continuidade no loteamento por Basilio Bueno Rangel se deu [...] “talvez para

¹¹ Brito (1963), ao contrapor esse texto, atribui-lhe a autoria de uma nota do *Diário de São Paulo*. No entanto, ambos os autores não indicaram o autor nem a data de publicação do referido texto.

¹² Brito (1963) discorda de que Antônio Bueno Rangel tenha chegado à vila em 1873, argumentando que ela foi adquirida por ele com escritura pública em 16 de fevereiro de 1866, conforme notas do Tabelião de Campinas José Henrique de Pontes, pela quantia de sete contos de réis, conforme registro feito no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Campinas. O autor também aponta que Antônio Bueno Rangel adquiriu outra parte que estava pro indivisa, em 24 de julho de 1866, conforme notas do Escrivão de Paz Antônio Teixeira de Camargo, por sete contos de réis.

¹³ Caldeira (1930) não apresenta referências documentais dos processos de compras e vendas que cita.

seguir o exemplo de seu antecessor ou, mesmo, obedecendo a um desejo espontâneo [...] tomado de [...] entusiasmo pela ideia de erigir a Villa [...]” (CALDEIRA, 1930, p.10).

Ao utilizar a palavra “talvez”, o texto transcrito por Caldeira (1930) indica incerteza quanto aos reais motivos que levaram Basílio Bueno Rangel a lotear as terras. No entanto, por meio dos dois argumentos, o autor insere justificativas sobre os reais motivos do loteamento, apresentando-os como parte de uma tradição positiva para a vila, seja ela iniciada pelo proprietário anterior e continuada por Rangel, ou ligada ao seu protagonismo direto na criação da vila. O autor continua argumentando que Basílio Bueno Rangel “[...] tudo fez para atrair novos elementos, aos quais accenava com as maiores vantagens [...]” (CALDEIRA, 1930, p.12).

Além das sesmarias, Brito (1963), também, escreveu sobre a fazenda Salto Grande e São Domingos em outro momento da história, a década de 1870. A respeito da fazenda Salto Grande o autor descreve que ela “[...] foi adquirida por Luiz Tujelo a João Batista Roiz Silva Junior, em 14 de maio de 1870.” (BRITO, 1963, p.155). E “em 14 de maio de 1870; outras duas partes foram compradas por Francisco de Campos Andrade a Floriano Camargo Campos, no mesmo “Salto Grande” (BRITO, 1963, p.155). Sobre a Fazenda “São Domingos”, à direita do Ribeirão Quilombo, “[...] foi adquirida por Antônio Pompeu de Camargo a José Correa Filho, em 7 de outubro de 1873 e, também outra gleba por Antônio de Souza Queiroz, no mesmo dia e ano.” (BRITO, 1963, p.155). Esses dados utilizados por Brito (1963) tiveram por finalidade demonstrar que, na década antes de 1873 – data evidenciada como início de Americana na nota transcrita por Caldeira (1930) –, havia proprietários estabelecidos na região.

A partir das análises, evidenciou-se que os autores adotaram recortes temporais diferentes para determinar o início da ocupação da região. Enquanto Brito (1963) considera o estabelecimento das sesmarias, no final do século XVIII, como o marco inicial, Caldeira (1930) e Bryan (1963) destacam o início do desenvolvimento da região a partir de 1873, com a aquisição de terras nas proximidades do que viria a se tornar a região central de Americana.

Embora haja diferenças entre os autores quanto à ênfase atribuída ao momento da ocupação inicial da região, todos o apresentam como o ponto de partida para uma narrativa centrada no progresso. Nesse contexto, as propriedades agrícolas — desde as primeiras sesmarias até o processo de particionamento e loteamento em pequenas propriedades — são destacadas, sendo associadas ao início do desenvolvimento econômico que possibilitou o surgimento dos marcos históricos subsequentes

selecionados pelos autores.

O momento inicial, marcado pela atividade agrícola, também foi utilizado, pelos autores, para demarcar os primeiros proprietários a se estabelecerem na região — brasileiros, descendentes de portugueses — e isentar os imigrantes que se estabeleceram posteriormente da responsabilidade direta pelo desenvolvimento do município. Bryan e Jones evidenciam essa ideia, dizendo que: "Dentro do contexto econômico brasileiro, perfeitamente encaixada na economia regional, a vila nasceu sob a égide da atividade agrícola, existente mesmo antes da vinda dos colonos estrangeiros." (BRYAN, 1975, p.10).

Relacionado ao desenvolvimento agrícola, ao particionamento das terras em lotes pelos brasileiros para a aquisição por terceiros e à própria denominação da cidade, outro aspecto que ganhou destaque nas publicações sobre a história Americana foi a chegada e o estabelecimento de imigrantes norte-americanos sulistas na região, após o fim da Guerra de Secessão (abril de 1865).

Os motivos dessa imigração de sulistas estadunidenses para o Brasil foram atribuídos por ambos os autores às condições decorrentes da derrota dos Estados Confederados do Sul perante os Estados do Norte (União). Caldeira (1930, p. 12), evidenciou que “esses homens foram obrigados a emigrar para o Brasil, em consequência da tremenda guerra civil determinada pela extinção da escravatura, que armou o norte contra o sul da grande pátria de Washington.” Jones (1975, p. 15), também apontou que “alguns sulistas, descontentes com a situação que sucedeu a guerra civil, dispuseram se a emigrar e muitos escolheram o Brasil como destino”, pois no Sul dos Estados Unidos “as plantações ficaram abandonadas, as mansões incendiadas ecoaram vazias, os viveres e animais desapareceram na voragem da terra e o dinheiro virou deboche dos invasores” (JONES, 1975, p.15). Ninguém mais tinha garantias, os impostos eram pesadíssimos, não havia meios de pagá-los nem esperança de dias melhores. (JONES, 1975, p.15). Brito (1963, p. 159) corrobora: “Foi nessa emergência que emigraram para o Brasil imperial, escravocrata, vários grupos desses americanos.

A imigração também foi associada pelos autores aos interesses do Brasil, uma vez que a facilitação ocorreu devido ao fato de que, antes “[...] da guerra, o Sul era o maior produtor de algodão do mundo e o exportava para os teares da Inglaterra e da França, trazendo grande prosperidade para toda a região” (JONES, 1975, p.15). D. Pedro II, observando tal acontecimento “[...] viu a oportunidade do Brasil entrar no mercado e incentivou a vinda de plantadores de algodão dos estados sulistas americanos” (JONES,

1975, p.15). “Exaustos pela guerra civil que aniquilou a economia do Sul dos Estados Unidos, ouviram falar do Brasil e das vantagens que o império oferecia a quem soubesse plantar algodão” (JONES, 1975, p.15).

Em nenhuma das publicações há evidências de que os estadunidenses imigraram para o Brasil devido ao interesse pela escravidão ainda vigente no país. No entanto, os autores emitiram opinião em relação a abolição da escravidão nos Estados Unidos, demonstrando indignação em relação à liberdade dos ex-escravizados. Em *Americana: Edição Histórica* (1975), os autores escreveram:

Os escravos libertos de um dia para outro, como crianças que fogem da escola, saíram a êsmo pelas estradas aos bandos, embriagados pela sensação de não ter dono e não precisar trabalhar, formaram mocambos nas matas, deram-se à pilhagem e toda sorte de malvadezas” (JONES, 1975, p.15).

Com base nas ideias de Alípio Corrêa, Jolumá Brito também emite sua opinião sobre o fim da escravidão nos Estados Unidos, afirmando que seu decreto, pouco antes do término da guerra, fez com que o bloco sulista entrasse “[...] num período de crise desesperadora, fase anfustiosa de insolvabilidade, de papel moeda desvalorizado, de moratórias e falências vultuosíssimas” (BRITO, 1963, p.158). Brito (1963) estabeleceu um comparativo entre o fim da escravidão nos Estados Unidos e no Brasil, afirmando que o Brasil quase enfrentou a mesma situação, que, no entanto, não foi tão desastrosa, pois pôde aprender com o exemplo do Sul estadunidense e contar com o “espírito prático do paulista”, que, antes da abolição, já pensava na imigração de estrangeiros. Brito acrescenta uma opinião pessoal, afirmando: “No dia em que a Princesa Isabel assinou a carta de Liberdade do negro escravo brasileiro, assinava também a condenação do regime monárquico e do ídolo que era seu pai” (BRITO, 1963, p.158).

Sobre a política pós-guerra, Brito (1963) transcreveu a ideia de Alípio Corrêa, apresentando-a como um período terrível, pois os negros, apoiados pelos políticos do Norte, passaram a ocupar cargos no Sul. Segundo ele, “o escravo boçal a governar os ex-senhores, excluídos legalmente da política por terem pegado em armas contra a União” foi o panorama dominante durante o período que, por amarga ironia da história, ficou conhecido como a “Reconstrução”.

Observa-se, portanto, a ausência de reflexões sobre a questão social dos escravizados, tanto no contexto dos Estados Unidos quanto no Brasil, com ênfase, por outro lado, nas implicações econômicas negativas enfrentadas pelos grandes proprietários

em decorrência da abolição da escravidão.

Apresentadas as motivações dos sulistas estadunidenses para a imigração ao Brasil, os autores evidenciam a chegada dos primeiros norte-americanos ao Brasil e como chegaram à região, William Hutchinson Norris¹⁴ e seu filho Robert Norris. O primeiro é identificado como responsável pelo estabelecimento de outros imigrantes na localidade, destacando-se entre outras personalidades históricas selecionadas pelos autores, que são apresentadas como protagonistas no desenvolvimento da cidade. Tanto Brito (1963) quanto Jones (1975) utilizaram como referência testemunhos da neta de Willian Norris e filha de Robert Norris, Julia, para descrever sobre a chegada dos descendentes ao Brasil, que desembarcaram no Rio de Janeiro no dia 27 de dezembro de 1865, a fim de escolher o local onde deveria estabelecer-se. Ligados a maçonaria, foram “[...] procurar algum irmão maçom, pois é sabido que eles se ajudam mutuamente, e realmente ele foi auxiliado por dois líderes maçons, George e Charles Nathan [...]” (JONES, 1975, p.17). Essa relação com a maçonaria é demonstrada como elemento facilitador para os Norris pois “o imperador Dom Pedro II, em pessoa, foi visitá-lo no hotel e ofereceu terras para cultivar, sugerindo que viessem para o estado (então província) de São Paulo” (BRITO, 1963, p.160-161), pois achava que eles se adaptariam melhor nesta província.

Jones (1975) descreve que, assim fizeram pai e filho, ao subirem a Serra do Mar em direção a São Paulo com o objetivo de especular terras. Foram oferecidas terras gratuitas nas regiões onde hoje se localizam o Brás e São Caetano, mas recusaram-nas devido à presença de brejos. Em seguida, compraram carros de boi e dirigiram-se para Campinas, onde procuraram terras até alcançarem a planície que se estendia de Campinas a Vila Nova da Constituição (atualmente Piracicaba). “Aqui chegando, escolheram o município de Campinas para o centro de sua actividade, espalhando-se pelos prósperos imóveis ruraes localizados nas imediações do povoado em embryão” (CALDEIRA, 1930, p.12).

Conforme a autora relata: “Compraram terras da sesmaria de Domingos da Costa Machado, alguns quilômetros antes de Santa Bárbara, onde a terra lhes pareceu boa e plana para plantar algodão” (JONES, 1975, p. 17). Em seguida, continua a descrição do

¹⁴ O coronel Willian H. Norris, nascido no estado da Geórgia, passou a maior parte de sua vida no estado de Alabama, onde foi senador. Serviu na guerra com o México e lá obteve sua patente de coronel. Aos 65 anos, veio para o Brasil plantar algodão. O livro “The War Between the Union and the Confederacy”, do General Willian C. Oates, pág 220, faz referência ao sargento major Robert Norris, que agora vive no Brasil, e na pág 666 diz que “alistou-se aos 23 anos. Foi nomeado sargento-major, esteve em muitas batalhas, tendo a sorte de não ter sido ferido. Foi promovido a tenente no 60º Regimento do Alabama e deu baixa em 20 de setembro de 1864. (BRYAN; JONES, 1975, p.17).

estabelecimento dos Norris, mencionando que "Norris e seu filho se acomodaram em terras às margens do Ribeirão Quilombo (1886). Havia algumas casas já velhas que os Norris ajeitaram para a família morar, quando viesse dali a um ano" (JONES, 1975, p. 17). Por fim, Jones (1975) destaca que pai e filho "compraram uma escrava para cuidar da casa e dois negros para trabalhar na roça" (JONES, 1975, p. 17). Esse último trecho evidencia a aquisição de escravizados no Brasil, destacando a continuidade da prática escravista que esses sulistas já realizavam e defendiam no contexto da Guerra Civil Norte Americana.

Por meio do enaltecimento dos Norris, os autores demonstram que a formação da colônia na região da futura Vila dos Americanos, ao contrário de outras colônias de egressos sulistas norte-americanos no Brasil, não foi programada nem estabelecida por organizações oficiais, mas sim fruto dos esforços individuais de William e Robert Norris, que culminaram no estabelecimento do grupo subsequente. Segundo Jones (1975), tal ação foi possível devido à determinação com que partiram para desenvolver uma pequena lavoura e ao capital em dólares de ouro. O que "promoveu, posteriormente, a vinda de outros norte-americanos, que ele auxiliou, inclusive emprestando dinheiro" (BRITO, 1963, p. 160-161). Após se estabelecerem, os Norris chamaram o restante da família, que chegou em 1867. A partir daí, vários norte-americanos começaram a se estabelecer na região da então Estação Ferroviária de Santa Bárbara, influenciadas pelos Norris.

Jones (1967), em seu livro *Soldado Descansa! Uma Epopeia Norte-Americana Sob os Céus do Brasil*, esclareceu que a ação e o incentivo dos Norris motivaram muitas famílias a se estabelecerem nas proximidades a partir de 1868. Segundo a autora, "os que vieram primeiro já tinham tido tempo de mandar vir suas famílias, mandar notícias das possibilidades e vantagens aos amigos ansiosos de saber mais, antes de tomar tão importante decisão" (JONES, 1967, p. 181). Assim, de acordo com Jones (1967), estabeleceram-se nas proximidades dos Norris: Joseph Withaker (casado com sua filha Isabel), Edward Townsend e William Daniel (seus genros), James, Joseph e William Moore, os dentistas Christopher Ezelle e Winston Broadnax, Benjamin Yancey, Prestridge com suas famílias, James Anderson, John Brownlow, Provost, o reverendo Thomas (pastor da Igreja Batista), a família Mills e os Scurlock, que moravam do outro lado do rio Quilombo. Outras famílias norte-americanas também se estabeleceram em localidades próximas, nas atuais cidades de Piracicaba, Capivari, Limeira, e na comunidade do Campo, em Santa Bárbara. Além dessas colônias, existiam outras em diversas regiões do Brasil, mas que não obtiveram êxito. Com o sucesso da colônia

iniciada pelos Norris, "muitos acabaram saindo dessas colônias e indo para Santa Bárbara" (BRITO, 1963, p. 160-161). Jones (1967) menciona que, com a morte de McMullan em Juquiá, a colônia se desintegrou, e muitos se dirigiram para Santa Bárbara, onde, com ajuda mútua, conseguiram se restabelecer.

Os autores são unânimes em afirmar que os norte-americanos não tiveram responsabilidade na fundação de Americana, mas enaltecem a importância de sua participação no desenvolvimento da cidade e no progresso que esta experimentava quando os autores escreviam. Eles observaram os imigrantes norte-americanos como um fator agregador para os brasileiros que já haviam iniciado o processo de desenvolvimento local. A chegada dos imigrantes foi descrita por Caldeira (1930, p. 12) da seguinte forma: "Auxiliando o esforço dos nacionaes aqui residentes, todos luctando pelo progresso de Santa Barbara, ocorreu um facto que muito favoreceu o desenvolvimento da população: a chegada de numerosa leva de colonos norte-americanos". Jolumá Brito também destaca os norte-americanos como um fator contributivo e integrado ao contexto local já existente, ao afirmar que o "solo fértil, os métodos avançados (para a época) de cultivo, além da generosa assistência do governo e do povo brasileiros, proporcionaram à colônia resultados mais do que satisfatórios (BRITO, 1963, p. 161). Brito (1963), também atribuiu aos norte-americanos a responsabilidade por uma aceleração de 80% no desenvolvimento da vila Americana, em comparação com outras regiões do estado.

As contribuições dos estadunidenses, conforme mencionadas pelos autores, estão associadas às plantações que desenvolveram, especialmente de algodão e melancia, bem como às técnicas agrícolas por eles aplicadas. O arado que os Norris "trouxeram causou tanta sensação e curiosidade que, em pouco tempo, tinham uma escola prática de agricultura, com muitos alunos que lhes pagavam pelo privilégio de aprender e ainda cultivar suas roças (JONES, 1975, p. 17)". Willian Norris também "ensinou o cultivo do algodão, com uso do arado que trouxe, na Fazenda Ibicaba, do coronel Vergueiro (JONES, 1975, p. 17)".

O início do cultivo da cultura da melância, muito difundida no sul dos Estados Unidos foi introduzido por "Joe Whitacker" que "trouxe um punhado de sementes da famosa variedade Cascavel da Geórgia" (BRITO, 1963, p. 161).

"Cultivada, a princípio para consumo, foi posta no mercado quando outros produtos não deram bom resultado financeiro. Fez tanto sucesso, que daí por diante que passou a constituir uma das maiores Fontes de renda da

colônia (BRITO, 1963, p. 161)”.

Dando sequência nas contribuições estadunidenses destacadas pelos autores, Jones (1975), evidenciou inovações relativas ao transporte, proveniente da fabricação de carroções de quatro rodas com cubo e raios de madeira envoltos de ferro, com rodas menores na frente para facilitar a manobra e puxados por suas ou três pares de burros. “Para uso pessoal, adotaram o trole de duas rodas e de um só assento, feitos em Piracicaba até que Santa Bárbara passou a fabricá-los com vantagem, nos princípios do século” (JONES, 1975, p. 21). Buscando evidenciar o aspecto colaborativo entre os norte-americanos, a autora descreve ações de cooperação entre esses imigrantes. Ao abordar os troles, destaca a delicadeza desses veículos, que exigiam boas condições das estradas. Nesse contexto, os moradores se empenhavam na manutenção dos caminhos. A artéria principal, que conectava as diversas rotas, era reparada por todos os usuários em um dia que se tornava festivo, com piquenique e a presença das famílias. Esse evento ficou conhecido como "Dia de Consertar Caminhos" (JONES, 1975, p. 21).

As técnicas dos norte-americanos, especialmente aquelas relacionadas aos ferreiros, foram destacadas como uma tradição legada aos habitantes de Americana e Santa Bárbara. Esses conhecimentos foram assimilados por brasileiros e estrangeiros de outras nacionalidades, que, por meio do aprendizado, desenvolveram habilidades, particularmente na fabricação de “carroções, troles, arados e outras ferramentas e seus aprendizes se estabeleceram por conta própria, aqui e em outras cidades, dando inícios a grandes indústrias” (JONES, 1975, p. 21).

Em relação às questões culturais, os autores destacam principalmente a dimensão religiosa, enfatizando que, apesar de o Brasil ser monárquico e oficialmente católico, os imigrantes norte-americanos encontraram formas de professar a fé protestante. Inicialmente, isso ocorreu por meio de cultos residenciais e, posteriormente, com a construção colaborativa de igrejas, sendo a maioria deles presbiterianos e batistas. Além disso, fundaram colégios protestantes, associando a fé à educação. O ponto de tensão entre protestantes e católicos, evidenciado pelos autores, esteve principalmente relacionado à proibição do enterro dos norte-americanos nos cemitérios locais, uma vez que a maioria desses cemitérios era de propriedade da Igreja Católica e os imigrantes não eram batizados nela. Desse fato, surgiu o cemitério do campo, localizado na atual Santa Bárbara d'Oeste, a prática foi iniciada nas terras de Asa Thompson Oliver quando “faleceu a senhora Beatrice Oliver, em 1868, tendo sido enterrada, conforme o costume

Sulista, em terras de sua propriedade” (JONES, 1975, p. 19). A prática foi continuada com o enterro das duas filhas, que faleceram em decorrência de tuberculose, sendo sepultadas ao lado da mãe, e com a morte posterior do menino Henry Bankyston, de outra família, que teve a proibição de ser enterrado no cemitério de Santa Bárbara, sendo sepultado nas terras de Oliver. Assim, quando outros norte-americanos faleceram, seus familiares, cientes da impossibilidade de sepultá-los nos cemitérios católicos, começaram a solicitar ao coronel Oliver permissão para enterrar seus mortos nas terras dele. Dessa forma, o cemitério foi se expandindo até que o coronel Oliver “ao advertir um escravo que estava roubando batatas, foi atacado e morto a enxadadas” (JONES, 1975, p. 19). A família foi embora para os Estados Unidos, vendendo a propriedade para James Muller sob a promessa de que o cemitério seria mantido para uso dos norte-americanos (JONES, 1975). Em 1878, foi construída uma capela anexa ao cemitério, que se tornou um centro religioso e social para a comunidade. Em 1956, foi fundada a Fraternidade Descendência Americana¹⁵, a qual assumiu os cuidados do local.

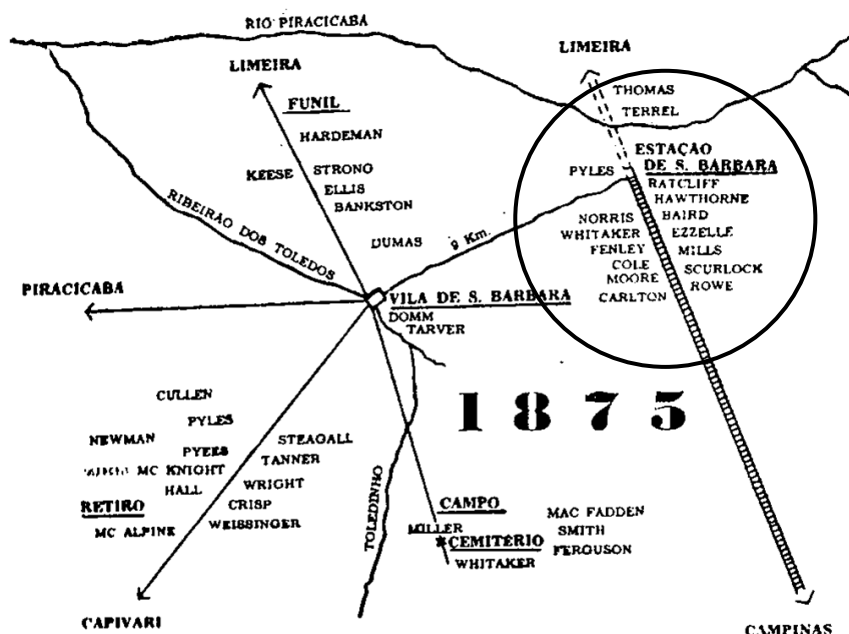
Ainda no que se refere às influências norte-americanas, outro aspecto destacado pelos autores é a evidente influência no nome da cidade. Ambos foram categóricos ao explicar a origem da denominação, que remonta ao estabelecimento do grupo de norte-americanos — resultado do pioneirismo de William Hutchinson Norris — nas proximidades da sede da “Fazenda Machadinho”, na atual região central de Americana. Esse fato levou a população da época a se referir ao local como *Villa dos Americanos*, nome que, posteriormente, se transformou em *Villa Americana* e, após a emancipação da vila, deu origem ao nome atual de Americana. CALDEIRA (1930, p. 12) evidenciou que “Embora continuasse a ter oficialmente a antiga denominação de Santa Bárbara, o distrito já era conhecido, geralmente, pelo nome de ‘Villa Americana’”. Brito (1963) argumenta que os moradores já haviam consolidado o nome da cidade, uma vez que petições, notícias de jornais, cartas e outros documentos raramente se referiam à Estação de Santa Bárbara, mas sim à Vila Americana.

Jones (1975) incluiu uma imagem que ilustra a localização das famílias norte-

¹⁵ A Fraternidade Descendência Americana é uma organização sem fins lucrativos dedicada à preservação do patrimônio histórico e cultural dos imigrantes norte-americanos no Brasil. Até 2019, era responsável pela realização da Festa Confederada, que ganhou destaque na mídia a partir de 2015 devido ao uso de símbolos confederados. Em 2020, a Defensoria Pública iniciou uma investigação sobre esses símbolos, alegando que promovem a apologia ao racismo. Em 2022, a Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste aprovou uma lei contra a exibição de símbolos discriminatórios em eventos públicos. Em resposta, a Fraternidade alterou o nome do evento para “Festa dos Americanos” e comprometeu-se a não mais usar símbolos confederados, limitando-os a exibições em museus.

americanas na região, permitindo a visualização do núcleo ao redor da então Estação de Santa Bárbara – destacado neste trabalho por meio de um círculo, a fim de facilitar a análise – o qual os autores consideram relevante na definição da denominação (IMAGEM 1).

Imagem 1- Localização das Famílias



Localização das Famílias

FONTE: JONES (1975, p. 21). Círculo destacado pelo autor.

Os autores também apontam que o nome foi uma solução para os problemas relacionados aos desvios de correspondências pois a

“estação de estrada de ferro recebera desde sua inauguração o nome oficial de Estação de Santa Bárbara, e isto concorria para que a correspondência enviada aos seus habitantes, como viessem endereçadas a Sta. Bárbara, fossem parar no município do mesmo nome e lá ficassem esperando que se as reclamasse, até que se perdiam” (BRYAN, 1967, p. 25).

BRYAN (1967, p. 25) afirma que tal fato fez com que “pessoas ali radicadas, notadamente o Capitão Inácio Correa Pacheco” lutassem pela oficialização do nome da estação. O que foi concretizado quando em 3 de janeiro de 1900, quando foi inaugurada “[...] festivamente a mudança definitiva do nome da Estação de Santa Bárbara para o de Vila Americana, ruidosamente recebido com entusiásticas reuniões efetivadas naquele dia” (BRITO, 1963, p. 118).

A oficialização do nome da estação foi uma ação voltada para estabelecer uma distinção em relação a Santa Bárbara, não apenas devido aos problemas postais, mas também em razão dos embates acerca da subordinação da vila — se ela deveria pertencer a Santa Bárbara ou a Campinas. Esse processo estava relacionado, ainda, aos conflitos gerados pela cobrança de impostos por ambos os municípios, sendo uma ação para se desvincular de Santa Bárbara d'Oeste.

Além da mudança de sua denominação, a Estação Ferroviária também ganhou destaque na obra de Bryan (1967), que relacionou o início de sua construção, em 1873, nas terras da fazenda Machadinho, à fundação da cidade. Para o autor, o início das obras, a chegada de trabalhadores da turma de avanço da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais e o estabelecimento desse grupo nas proximidades da construção foram cruciais para a formação do povoado, uma vez que resultaram na criação dos elementos necessários para o seu desenvolvimento: “construiu-se o primeiro agrupamento de casas, instalou-se o primeiro bar, o primeiro armazém de secos e molhados, loja de armarinhos, farmácia, etc.” (BRYAN, 1967, p. 18).

A construção da estação teria sido motivada pelo progresso substancial da região, favorecido “pela instalação das fazendas dos norte-americanos donos de técnicas de cultivo mais avançadas” (JONES, 1975, p. 19), que impulsionaram a si mesmas e os produtores já estabelecidos no local, culminando na construção de uma estrada de ferro e de uma estação que pudesse atender às necessidades das fazendas locais, facilitando o escoamento da produção agrícola para outras cidades do estado, além da capital e do porto de Santos. A estação foi inaugurada em 27 de agosto de 1875, e Bryan (1975) enfatiza a presença do imperador Dom Pedro II, do Conde D'Eu, casado com a princesa Isabel, do padre Vicente Pires da Mota, do presidente da província de São Paulo, secretários de estado e diretores da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais.

Como evidenciado, a Estação foi construída em um território que, à época, pertencia a Santa Bárbara d'Oeste, distante de seu núcleo urbano. Esse fato favoreceu o surgimento de um novo núcleo populacional, que posteriormente se consolidaria como a Vila Americana. O intenso contato com Campinas, facilitado pela malha ferroviária, teria, conforme Bryan (1975), aproximado a vila do município campineiro, o que resultou na imposição de cobrança de impostos sobre a vila a partir de 1896, por intermédio da Câmara Municipal de Campinas. Em contrapartida, Santa Bárbara d'Oeste, considerando que a vila estava em seu território, passou a cobrar impostos dos moradores da Vila Americana, sentindo-se lesada pela situação.

O embate entre o município de Campinas e o distrito de Santa Bárbara d'Oeste pela jurisdição da Vila Americana recebeu amplo destaque entre os estudiosos, que evidenciaram o interesse dos moradores da Vila Americana em se desvincularem de Santa Bárbara d'Oeste e serem administrativamente ligados a Campinas. Em um capítulo dedicado ao tema, Brito (1963) apresenta a questão como uma séria divergência entre as duas localidades, cuja resolução oficial teve início em 8 de outubro de 1886, quando Campinas buscou entendimento com Piracicaba, então responsável pelo distrito de Santa Bárbara d'Oeste, sobre as divisas estabelecidas e aceitas em 1833. A proposta era que Campinas e Piracicaba enviassem engenheiros com o objetivo de retificar as divisas e resolver a questão. Um mês depois, Piracicaba enviou um comunicado "declarando não tomar parte na retificação de divisas, por não lhe interessar e nem afetar aquele município" (BRITO, 1963, p. 41). Dada a negativa de Piracicaba em resolver a questão, Campinas recorreu ao Congresso do Estado, solicitando a definição do problema. A disputa se arrastou por mais tempo, envolvendo também um embate entre as imprensas, com a *Gazeta de Piracicaba* apoiando Santa Bárbara d'Oeste e o *Diário de Campinas* defendendo Campinas e os moradores da Vila Americana, além de uma publicação favorável a Campinas na imprensa paulistana.

A questão se agravou quando o Juiz de Paz de Santa Bárbara d'Oeste, acompanhado de soldados, dirigiu-se à Vila Americana e entrou na residência de Basílio Bueno Rangel, conforme transcrição de artigo por ele escrito no *Diário de Campinas* em 7 de março de 1900:

“[...] levando tôda a mobília que guarnecia minha sala de visitas e mais alguns objetos, isto a título de eu não ter pago para a Câmara de Santa Bárbara um imposto inconstitucional, depois de eu ter depositado a importância da mesma nas mãos do Juiz de Paz de Santa Cruz, em Campinas. Vila Americana, campineira, está sendo explorada pela gananciosa Câmara de Santa Bárbara, que não possuindo documentos comprobatórios sobre a questão de divisas, experimenta todos os manejos políticos a fim de ver se prejudica Campinas! Insensatos! [...]” (BRITO, 1963, p. 73).

Tal fato foi evidenciado por Bryan (1975, p. 11) como uma "arbitrariedade dos barbarenses", que por pouco não resultou em litígios e, com esse ato, intensificaram a luta dos moradores da Vila Americana pelo afastamento da administração de Santa Bárbara d'Oeste que além dos impostos lançados sob as propriedades, taxava os produtos agrícolas da vila, “[...] especialmente criado para o plantio da melancia.” (BRITO, 1967, p. 32). Todo o processo político foi moroso e descrito por Brito (1963) por meio das publicações nos jornais e dos requerimentos da Câmara de Campinas ao Congresso do Estado. O

problema foi finalmente resolvido em 30 de julho de 1904, quando o poder executivo estadual criou, por meio da Lei nº 916, o Distrito de Paz de Vila Americana. A decisão foi comunicada aos moradores da vila por Antônio Álvares Lobo¹⁶, deputado estadual que se envolveu nas causas da Vila Americana e foi enaltecido pelos autores por suas ações.

Nessa sucessão de acontecimentos, narrados em teia voltada para o desenvolvimento e progresso da cidade, um novo avanço foi destacado por todos os autores: a fábrica de tecidos Carioba, considerada um marco inicial no desenvolvimento industrial do município. Embora a indústria tenha sido apresentada como um marco inovador para a vila, os autores apresentam sua trajetória intimamente ligada ao particionamento das terras e à agricultura local, fatores que precedem o novo período. Ao narrar a história da indústria, Bryan (1967) inicia sua análise mencionando que, após a venda das terras da antiga sesmaria de Domingos da Costa Machado, as terras da Fazenda Salto Grande e da região onde se desenvolveu Carioba posteriormente foram adquiridas pela família Souza Queiroz, que iniciou o desenvolvimento agrícola naquela área. Brito (1963) também estabeleceu uma relação entre a Carioba e o povoamento inicial da região, destacando que a maior parte do algodão utilizado como matéria-prima provinha da "Fazenda Salto Grande", que integrava a "[...] primitiva região onde Domingos da Costa Machado chantou a bandeira de seus fundamentos." (BRITO, 1963, p.171). Caldeira (1930) apresentou uma visão distinta a Bryan (1967) sobre o início da indústria, argumentando que ela foi fundada "por membros da antiga família Souza Queiroz, constituindo-se a firma Rawlston, Queiroz & Cia¹⁷." (CALDEIRA, 1930, p. 163).

Bryan (1967), embora tenha citado a aquisição de terras pela família Souza Queiroz, atribui o início da indústria ao momento em que Clemente Wilmont adquiriu as terras da Fazenda Salto Grande, evidenciando esse evento como "[...] o início da indústria de tecelagem que mais tarde traria grandes lauréis à cidade de Americana" (BRYAN, 1967, p. 32). Sobre esse mesmo início, Bryan e Jones (1975) escreveram: "A indústria

¹⁶ Antônio Álvares Lobo (1860-1934) foi um advogado e político nascido em Itu, mas que iniciou sua trajetória política em Campinas, onde atuou como vereador em cinco legislaturas (1892-1911). Formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, destacou-se como defensor das causas republicana e abolicionista. Exerceu diversos cargos públicos, incluindo a presidência da Câmara Municipal de Campinas e o mandato de deputado estadual por São Paulo, sendo uma figura chave no processo de emancipação da Vila Americana. Além disso, teve um papel significativo na gestão de crises sanitárias, notadamente durante a epidemia de febre amarela de 1894.

¹⁷ O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na área de contextualização de uma coleção fotográfica de Carioba, indica que a primeira denominação da indústria foi Souza Queirós, Ralston & Cia., corroborando a ideia de Caldeira (1930) de que a família Queirós era sócia-proprietária da indústria em sua fundação.

teve início e, embora não soubesse, seria a célula mãe, da qual nasceria o parque industrial que caracteriza Americana de hoje" (BRYAN; JONES, 1975, p. 13).

O próximo marco destacado pelos autores foi o momento em que, em 31 de maio de 1889, a fábrica passou a se denominar Fábrica de Tecidos Carioba, nome que, em tupi-guarani, significa "pano branco". Nesse contexto, Bryan (1967) indicou que a indústria permaneceu em atividade até 1896, quando, devido à má gestão e ao acúmulo de dívidas, foi alvo de uma ação de protesto por parte do Banco do Brasil. A fábrica permaneceu fechada até 1902, momento em que, segundo Caldeira (1930), os territórios de Carioba e Salto Grande foram adquiridos pela firma inglesa Rawlison Muller & Cia., da qual fazia parte Franz Muller. A partir desse ponto, com a aquisição da indústria pelos Muller, os autores começam a enaltecer os membros da família responsáveis pela gestão da empresa, destacando, entre eles, Franz Muller, precursor na administração da indústria, a quem Caldeira (1930) atribui a seguinte descrição: "homem de invejável largueza de vistas e, graças à sua incansável atividade, a indústria alcançou um nível de prosperidade notável por todos" (CALDEIRA, 1930, p. 163). Bryan corrobora essa afirmação ao destacar que, a partir de Carioba, "formou-se uma potência na indústria de tecidos de algodão, e foram sem dúvida os Muller que iniciaram o surto progressista da indústria em Villa Americana". (BRYAN, 1967, p.33). Além disso, a família teria se apegado de tal forma às terras, "que mais tarde, incluíram no próprio nome a palavra Carioba passando a chamarem-se Muller Carioba." (BRYAN, 1967, p.33).

Os autores enalteceram a família Muller, não apenas em relação ao desenvolvimento da própria indústria e à sua importância para a industrialização da vila, mas também pela sua contribuição ao desenvolvimento local, incluindo a transformação da vila em cidade. O desenvolvimento de Carioba teria acarretado uma "maior desenvoltura de Americana, sendo poderoso fator para a independência daquela florescente cidade, ainda Município de Campinas". (BRITO, 1963, p.171).

Referindo-se ainda à contribuição da família Muller para a então Vila Americana, Bryan afirma que, para "se ter uma ideia do quanto fizeram os membros dessa família pelo progresso de Vila Americana, podemos citar a sua participação na instalação da energia elétrica no povoado". (BRYAN, 1967, p.33). A indústria já contava com iluminação a muito tempo e a empresa se interessou em estender o serviço para a vila. Tal ação foi descrita por Bryan como "[...] um dos inúmeros serviços prestados por essa firma à comunidade vilamericanense, ampliando-lhe as possibilidades de progresso e contribuindo para o seu desenvolvimento." (BRYAN, 1967, p.33). Essa frase evidencia

como os autodidatas descreviam as personalidades selecionadas por eles e suas ações, apresentando-as como atos colaborativos, o que conferia um tom de bravura aos responsáveis por tais iniciativas. No entanto, no caso em questão, o grupo ao qual os Muller pertenciam tratou o fornecimento de energia mais como uma oportunidade de investimento do que como uma ação de auxílio ao município. Como destacou Bryan (1967), os Muller enviaram um requerimento à Prefeitura de Campinas, manifestando interesse em realizar o fornecimento de energia e participaram de uma concorrência pública no Departamento de Obras. A concessão foi obtida após a desistência da empresa de Ademar Camargo, que, embora tenha vencido a licitação, se retirou por não querer cumprir a exigência de fornecer energia também para as cidades de Cosmópolis e Nova Odessa. Assim, os Muller fundaram a Companhia de Força e Luz Carioba S/A, com sede na Avenida Antônio Lobo, em 1911.

Esse fato também evidencia que a Rawlison Muller & Cia. possuía diversos empreendimentos, os quais os autores associam à contribuição para o desenvolvimento de Americana, enfatizando, com riqueza de detalhes, a Fazenda Salto Grande e a Fábrica de Tecidos Carioba. Caldeira (1930) realizou tal descrição com particularidade, ao detalhar os dois empreendimentos conforme estavam organizados na época de publicação de sua obra, em 1930, período de plena atividade dos negócios. A apresentação dos dois empreendimentos foi organizada em seções específicas para cada um deles, com destaque inicial para a administração, conforme descrita por Caldeira da seguinte forma:

“Fallecido o Snr. Commendador, foi substituído por seus operosos e dignos filhos snrs, Hermann Theodoro Muller e Hans Muller, ficando a procuradoria geral a cargo do snr. Alfred Plaas e a direção technica com o snr, Francisco Rodolph Muller. (CALDEIRA, 1930, p.163).

A Fazenda "Salto Grande" foi apresentada por Caldeira (1930) por meio de suas características e dados quantitativos. O autor iniciou destacando sua localização, situada na confluência dos rios Jaguari e Atibaia, nas proximidades da nascente do Rio Piracicaba. Além disso, informou o tamanho da área, que abrangia mil alqueires de terra, distribuídos em quatro seções: Sobrado Velho, Boa Esperança, Jaguari e Lazareto. A principal atividade da fazenda, sob a direção de Werner Plass, era a cultura do algodão, cultivado em uma área de 110 alqueires e processado em máquinas de beneficiamento movidas por motor elétrico, sendo utilizado como matéria-prima na Fábrica de Tecidos Carioba. A fazenda também se dedicava à produção de milho, arroz e feijão, além de

manter um rebanho de cerca de 250 cabeças de gado e cultivar cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente.

Ao apresentar a Fábrica de Tecidos Carioba, Caldeira (1930) também iniciou a descrição fornecendo dados quantitativos, informando que a fábrica contava com um total de 755 operários, responsáveis pela produção anual de 7 milhões de metros de tecidos de algodão e mesclados. Em seguida, detalhou os setores da indústria, os respectivos dirigentes, os números de produção e a quantidade de operários, conforme segue:

- **Fiação:** 12.000 fusos, 300 operários, sob a direção de Américo Colla;
- **Preparação do fio:** 150 operários;
- **Tinturaria:** 20 operários, dirigidos por Bruno Reichardt;
- **Tecelagem:** 250 operários, operando 500 teares, sob o comando de Ferruccio Astorre;
- **Acabamento e expedição:** 30 auxiliares;
- **Mecânica:** 15 homens, sob a direção de João Bernestein;
- **Carpintaria:** 8 operários, sob a direção de Pedro Rando;
- **Eletricidade:** 6 auxiliares, sob os cuidados de Pedro Conti.

Caldeira (1930), também apresentou outras indústrias do grupo Muller Carioba estabelecidas no entorno da Fábrica de tecidos Carioba, como a Cia Leyen – Tecelagem de Seda fundada em 1911 e a Glanztoff – Enka do Brasil Limitada, empresa europeia do ramo da espulcaria e tingimento estabelecida pelos Muller para suprir as necessidades das indústrias têxteis da vila em fios e tingimentos.

Por se tratar de uma vila operária, outro aspecto frequentemente destacado nas produções é a ênfase nas acomodações, serviços e espaços de convivência social oferecidos aos seus habitantes. Nesse contexto, foi evidenciado que em “torno da indústria cresceu um populoso bairro, todo ele propriedade dos Muller, que pelos benefícios de que desfrutava tornou-se tão importante ou até mais do que a própria Vila.” (BRYAN; JONES, 1975, p. 13). Também ressalta-se a preocupação dos proprietários em “[...] cercar os seus operários de máximo conforto e bem-estar” (CALDEIRA, 1930, p. 164), instalando-os em aproximadamente 220 casas e oferecendo uma série de serviços e infraestrutura, como armazém, escola, farmácia, cinema, hotel, clubes, ruas asfaltadas, iluminação, capela, clubes recreativos e esportivos, sociedade mútuo socorro, parque de diversões, além de um sistema de abastecimento de água e esgoto, sendo que este último “[...] não era ainda, naqueles dias, dotada a cidade de Americana” (BRITO, 1963, p. 172).

Percebe-se a evidência dos benefícios aos quais os moradores de Carioba tinham

acesso, o que denota o enaltecimento do cuidado de caráter patriarcal por parte dos Muller – descritos por Caldeira (1930) como “cavalheiros democráticos e bondosos” em relação aos seus funcionários, “[...] tornando Carioba um centro adeantado em que não faltam os menores acessórios para a normalidade da existencia colectiva.” (CALDEIRA, 1930, p. 164). Além disso, essa situação é frequentemente comparada com o restante do território de Vila Americana, evidenciando a carência de diversos serviços na vila. Tal comparação é utilizada para destacar que, embora a vila estivesse “avançando”, o fato de ter permanecido em litígio com Santa Bárbara devido à sua subordinação e ao recolhimento indevido de impostos, entre 1896-1904, gerou diversos problemas para a Vila Americana, como os apontados por Brito (1963), que identificou a ausência de escolas, serviços de limpeza pública e de registros eleitorais. No entanto, esses comparativos não foram realizados com base nos dados referentes ao ano de 1930, conforme citados por Caldeira e utilizados como referência nas demais publicações. Ao contrário, consideraram-se os benefícios que Carioba já apresentava desde o início de suas atividades, como a energia elétrica proveniente da Usina Hidroelétrica de Carioba, inaugurada em 1911, conforme evidenciado pelos autores.

Além de representar o início da industrialização em Americana, essa empresa também foi considerada pelos autodidatas como responsável pela expansão da indústria têxtil no município, devido ao grande número de pessoas que empregou ao longo de sua existência, o que favoreceu, consequentemente, a capacitação profissional no setor têxtil. Com a qualificação adquirida e as economias provenientes do trabalho, os funcionários “[...] adquiriram teares para pagamento a longo prazo, e os instalavam em cômodos feitos nas suas próprias casas, onde trabalhavam desde o nascer do sol até o anoitecer toda uma família, tecendo para o fornecedor de rolos e fios.” (BRYAN, 1967, p.39). Assim, segundo Bryan (1975), surgia não apenas na Vila Americana, mas também em todo o país, a indústria façonista, um sistema em que a

“[...] contratação de serviços reúne, aí, empresas de tecelagem ou intermediários comerciais que possuem a matéria-prima – o fio – e proprietários de teares que entram com suas máquinas e força de trabalho na transformação dos fios de terceiros. Essa transformação é feita sob encomenda, sendo os preços preestabelecidos e calculados por metro linear tecido”. (DURAND, 1985, p. 05).

Para Bryan (1975, p. 13) o novo sistema foi “mais uma prestação de serviços do que propriamente uma indústria, mas um caminho para que os proprietários dessas fábricas se tronassem industriais no futuro.” Além da criação da primeira indústria e do consequente surgimento do sistema façonista, Bryan (1975) argumenta que, entre os

fatores que contribuíram para o desenvolvimento industrial em Americana, destacam-se os surtos nacionais de progresso ocorridos no final do Império e nos anos subsequentes à Proclamação da República, embora esses avanços estivessem limitados à produção de tecidos de algodão. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Bryan (1975) observa que a nação brasileira passou a contar com condições mais favoráveis ao desenvolvimento industrial, em razão da abertura dos mercados consumidores europeus, o que contribuiu para a diversificação da produção têxtil em Vila Americana, expandindo-a para a fabricação de tecidos de seda. Esse processo é evidenciado pelo autor por meio da instalação da empresa de Cícero Jones e Hans Schweizer em 1924, bem como pela adaptação realizada por Pedro Nardo, imigrante italiano que transformou teares de algodão adquiridos em Carioba em teares destinados à produção de seda, contribuindo de maneira “[...] importante para a diversificação da produção têxtil, pois eliminou a necessidade de importação dos mesmos, baixando os custos das instalações” (BRYAN, 1975, p. 13).

As empresas subsequentes à Carioba foram destacadas por Caldeira (1930) por meio da história e descrição de cada indústria existente em Americana na época de sua publicação. O autor enfatiza a Fábrica de Fitas de Seda Hans Schweizer, criada em 1921 por Cícero Jones e Hans Schweizer, e a Fábrica de Seda Santa Maria, inicialmente denominada Jones Brooters & Cia., a qual foi adquirida em 1927 pela família Bertoldo, passando a se chamar Bertoldo & Cia. Além das indústrias têxteis, Caldeira (1930) também sublinha a presença de empresas de outros segmentos, como a refinadora de álcool Rehder & Companhia, fundada por Jorge Rehder em 1914; a Fábrica de Arados de Domingos Nardini, que também produzia carroças, troles, carrocerias de automóveis e caminhões, carpideiras e cultivadores; a Fábrica de Arados "Nielsen", fundada por Niels Nilsen em 1892 em Santa Bárbara d'Oeste e transferida para Vila Americana em 1900; e as Indústrias Zanaga, de Achilles Zanaga, fabricante de adubos orgânicos, cola, sabão e botões. Ao descrever essas indústrias, Caldeira (1930) procurou evidenciá-las como elementos essenciais para o progresso de Americana, utilizando adjetivos e atributos positivos como "moderníssimos machinismos", "vencedoras de exposições industriais", "crescente progresso", "artigos dedicadíssimos", "moderna padronagem" e "aparelhagem importada".

Ao mencionar as indústrias subsequentes às do processo inicial, Bryan (1975) atribui uma "continuidade no progresso industrial" ao estabelecimento, em 1941, da Cooperativa Industrial de Tecidos Rayon de Americana (CITRA), criada a partir da união

dos façonistas Álvaro Cechino, Carlos Mathiensen, Abrahim Abraham, Gê Godoy e João Barg. Além disso, destaca a criação da DISTRAL – Distribuidora de Tecidos de Rayon de Americana, fundada por Álvaro Cechino, Antônio Zanaga, Arioldo Cechino, Roque Faraone e Onofre Boer. Para Bryan (1975), essas iniciativas caracterizam a aceleração do progresso industrial e a transformação da cidade em um importante parque industrial, conforme se apresentava na época de sua publicação.

Nas descrições dos autores, é possível observar um destaque aos imigrantes, especialmente após o estabelecimento dos norte-americanos e o início do processo industrial. Mesmo quando não se referem diretamente às contribuições dos grupos de imigrantes, é possível identificar esse destaque por meio das menções aos nomes dos proprietários e gestores das indústrias, que eram compostos predominantemente por imigrantes, principalmente de origem alemã, italiana e norte-americana. Ao falar da formação social de Americana, Bryan (1975, p. 12) diz que a cidade “é o resultado da fusão de várias nacionalidades na nacionalidade brasileira”. E que, por meio da junção entre o estabelecimento dos norte-americanos, do “[...] progresso industrial e estabelecimento da pequena lavoura, que se manteve, paralelamente, atraíram em épocas diversas, emigrantes de outras nacionalidades, como italianos, portugueses, alemães, sírios, ucranianos e japoneses” (BRYAN, 1975, p.12). Entre esses grupos, destaca-se, segundo Bryan (1975), o estabelecimento dos italianos, que chegaram em maior número, o que pode ser evidenciado pela grande quantidade de descendentes presentes na cidade na época da publicação do livro. Como já evidenciado anteriormente, Brito (1963) atribui o incentivo à chegada de imigrantes norte-americanos à necessidade de substituição da mão de obra após a abolição da escravidão, assim como Grazia (1975)¹⁸ em contribuição em trecho sobre a agricultura no livro *Americana: Edição Histórica*. No entanto, essa questão é tratada de forma superficial e somente por esses dois autores. Além disso, é importante destacar que nenhum autor abordou a presença ou interação com os povos nativos no início do estabelecimento das sesmarias, nem a utilização de escravizados como mão de obra nas fazendas, o que evidencia a seleção de grupos específicos como protagonistas da história de Americana, ao mesmo tempo em que exclui os grupos subalternizados.

Ao abordar o que chama de formação social, Bryan (1975) foi o único autor a

¹⁸ Silvestre Ivo di Grazia, formado em Engenharia Agrônoma pela ESALQ em 1941, foi responsável pela Casa da Agricultura de Americana em 1975, instituição destinada a atender os produtores rurais da cidade, a qual continua em funcionamento até os dias atuais com a mesma finalidade.

tratar das migrações internas ocorridas a partir da industrialização, um processo que não se verificava na maioria das cidades do país. Esse fenômeno atraiu muitas pessoas provenientes do campo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, período em que o parque industrial passou por inúmeras transformações com a instalação de subsidiárias de grandes indústrias, o que coincidia com o momento da escrita do autor. No entanto, enquanto os estudiosos destacam a presença dos imigrantes, mencionando nomes e ações que contribuíram para o progresso da cidade, essa mesma abordagem não é aplicada aos migrantes internos, que são tratados de forma genérica. A participação direta desse grupo no desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, social do município não é especificada, evidenciando uma diferenciação no tratamento dispensado a esses dois grupos.

O processo histórico relatado pelos autodidatas atinge seu ápice em um evento crucial na narrativa desses autores: a emancipação política e administrativa de Americana em relação a Campinas, por meio da Lei Estadual nº 1983¹⁹, de 12 de novembro de 1924. Esse evento representa tanto um desfecho dos acontecimentos narrados, no qual, sobretudo, “[...] a indústria, o comércio e a lavoura, unidos e auxiliando-se mutuamente, avançavam em marcha rápida num desenvolvimento equilibrado” (BRYAN, 1967, p. 47), quanto um fator impulsionador para o futuro projetado pelos autores em sua escrita, como evidenciado por Caldeira (1930, p. 03), ao afirmar: “Criado o município, rumou com decisão para o progresso, sendo hoje um dos mais movimentados da região”. Nesse contexto, Bryan (1967) destaca que, em razão do progresso alcançado pela vila, os responsáveis pela subprefeitura, juntamente com cidadãos empenhados em proporcionar-lhe as condições necessárias, passaram a lutar pela sua emancipação política e administrativa, o que reforça o impacto transformador desse evento na trajetória do município, conforme retratado pelos autores.

De acordo com Bryan (1967, p. 47), a luta pela emancipação foi “[...] relativamente rápida, visto que, em pouco tempo, conseguiu-se a elevação da vila a município”. Quanto à celeridade desse processo, Bryan (1967) atribui o sucesso à atuação direta do deputado estadual Dr. Antônio Álvares Lobo, que, inclusive, se opôs a Campinas para garantir a autonomia de Vila Americana. Com a emancipação,

“o município foi instalado a 15 de janeiro de 1925 com posse da

¹⁹ No livro *Americana: Edição Histórica*, Bryan (1975) identifica erroneamente a lei de emancipação como nº 1938.

primeira câmara municipal que estava assim constituída: Dr. Liraucio Gomes, presidente; Cap. Sebastião Antas de Abreu, vice-presidente; Jorge Redher, prefeito municipal; Flávio Lopes, vice-prefeito; Angelo Orlando e Luiz Delbem²⁰. (BRYAN, 1967, p.48).

Além dos políticos que assumiram cargos municipais e do Dr. Antônio Lobo, Bryan (1967) também destaca como figuras importantes na emancipação do município os senhores: Enéas Ferreira e Herman Muller e evidencia que os líderes políticos surgiram de um único partido, o PRP (Partido Republicano Paulista).

No que tange à política, as obras frequentemente destacam seus representantes e realizações. Contudo, no período de 1930, Bryan (1967) identifica um marco de significativo retrocesso para o município: o governo Vargas e sua política de intervenções, que afetaram a localidade. O autor caracteriza esse período como ditatorial, afirmando que “[...] prejudicou em grande parte o decorrer da política progressista que se exercera até então nesta cidade.” (BRYAN, 1967, p. 60). Segundo Bryan (1967), não houve justificativa aparente para a deposição do então prefeito Carlos Mathiensem, a qual ocorreu em razão de denúncias encaminhadas ao interventor federal do Estado de São Paulo²¹. Em consequência, assumiram sucessivamente o executivo municipal os interventores Daniel Costa, Capitão Valin e Capitão Hiran de Oliveira, que, conforme Bryan (1967), não teriam sido necessários, uma vez que o último interventor, Capitão Hiran de Oliveira, reorganizou a prefeitura em poucos dias, demonstrando que não havia desordem, e indicou o munícipe Antônio Zanaga para exercer a administração local. Esta administração teve início em 13 de março de 1931 e perdurou até 22 de abril de 1933, quando foi empossado o Sr. Erich Redher, ainda sem eleição direta.

A frase corrigida e adequada para uma escrita acadêmica ficaria da seguinte forma:

Consequentemente, a Revolução Constitucionalista ganha destaque e é enaltecida por Bryan (1967), que ressalta o engajamento dos vila-americanenses no conflito, o qual, segundo o autor, representou “[...] o grito da gente paulista contra a ditadura que lhe haviam imposto” (BRYAN, 1967, p. 63) e “[...] a crença na liberdade, necessária para o progresso” (BRYAN, 1967, p. 63). A participação dos vila-americanenses, conforme Bryan (1967), deu-se tanto por meio dos voluntários que integraram as tropas

²⁰ Os dois últimos não têm seus cargos descritos por Bryan (1967).

²¹ O interventor do executivo paulista mencionado pelo autor refere-se provavelmente a João Alberto Lins de Barros, que exerceu a função de interventor federal em São Paulo de 26 de novembro de 1930 a 25 de julho de 1931.

constitucionalistas na luta armada quanto pelos que trabalharam em prol da revolução no próprio município. Entre os vila-americanenses que participaram dos conflitos, “[...] três tombaram na defesa dos ideais de sua geração: Aristeu Valente, Jorge Jones e Fernando Camargo” (BRYAN, 1967, p. 63). Observa-se que o soldado Jorge Jones possui um sobrenome de origem norte-americana, e Brito (1963) destaca a participação dos descendentes dos norte-americanos que se estabeleceram na região da futura Americana no conflito. Brito sugere que essa participação reflete o comprometimento com a localidade e estabelece uma relação com a Guerra de Secessão, afirmando que “Talvez o sangue de guerreiros de seus avós despertasse neles o velho espírito de luta que durante tantos anos sacudiu os termos de sulistas e nortistas dos Estados Unidos da América do Norte” (BRITO, 1963, p. 170).

Após o período da Revolução Constitucionalista de 1932, a atenção volta-se novamente para a administração de Vila Americana, ainda sob a influência do governo federal varguista. Bryan (1967, p. 64) observa que a cidade “[...] estagnou de forma peremptória” e que os administradores limitavam-se a gerir a economia de maneira positiva. Nesse contexto, Bryan descreve o impacto da estagnação no município:

“Durante quase dez anos, portanto, a cidade parou em seu progresso que até então mostrara assim tão promissor. Somente a partir de 1941 é que os mais prementes problemas do município começaram a ser solucionados. Foram dez anos de estagnação, dez anos onde o progresso que até então a vila conhecera tão bem, a abandonou” (BRYAN, 1967, p. 64).

Após o referido período de retrocesso, a narrativa retoma o caminho do progresso, destacando aspectos que também foram evidenciados em períodos anteriores, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, como a instalação de iluminação pública, energia elétrica, asfaltamento, escolas e estrada de ferro, entre outros. Além disso, são mencionados avanços em áreas como agricultura, comércio e indústrias. Com o fim do período de intervenção, destacam-se a instalação de novas indústrias, a criação de instituições educacionais, como a Escola Técnica de Comércio D. Pedro II, o Educandário Divino Salvador, o Instituto Salesiano Dom Bosco e escolas estaduais, a formação do Tiro de Guerra, a inauguração do Hospital Irmandade de Misericórdia, a construção da nova Igreja Matriz de Santo Antônio e as obras de retificação do Ribeirão Quilombo.

O destaque para as instituições, inovações e personalidades desenvolvimentistas foi inicialmente promovido por Caldeira (1930), que, além das descrições, organizou uma

espécie de álbum de fotografias, reunindo imagens de personalidades, residências, indústrias e comércios da época, com o intuito de evidenciar a "potência" da cidade. As mesmas descrições sobre esses aspectos do passado foram realizadas por Brito (1963) e Bryan (1967), embora restritas à abordagem escrita. Já na publicação organizada por Bianco (1975), há não apenas descrições desses aspectos do passado, mas também fotografias, além de registros sobre o momento da publicação da obra, destacando, especialmente, o grande número de indústrias presentes na cidade, com ênfase na indústria têxtil, bem como aspectos sociais e administrativos da época.

O passado contínuo e linear refletido no presente constitui um elemento central na narrativa dos autores, cujo objetivo foi evidenciar o progresso rumo à Americana moderna, tal como concebida no contexto em que escrevem. Nesse sentido, Brefe (1993, p. 141) afirma que nesse tipo de escrita “[...] a promessa que reside no passado, realiza-se no presente onde o progresso é pleno e irrestrito e, portanto, o movimento da memória, contínuo e linear [...]” que irá constituir a localidade enquanto local moderno.

2.2 A Fundação de Americana: Uma Análise do Debate

Como evidenciado na seção anterior, a data de fundação da cidade de Americana constituiu um tema central nos estudos de historiadores autodidatas, que se dedicaram a analisar os aspectos institucionais e a estabelecer os marcos fundadores da cidade. Nesse contexto, os principais marcos desse processo, examinados pelos autodidatas com o objetivo de definir a data de fundação de Americana, ou aqueles destacados como eventos significativos, podem ser resumidos da seguinte forma:

- 1771, que remete à primeira concessão de sesmaria na região, quando glebas de terra foram concedidas ao mineiro Manoel Teixeira Vilela nas proximidades do Salto Grande – trecho onde os rios Jaguari e Atibaia se encontram, formando o Rio Piracicaba – e onde o proprietário constituiu a Fazenda Salto Grande.

- Período em que ocorreu a efetivação da posse da sesmaria de Domingos da Costa Machado, na margem do Ribeirão Quilombo, dando origem à Fazenda Machadinho, no local onde foi construída, posteriormente, a estação ferroviária e onde atualmente se encontra o centro da cidade.

- 1865, ano em que o imigrante norte-americano Coronel William Hutchinson Norris comprou parte das terras da Fazenda Machadinho e se estabeleceu na região, contribuindo para a vinda de outros norte-americanos para essa área.

- 1873, início da construção da estação de Santa Bárbara d'Oeste.
- 27 de agosto de 1875, data em que foi inaugurada a estação de Santa Bárbara d'Oeste – posteriormente denominada estação de Villa Americana – nas proximidades da Fazenda Machadinho.
- 30 de julho de 1904, data em que o poder executivo estadual criou o Distrito de Paz de Villa Americana, passando a comarca de Campinas a exercer sobre esse território as ações políticas e administrativas.
- 12 de novembro de 1924, data em que ocorreu a autonomia definitiva do Distrito de Paz de Villa Americana em relação a Campinas.
- 30 de novembro de 1938 data em que a cidade passa a ser denominada Americana.

A definição do marco fundador da cidade foi apresentada pela primeira vez em uma publicação nos escritos de Caldeira (1930), que, após narrar a ocupação inicial da cidade e atribuir importância ao loteamento realizado por Basílio Bueno Rangel, responsável por atrair o desenvolvimento, e ao estabelecimento dos imigrantes norte-americanos, que também contribuíram para o crescimento local, conclui que a criação do Distrito de Paz, em 7 de janeiro de 1905, foi o evento que ele considera a fundação de Vila Americana.

No entanto, o debate sobre a fundação da cidade e as preocupações em estabelecer seus marcos concentraram-se principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Esse debate se desenvolveu tanto em livros subsequentes, que buscavam construir uma narrativa sobre a fundação da cidade, quanto em publicações de artigos em jornais locais, que possuíam um caráter memorialístico. O tema também alcançou o âmbito oficial, com a apresentação, em 1975, de um projeto de lei²² à Câmara Municipal de Americana, propondo o dia 26 de agosto de 1875 como a data oficial da fundação da cidade.

Em relação aos livros sobre a história da cidade de Americana, a preocupação em estabelecer a data de fundação novamente se destaca no trabalho de Brito (1963), que, ao utilizar um dos volumes de sua coleção sobre a história de Campinas, também se dedica a escrever sobre a história de Americana²³. Seu interesse consiste em desmistificar o que

²² A oficialização da data de fundação ocorreu através do Processo nº 23.79, de 25 de Abril de 1975 na Câmara Municipal de Americana que resultou na fixação da seguinte lei: AMERICANA. **Lei n.º 1.371, de 09 de junho de 1975**, Que fixa a data de fundação da cidade e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Americana. Americana, SP. 09 jun, 1975. Os dados sobre o processo para a fixação da lei encontram-se na página

²³ De acordo com o autor, seu interesse em escrever sobre a história da cidade de Americana em sua coleção dedicada a história da cidade de Campinas provém do fato de Americana ter integrado, em seu passado, a

ele considera uma lenda sobre os fundadores da cidade, negando que a fundação tenha sido obra de Antônio Bueno Rangel, Inácio Correa Pacheco ou dos imigrantes norte-americanos.

Quanto à suposta fundação de Americana por imigrantes sulistas que se estabeleceram na região após a derrota do Sul na Guerra de Secessão dos Estados Unidos Brito (1963) argumenta que esses imigrantes não desempenharam o papel de fundadores da cidade. Segundo o autor, eles se limitaram a desbravar as terras da Fazenda "Machadinho", que já existia antes da chegada dos norte-americanos. Nesse contexto, Brito sustenta que a existência da fazenda comprova que havia uma população já estabelecida no local antes da chegada dos imigrantes. Além disso, a região, inicialmente conhecida como "Villa dos Americanos" e posteriormente como "Villa Americana", foi oficialmente designada como cidade de Americana após sua emancipação política e administrativa, o que representou, em grande parte, uma homenagem dos brasileiros aos pioneiros norte-americanos.

Outra ideia refutada por Brito (1963) é a de que Americana teria sido fundada pelo Capitão Antônio Bueno Rangel em 1873, informação essa que, segundo o autor, foi veiculada em um texto publicado no jornal *Diário de São Paulo*, da seguinte forma:

[...] Contam velhos moradores do local, que um dia daquele longínquo ano de 1873, um grupo de cavaleiros palmilhava a estrada que de Campinas conduzia à Limeira. Um escravo, à frente, indicava o caminho: pouco atrás, seguia, em seu fogueiro animal, um dos varões de outrora, homem adiantado em anos, a fronte larga vincada de rugas, olhos vivos, demonstrando ao mesmo tempo inteligência e honestidade. A cavalgada cessou quando foi atingido o vetusto casarão que servia de residência aos senhores da fazenda "Machadinho". Mais precisamente, o local, onde hoje funciona o Restaurante Palermo (1956), bem no centro de Americana. O velho era o Capitão Antônio Bueno Rangel; os seus acompanhantes membros de sua família. Atraído pela fama que então se expandia por todo o país, da fertilidade pasmosa do solo campineiro e dos lucros que oferecia o plantio de café, deliberou o Cap. Rangel transferir-se para aquela zona, desde 1872 cortada pela estrada de Ferro. Realizou o seu propósito e adquiriu a fazenda "Machadinho", que figurava entre as melhores da região.²⁴ (BRITO, 1963, p. 154-155).

Sobre essas ideias, Brito (1963) argumenta que não podem ser verdadeiras, pois afirma que não é possível que "o fundador de uma cidade encontre a mesma com uma

imensa gleba campineira. Tendo como intuito descrever os primeiros passos da independência territorial e o que ele chama de "luta" travada por aquele povoado entre a lande de Barreto Leme e a terra de Moraes de Barros.

²⁴ Embora Jolumá Brito cite o jornal que publicou o texto, ele não menciona o autor nem a data de publicação. Além disso, foi possível identificar que se trata do mesmo texto utilizado como fonte por Caldeira (1930).

propriedade agrícola formada, rodeada de inúmeras outras em plena prosperidade e florescência". O autor também ressalta que o Capitão Antônio Bueno Rangel não poderia ter chegado à região em 1873, uma vez que a Fazenda "Machadinho" foi adquirida por ele por meio de escritura pública datada de 16 de fevereiro de 1866, conforme registro no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Campinas.

No artigo, Inácio Correa Pacheco foi apresentado como um homem ousado e empreendedor, sempre disposto a auxiliar aqueles que a ele recorressem. Ele cedeu terrenos a numerosos pequenos agricultores e comerciantes, deliberando "retalhar" as terras da Fazenda "Machadinho" e vendendo os lotes a preços módicos. No entanto, Brito (1963) argumenta que tal atitude não é suficiente para considerar alguém como fundador de uma cidade. Além disso, as terras foram posteriormente readquiridas por Basílio Bueno Rangel, que as comprou do Capitão Inácio Correa Pacheco e deu continuidade à venda de lotes, com o objetivo de atrair novos habitantes, aos quais oferecia uma série de vantagens.

Refutando as ideias apresentadas, Brito (1963) afirma que Domingos da Costa Machado foi o responsável pela fundação da cidade de Americana. Essa atribuição decorre do fato de ele ser proprietário da Fazenda "Machadinho", de onde, conforme palavras do autor, "se irradiou a graça e o encanto de toda a Americana atual" (BRITO, 1963, p. 07). O autor atribui a fundação àquele que foi o primeiro proprietário da fazenda, onde, posteriormente, quando ele já não era mais dono da propriedade, formou-se o primeiro núcleo urbano da vila e construiu-se também a Estação de Santa Bárbara d'Oeste. Pode-se perceber, assim, que Brito busca desmistificar as ideias prevalentes até o momento em que ele escreve, argumentando que todos esses acontecimentos só foram possíveis porque Domingos da Costa Machado já havia construído a Fazenda "Machadinho", por ele considerada o embrião da cidade de Americana.

Anos após a publicação da obra de Brito (1963) sobre a história de Americana, Abílio Serra Bryan lançou o livro *Americana, Sua História* (1967), com o propósito de apresentar aos leitores a verdadeira narrativa sobre a fundação da cidade, uma vez que, segundo o autor, essa história era amplamente desconhecida pela maioria dos habitantes locais. Bryan (1967) inicia sua análise refutando as hipóteses existentes acerca da fundação de Americana, que atribuem a origem da cidade ao grupo de colonos norte-americanos que emigraram para a região entre 1866 e 1873, ou a Basílio Bueno Rangel. No entanto, o autor não faz referência aos proponentes dessas ideias que ele contesta. Bryan (1967, p.09) afirma que "Essas opiniões se bem estudadas e analisadas[sic] a luz

da lógica, não são, e não podem ser verdadeiras.”

Assim como Brito (1963), Bryan (1967) também argumenta que os imigrantes norte-americanos que se estabeleceram na região não foram responsáveis pela fundação da cidade. O autor destaca que a importância desses imigrantes para Americana se limita ao fato de terem iniciado “nestas terras a cultura do algodão e da melancia, introduzindo avançados métodos agrícolas, dando à região um cunho característico com seus usos e costumes” (BRYAN, 1967, p. 13). Bryan refuta a ideia de que a fundação da cidade tenha ocorrido por ação dos norte-americanos, baseando-se no fato de que eles “não formaram nenhum núcleo de povoação, não se fixaram uns próximos aos outros, e sim em fazendas isoladas, sem formarem o germe que poderia redundar no aparecimento de uma cidade” (BRYAN, 1967, p. 14). O nome da cidade, segundo Bryan (1967), provém do fato de que esses imigrantes moravam próximos uns dos outros ou até mesmo no próprio povoado. O autor afirma ainda que, até o ano de 1873, nada existia na região que pudesse resultar na formação de uma cidade. Ele conclui que “o ano de 1873 é o ano da fundação da cidade de Americana, e o seu real fundador foi o Capitão Inácio Corrêa Pacheco” (BRYAN, 1967).

Bryan (1967) afirma que o ano de fundação da cidade de Americana é 1873, pois foi nesse período que teve início, nas terras da Fazenda Machadinho, a construção da estação ferroviária destinada a atender o município de Santa Bárbara d'Oeste. Com essa obra, “vieram para esta região os trabalhadores, a turma de avançamento da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, que se fixaram nas proximidades da construção” (BRYAN, 1967, p. 17). Para Bryan (1967), esse foi o elemento essencial para a formação do núcleo de povoamento que, mais tarde, viria a constituir a cidade de Americana.

Foi construído o primeiro agrupamento de casas, bares, armazéns, lojas, farmácias, entre outros estabelecimentos. Antes

“[...] da vinda das linhas ferroviárias para esta região o Capitão (da Guarda Nacional) Inácio Corrêa Pacheco comprou do Sr. Basílio Bueno Rangel uma área próxima ao local em que se construiria a antiga estação²⁵, com intenção de vender futuramente devido à valorização da área” (BRYAN, 1967, p.17).

Ainda segundo esse autor, Inácio Corrêa Pacheco proporcionou aos indivíduos que trabalhavam na construção da estação a oportunidade de edificar suas próprias casas

²⁵ O autor se refere à estação como "antiga" devido ao fato de ela ter sido reconstruída em 1912, já com o nome de Estação de Villa Americana.

e estabelecer seus negócios, uma vez que foi ele quem loteou e vendeu as terras a esses trabalhadores, bem como a outras pessoas interessadas em se estabelecer na região. Assim, se a formação do povoado foi possibilitada pelo loteamento das terras, o responsável direto por essa ação, ao vender as propriedades e facilitar a fixação dos indivíduos na localidade, é o fundador do núcleo de povoação e, conseqüentemente, o fundador de Americana (BRYAN, 1967).

O autor afirma que, a partir desse ano, formou-se o esboço de uma cidade, uma vez que ela passou “a existir em função das diversas fazendas espalhadas pela região, pois tornou-se o lugar de reunião dos lavradores e o local onde faziam as compras do que necessitavam nas suas fazendas” (BRYAN, 1967, p.18). Nos argumentos apresentados, observa-se que o autor sustenta que a formação urbana ocorreu com a criação do núcleo de moradores estabelecido em torno da construção da estrada de ferro, fazendo uma contraposição com o ambiente rural. Isso porque, antes do início da construção da Estação Ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste, a região era composta apenas por propriedades rurais, as quais, segundo o autor, não seriam elementos suficientes para o início da formação de uma cidade. Dessa forma, o fato de essas fazendas terem sido as primeiras propriedades na região onde viria a ser a cidade de Americana não as caracteriza como o princípio da formação urbana dessa cidade.

Embora o autor descarte a possibilidade de as fazendas terem sido elementos determinantes na fundação da cidade, ele se preocupa em não excluir totalmente a contribuição dessas propriedades para a formação de Americana, afirmando que elas foram responsáveis pela continuidade e evolução da vila em desenvolvimento, além de desempenharem um papel crucial no abastecimento do núcleo urbano em formação.

Bryan retoma a questão da fundação da cidade de Americana na obra *Americana: Edição Histórica*, mantendo a mesma ideia defendida anteriormente em seu livro *Americana, Sua História* (1967). Ele reafirma que a fundação da cidade só ocorreu a partir do estabelecimento da Estação de Santa Bárbara d'Oeste na região. No entanto, ao afirmar que o primeiro núcleo habitacional foi o acampamento dos construtores da estação, ele atribui agora um caráter transitório a esse núcleo formado pelos trabalhadores, em contraste com o que havia dito em sua obra anterior, na qual indicava que a vinda dos trabalhadores para a construção da estrada de ferro foi o elemento essencial para a formação do povoado que, posteriormente, se tornaria a cidade de Americana, uma vez que resultou na construção do primeiro agrupamento de casas, bares, armazéns, lojas, farmácias, entre outros estabelecimentos (BRYAN, 1967).

Mudando seus argumentos sobre o núcleo inicial responsável pela formação do que viria a ser a cidade de Americana, Bryan (1975) afirma que o loteamento realizado pelo Capitão Inácio Corrêa Pacheco possibilitou a fixação das famílias em um aglomerado populacional permanente. O autor argumenta que esse núcleo foi se transformando em uma vila, que passou a ser conhecida pelo nome não oficial de Vila dos Americanos, “em função do movimento apresentado pela estação de estrada de ferro, escoadouro dos produtos agrícolas da região, notadamente das produções dos colonos norte-americanos” (BRYAN, 1975 p.9).

Bryan (1975) discorre ainda sobre o problema da fundação, afirmando que este não foi resolvido, pelo menos oficialmente, nem no que diz respeito ao seu real fundador, nem quanto à data de fundação. O autor aponta a existência de divergências nas interpretações dos dados relativos ao nascimento do pequeno núcleo populacional que originou a cidade, destacando que esses dados foram interpretados de maneiras distintas por diversas pessoas, de modo que dificilmente se encontra “um ponto comum, uma concordância, entre as várias correntes existentes” (BRYAN, 1975, p.10).

As divergências apontadas pelo autor referem-se primeiramente a atribuição da fundação aos norte-americanos que é novamente combatida por ele nesta obra, sob a argumentação de que esta teoria se prende ao nome da cidade, não tendo fundamentos,

“uma vez que os fatos mostram claramente que, embora não houvesse, nas terras em que constituiu-se futuramente o município de Americana, nenhum povoado quando da chegada dos imigrantes, também não havia nos anos que se seguiram à instalação desses imigrantes pelo território” (BRYAN, 1975, p.10).

A outra divergência apontada pelo autor, relativa à data de fundação, diz respeito à atribuição da origem da cidade a Domingos da Costa Machado (o segundo), o que é contestado por Bryan (1975) com o argumento de que:

[...] Fundador deve ser considerado, não o primeiro proprietário de uma gleba de terra onde surgiu um povoado, mas aquele que realizou um esforço prático, consciente ou não, no sentido de que surgisse esse povoado, ou ainda aquele que permitiu devido a uma decisão própria, ou um feito seu, que surgissem as condições necessárias para a sua formação (BRYAN, 1975, p.10).

Bryan (1975) determina, portanto, que a data de fundação deve ser considerada aquela em que teve início um evento que possibilitasse a formação do núcleo populacional. Assim, Domingos da Costa Machado não pode ser considerado o fundador

da cidade, pois não realizou esforços que criassem as condições necessárias para o surgimento de um povoado. Embora o autor não indique quem atribuiu a fundação da cidade a Domingos da Costa Machado, é possível inferir que ele está refutando os argumentos de Jolumá Brito, apresentados no livro *História da cidade de Campinas* (vol. 18, 1963).

Partindo do pressuposto de que a formação de um núcleo requer o que Bryan (1975) chamou de esforço prático, ele afirma que a data a ser considerada para a oficialização da cidade é 27 de agosto de 1875, quando a estação foi inaugurada, criando as condições para o surgimento e desenvolvimento do núcleo populacional. Nesse argumento, é possível perceber a intenção do autor e dos outros envolvidos na obra de consagrar uma narrativa específica para a história da cidade. Essa intenção se torna explícita no momento em que ele afirma que “a data que se pode considerar para a oficialização é o dia 27 de agosto de 1875”, data que foi escolhida pela Câmara Municipal de Americana meses após a publicação da obra.

O que chama a atenção nesse aspecto é que, além de Bryan (1975) atribuir um caráter transitório ao acampamento dos construtores, ele enfatiza o loteamento de Inácio Corrêa Pacheco como o fator determinante para o início da cidade, conforme mencionado anteriormente. Além disso, ele propõe uma data diferente da que havia sugerido em sua obra *Americana, Sua História* (1967), quando afirmou que Americana foi fundada em 1873, exatamente no início da construção da Estação Ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste. A mudança no marco inicial da formação urbana e na data de fundação está relacionada aos interesses políticos do prefeito Ralph Biasi²⁶ durante seu mandato, entre 1973 e 1977, tendo inclusive um capítulo (pp. 48-52) dedicado à sua administração nesta publicação.

Embora o organizador desta obra tenha afirmado, em sua apresentação, que a

²⁶ Ralph Biasi, do MDB e posteriormente PMDB, nascido em 11/10/1947, engenheiro civil, filho do empresário têxtil Maury Biasi e de Violeta Araújo Biasi, foi o mais jovem prefeito eleito da história de Americana e o primeiro deputado federal eleito, nascido e domiciliado na cidade. Após sua gestão como prefeito de Americana, elegeu-se deputado federal pela primeira vez em 1978, tendo ocupado cargos em diversas Comissões Permanentes, como: Interior, Minas e Energia, e Vice-Presidência da Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Foi também deputado federal constituinte (1987-1991). Na Assembleia Nacional Constituinte, participou da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições (Titular, 1987), e da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo (Suplente, 1987). Em 1º de junho de 1987, licenciou-se do mandato de deputado federal para assumir o cargo de Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Em 16 de agosto de 1988, aos 39 anos de idade, passou a exercer o cargo de Ministro Federal da Ciência e Tecnologia, ocupando o cargo até 1989. Faleceu em 05 de agosto de 2017 aos 69 anos de idade.

publicação coincidiu com o ano em que a cidade comemoraria seu centenário, pode-se inferir que essa ação não foi desinteressada, dado seu caráter claramente celebratório. O enfoque nos aspectos institucionais, políticos, econômicos e organizacionais revela uma cidade em constante evolução, ao mesmo tempo em que destaca a obra como um pedido explícito da Prefeitura Municipal de Americana. No texto de apresentação, fica evidente que se trata de um trabalho voltado à divulgação dos programas da administração vigente, além de ressaltar o que o organizador considera um "condensamento criterioso" de uma história rica em bons exemplos de trabalho e idealismo, tanto dos homens que marcaram a história da cidade quanto daqueles que estavam vivos no período da publicação.

Como mencionado anteriormente, o debate não se restringiu às obras historiográficas ou às publicações em artigos de jornais, alcançando também o âmbito oficial, ou seja, a Câmara Municipal. Isso ocorreu por meio de um projeto de lei que visava estabelecer o dia 26 de agosto de 1875 como a data oficial de fundação da cidade de Americana. De acordo com o então secretário da Câmara Municipal de Americana durante a discussão do projeto, Diógenes Gobbo, a intenção, na verdade, era que "o prefeito Ralph Biasi pretendia comemorar o primeiro centenário de Americana no curso de seu mandato" (GOBBO, 2009, p. 11).

Para a realização dessa tarefa, a pedido do prefeito Ralph Biasi, então em exercício, o presidente da Câmara, Leonel Benoto²⁷, instituiu uma comissão para estudar a data, composta pelos vereadores Lino Bragagnolli, Sidney Cavagna, Nadir Cia e José Aparecido Castilho; pelo professor Walter José Faé; e por Diógenes Gobbo²⁸, secretário da Câmara na época (GOBBO, 2009). De acordo com Gobbo (2009), em artigo de sua autoria intitulado *27 de agosto, uma data polêmica*, nas primeiras reuniões da comissão percebeu-se que o grupo não possuía grande conhecimento sobre o assunto. Diante disso, foi sugerido por ele o recurso aos historiadores Leandro Guerrini, da cidade de Piracicaba, Judith Macnight Jones e Abílio Serra Bryan.

Entre as pessoas que se manifestaram sobre a data de fundação, Leandro Guerrini foi o primeiro a defender o dia 27 de agosto de 1875 como marco fundacional, justificando sua escolha pela chegada da ferrovia à Villa Americana. Esse argumento foi posteriormente respaldado por Bryan, que endossou a mesma tese. Judith Jones, por sua vez, compareceu à sessão da Câmara de Vereadores em 1º de abril de 1975, para se

²⁷ Foi presidente da Câmara Municipal de Americana no biênio 1975-1976. Não foi possível recuperar informações sobre seu partido político nem outros dados adicionais a seu respeito.

²⁸ Não foi possível recuperar os partidos políticos dos vereadores.

pronunciar sobre a data em questão. Em seu discurso, ela argumentou que nem todas as cidades foram fundadas por meio de cerimônias formais, como foi o caso de Brasília, o que reforçaria a validade da data de 27 de agosto de 1875. Diante dessas considerações, a comissão da Câmara elaborou um relatório final, concluindo pela adoção da referida data. Posteriormente, foi apresentado um projeto de lei, de autoria do presidente do Legislativo, Leonel Benoto, para oficializar a data como marco fundacional.

Durante a tramitação do projeto, o vereador Clóvis Zalaf foi o único a se opor à definição do dia 27 de agosto de 1875 como data de fundação da cidade. Ele apresentou uma emenda propondo a data de 12 de novembro de 1924, que se refere à emancipação política e administrativa de Americana, até então a única data comemorada oficialmente pela Prefeitura Municipal. Segundo Gobbo (2009), essa proposta obteve apenas o voto favorável de seu proponente, Clóvis Zalaf. No entanto, em 3 de junho de 1975, o projeto do presidente da Câmara foi aprovado por unanimidade, com a exceção da ressalva de Zalaf.

A dimensão política oficial do debate resultou em publicações no jornal local *O Liberal* e no periódico campineiro *Diário do Povo*, abrangendo as leituras dos historiadores autodidatas sobre a maneira de compreender os primórdios da história de uma cidade e a preocupação de cada um em estabelecer a data de fundação de Americana. O debate se deu de forma comedida, com poucas publicações, dividindo-se entre Judith Macnight Jones e Leandro Guerrini, que defendiam a fixação da data de 1875, e Jolumá Brito, que se posicionou contra essa data.

Judith Macnight Jones foi a principal defensora da data de 1875, expressando suas opiniões sobre o tema na matéria *27 de agosto, Data proposta para o centenário* (1975), no jornal *O Liberal*. Para ela, a dificuldade em determinar uma data exata para a fundação de Americana decorre da maneira como a cidade "nasceu". Segundo a escritora, Americana, assim como muitas outras cidades do Estado de São Paulo, se desenvolveu "tão de mansinho que é muito mais difícil precisar uma data" (JONES, 1975). Essa característica de Americana e de algumas outras cidades paulistas está relacionada ao seu crescimento ao longo das ferrovias, ao redor das paradas de trem, que, com o tempo, se transformaram em estações. Essas estações abrigavam a produção regional para embarque, funcionando como pontos de convergência e divergência de mercadorias e pessoas. Esse processo resultou na fixação de trabalhadores responsáveis pelos serviços da ferrovia e pelo abastecimento dos moradores das áreas ao redor da estação.

Jones utiliza como exemplo a fundação de cidades da região de Campinas, como

Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí e Limeira, para fundamentar sua escolha. Ela destaca, em particular, o caso de Limeira, que, nos primeiros momentos de sua história, era uma parada de tropeiros e, posteriormente, teve uma capela erigida nesse local, a qual é atualmente considerada o marco fundador da cidade. Com base nesses exemplos, a escritora argumenta que, para uma cidade ser considerada fundada, é necessário haver um fator centralizador de interesses, como uma capela, uma estação ou uma fábrica. Para Jones, não se pode atribuir como fator de fundação o simples assentamento de pessoas em um determinado local, pois o surgimento de um povoado e a fixação de seus habitantes não explicam, necessariamente, a formação de uma cidade. Sob o argumento de que esse critério é amplamente adotado por professores de universidades brasileiras e americanas, bem como pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Jones defende que a data de fundação da cidade de Americana deve ser o dia 27 de agosto de 1875, data da inauguração da estação de Santa Bárbara d'Oeste, a qual, segundo ela, foi o elemento que desencadeou a formação da cidade.

Leandro Guerrini foi outro historiador que se manifestou a favor da data de 1875 no jornal na matéria *Historiador piracicabano comenta o centenário* (1975) do jornal *O Liberal*. Seu argumento baseia-se na necessidade de um documento oficial que comprove a data de posse da sesmaria, mencionada por algumas pessoas como o marco fundador da cidade de Americana, ou, alternativamente, que existam registros que comprovem a elevação da aldeia à condição de capela-curada, freguesia ou vila. Guerrini destaca a ausência de documentação que ateste a data exata de fundação da cidade e, diante disso, sugere que se oficialize a data de 27 de agosto de 1875, quando a estação foi inaugurada, como o marco fundacional, uma vez que este evento resultou no surgimento e desenvolvimento do núcleo populacional.

Além disso, Guerrini propõe a definição de uma pessoa responsável pelo povoamento da região. Assim como a cidade de Piracicaba tem como fundador o povoador ituano Antônio Corrêa Barbosa, Americana também deveria ter uma figura fundadora. Nesse sentido, o autor sugere que se reconheça o papel dos colonizadores norte-americanos, com destaque para o Coronel William H. Norris, que adquiriu terras na Fazenda Machadinho, facilitando o estabelecimento de diversos norte-americanos na região.

Divergindo sobre a data de fundação de Americana, atribuída pela Câmara Municipal de Americana a 27 de agosto de 1875, Gobbo (2009) relata que o escritor

campineiro Jolumá Brito publicou um artigo no jornal *Diário do Povo* de Campinas²⁹, no qual argumentava que a fundação da cidade teria ocorrido anos antes de 1875, uma vez que, antes dessa data, já existiam povoado, capela e comércio na região.

Após a Câmara Municipal de Americana oficializar o dia 27 de agosto de 1875 como o marco cronológico da cidade, o debate perdeu interesse, sendo retomado apenas em 2009 pelo jornalista Diógenes Gobbo, em artigo publicado na revista *O Liberal Americana* 134 Anos, intitulado "27 de agosto, uma data polêmica". Nesse artigo, o jornalista argumenta que a data histórica mais significativa seria o dia 12 de novembro de 1924, que marca a emancipação político-administrativa de Americana, uma conquista resultado da luta direta dos moradores da cidade.

Embora existam algumas divergências, como a mencionada anteriormente, no âmbito político, a data foi consolidada, não havendo mais discussões na Câmara Municipal sobre sua alteração. Assim, ela permanece como um marco institucional, funcionando como uma efeméride comemorativa anual, sendo lembrada principalmente no âmbito político, por meio de discursos, eventos e publicações em sites, redes sociais das instituições municipais e na imprensa local.

2.3 As concepções presentes nas obras: uma análise

Nesta seção, serão analisadas as concepções subjacentes nas obras sobre a história de Americana, com ênfase nas interpretações e significados atribuídos pelos historiadores autodidatas aos eventos passados, à luz das transformações sociais, culturais e políticas de seu tempo. Os historiadores reconstituíram a história da cidade por meio de temas comumente tratados e, ao refletirem sobre o passado, evidenciaram as relações entre esse passado e o presente vertiginoso no qual Americana estava imersa no período em que as obras foram publicadas (1930-1975).

Neste contexto, ao refletirem sobre o passado, os historiadores autodidatas não apenas reconstituíram a história de Americana, mas também expressaram diferentes concepções acerca dos marcos fundadores da cidade. Essas posições estão apresentadas na seção anterior, dedicada ao debate sobre a fundação de Americana, e resumidas no Quadro 1.

²⁹ Essas informações são apresentadas no artigo "27 de agosto, uma data polêmica", escrito por Diógenes Gobbo, então secretário da Câmara Municipal de Americana durante a discussão sobre a oficialização da data de fundação, e publicado na revista *O Liberal: Americana 134 anos*. No entanto, Gobbo não especifica, em seu artigo, o título completo da publicação nem a data exata de sua veiculação.

QUADRO 1- Marcos Fundadores nas Obras Sobre a História de Americana – SP

Autor	Data/Período	Marco	Responsável
Caldeira (1930)	7 de janeiro de 1905	Data em que Americana efetivamente a ser Distrito de Paz	Basílio Bueno Rangel
Brito (1963)	Séc XIX	Estabelecimento da Fazenda Machadinho	Domingos da Costa Machado
Bryan (1967)	1873	Início da construção da estação ferroviária	Inácio Corrêa Pacheco
Bryan (1975)	27 de agosto de 1875	Inauguração da Estação Ferroviária de Americana	Inácio Corrêa Pacheco

Fonte: Elaborado pelo autor

As divergências também ocuparam as páginas dos jornais *O Liberal* e *Diário do Povo de Campinas* durante o período de discussão, com as opiniões de Brito e Bryan, além dos demais autores que, embora não tenham emitido opiniões em livros, participaram dos estudos e debates na Câmara Municipal para a definição da data oficial de fundação. Esses autores e suas opiniões são apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2 - Marcos Fundadores em artigos ou matérias de jornal

Entrevistado	Data/Período	Marco	Responsável
Leandro Guerrini (1975)	27 de agosto de 1875	Inauguração da Estação Ferroviária de Americana	Coronel William H. Norris
Judith Mcnight Jones (1975)	27 de agosto de 1875	Inauguração da Estação Ferroviária de Americana	Não apresenta

Fonte: Elaborado pelo autor

As posições dos autores, tanto nas publicações quanto nas opiniões expressas em artigos e reportagens na imprensa local, evidenciam a busca por um marco definidor na fundação do município. No caso de Americana, esse marco não se deu de maneira formal, ou seja, não foi estabelecido por meio de um ato político ou institucional, como um decreto que instituísse a criação de uma cidade planejada, coordenada e executada, a exemplo de Brasília. Embora esse não tenha sido o caso de Americana, observa-se que os autores e estudiosos da questão procuram identificar um marco fundador para a cidade, baseando-se, de forma distinta, em eventos que configuram uma fundação informal. Tais acontecimentos, em sua maioria, foram protagonizados por figuras "ilustres", as quais teriam desempenhado um papel crucial na constituição da cidade. Como já evidenciado na seção anterior, além de estabelecerem marcos em suas obras, esses autores também

influenciaram o estabelecimento da data oficial de fundação da cidade.

A partir dos dados do debate e considerando que as publicações ocorreram entre 1930 e 1975, e que o reconhecimento oficial da fundação de Americana ocorreu em 1975, observa-se a influência dessas publicações na instituição de um marco fundacional definidor formalizado na Câmara Municipal de Americana, com base nas datas apresentadas por Bryan (1975), Guerrini (1975) e Jones (1975). Embora divergentes quanto ao fundador — Bryan (1975) selecionando Inácio Corrêa Pacheco, Guerrini (1975) indicando o Coronel William H. Norris e Jones (1975) não apontando um nome específico —, esses autores escolheram o dia 27 de agosto de 1875, data da inauguração da Estação Ferroviária, localizada no então território de Santa Bárbara d'Oeste e com o mesmo nome da localidade, como a data de fundação de Americana. As opiniões divergentes de Brito (1963) e Caldeira (1930) sobre a fundação de Americana, embora distintas das apresentadas pelos demais autores, não deixaram de integrar a narrativa histórica da cidade. Esses autores, ao serem os primeiros a escrever sobre a história de Americana e frequentemente utilizados como fonte pelos demais, delimitaram marcos e temas que, ao serem difundidos, contribuíram para a construção dessa narrativa histórica. Tais marcos foram inclusive rememorados durante as comemorações do centenário da cidade.

Em estudo sobre as controvérsias em torno da fundação de Campinas, Baroni e Godoy (2011) apontam que a história de muitas cidades paulistas, especialmente aquelas em que a cafeicultura se desenvolveu no século XIX, foi produzida entre as décadas de 1950 e 1970, como no caso de Americana, cujas principais obras foram publicadas entre as décadas de 1960 e 1970. Apesar das divergências e controvérsias presentes nesse conjunto de escritos, os autores identificam concepções bastante comuns, tanto em relação à função do passado rememorado quanto à forma de abordá-lo. Buscando um substrato comum, pode-se afirmar que as publicações que integram o debate, nos livros e artigos em jornais locais, compartilham certos aspectos que se aproximam daquilo que Burke (2011) chamou de um paradigma tradicional.

Esse conceito pode ser definido por um conjunto de características no qual prevalece uma abordagem da sociedade que valoriza, sobretudo, suas dimensões político-institucionais; que preza a narrativa dos acontecimentos como estilo de escrita; que reflete um ponto de vista dos segmentos dominantes, mesmo quando fala dos grupos e manifestações populares; que supervaloriza os documentos escritos e oficiais como fontes legítimas de informação; que adota como modelo explicativo as declarações conscientes dos agentes; que ignora os condicionamentos sociais na construção do

conhecimento e não incorpora as contribuições das Ciências Sociais na construção do conhecimento histórico. (BARONI; GODOY, 2011, p.138).

Dentro dos aspectos que compõem o paradigma tradicional definido por Burke (2011) é possível exemplificar várias dessas características presentes nas obras sobre a história de Americana: Como evidenciado anteriormente, esses escritores estavam focados em destacar os aspectos institucionais, concentrando-se nos acontecimentos políticos relacionados à ocupação da região. Suas narrativas se limitavam à descrição dos eventos, raramente realizando análises econômicas, culturais ou sociais da região, sem considerar a noção de processo histórico. Como apontam Baroni e Godoy (2011, p. 139), “A história da fundação torna-se também a história dos fundadores; é a fundação vista por cima”, referindo-se, no caso de Americana, à fundação por Basílio Bueno Rangel, Domingos da Costa Machado, Inácio Corrêa Pacheco ou William H. Norris. Trata-se de uma história construída a partir de documentos escritos e oficiais, que buscam se apresentar como verdades absolutas sobre a data de fundação.

A relação entre documento e história é também é destacada nos escritos de Jolumá Brito, como podemos observar no trecho a seguir: “O meu intuito não é criar confusões, é esclarecer com documentos que a história guardou e que são, na sua maioria, ignorados. Sua autenticidade não pode ser contestada por que são peças vivas que o passado guardou nos seus arcanos” (BRITO, 1963, p.07).

De acordo com Burke (1992) apud Baroni; Godoy (2011), a discussão sobre as origens de uma cidade, está profundamente relacionada à busca pelos elementos primordiais que definem a personalidade coletiva de um lugar, elementos esses que moldam tanto a vocação legítima da cidade quanto suas possibilidades futuras. No entanto, a questão não se limita à identificação das origens, mas sim à maneira como os dados históricos do passado são reinterpretados e reconfigurados pelo presente, a partir das condições contemporâneas. Isso se reflete no debate sobre a fundação de Americana, que emergiu com força nas décadas de 1960 e 1970, justamente no período de grandes transformações econômicas e urbanas. A instalação de indústrias, especialmente multinacionais, trouxe mudanças profundas à cidade, como a expansão desordenada do espaço urbano, a conurbação com Santa Bárbara d'Oeste e a chegada de imigrantes de diversas regiões do Brasil. Esses processos resultaram em uma urbanização acelerada e na perda de alguns referenciais de memória, gerando um desejo de retorno às origens como uma resposta a essa modernização.

Baroni e Godoy (2011) sugerem que essa busca pelas origens pode ser vista como

uma forma de compensação ou reatamento imaginário diante do distanciamento e da perda de identidade coletiva provocados pelas mudanças. Ao buscar a fundação da cidade, o passado se torna um símbolo de uma identidade pura e intacta, como se a cidade sempre tivesse existido dessa forma, sem a complexidade e as contradições históricas. Nesse sentido, o processo de resgatar as origens implica em uma tentativa de reintegração da cidade à sua "essência", criando uma imagem idealizada da comunidade. Contudo, esse movimento contraditoriamente remove a cidade de sua dimensão histórica e transforma a fundação em um dado imutável da natureza, uma narrativa mítica que serve para forjar a identidade desejada pelos estudiosos.

A esse respeito, o mito fundador pode ser entendido como uma forma de resolver, no plano do imaginário, as contradições sociais e históricas que não podem ser solucionadas de maneira racional. A ideia de Chauí (2000) complementa essa visão ao afirmar que o mito oferece um repertório inicial de representações da realidade, que, ao longo do tempo, são reconfiguradas conforme as necessidades ideológicas de cada período histórico. Dessa forma, o mito se reinventa, perpetuando-se sob novas roupagens, mas mantendo uma estrutura que alimenta as ideologias e a visão de mundo vigente, ajustando-se às circunstâncias de cada época.

Em relação a essa forma como o passado foi utilizado, Hobsbawm (1998) denominou-o de "passado social formalizado", que, segundo ele, fixa o padrão para o presente, tendendo "a ser o tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente" (HOBBSAWM, 1998, p. 23).

Esse conjunto de elementos remete à dimensão do modo como o poder estava instituído na sociedade e como o passado foi incorporado ao presente, sendo definido por este último. No caso do debate sobre a fundação de Americana, é importante analisá-lo em conjunto com o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970, pois foi nesse período que se deu a principal influência sobre a imagem elaborada pelos autodidatas. Nesse contexto, a evolução econômica da região, que foi fundamental para a constituição da cidade, também desempenha um papel essencial na formação dessa memória histórica.

Em relação à economia da região onde Americana se formou, pode-se afirmar que, após um período inicial de cultivo majoritário de cana-de-açúcar, houve uma diversificação significativa. Inicialmente, essa diversificação ocorreu com a produção agrícola, que incluía o cultivo concomitante em larga escala de cana-de-açúcar, café, melancia e algodão. A partir do final do século XIX, essa diversificação se expandiu com o crescimento do comércio e a criação de indústrias. Ao estudar as regiões de produção

de café, Faleiros (2010) dedica-se especialmente a Campinas, da qual Americana fez parte administrativamente até 1924 e continuou a ser influenciada após essa data, devido à sua proximidade. Faleiros (2010) aponta que essas diversificações permitiram que fatores como a saturação do solo, devido à exploração prolongada das culturas mais antigas desde aproximadamente 1870, a queda de produtividade dos cafeeiros e a redução nos preços internacionais, ocasionada pela Crise de 1929, não resultassem em uma crise econômica mais profunda a partir de 1930.

Além dessas diversificações, Baroni e Godoy (2011) indicam que a crise nos setores agrários ligados ao café levou alguns produtores a lotearem suas terras, o que agregou à diversificação o elemento da especulação imobiliária. Esse processo gerou uma transformação perceptível na localidade, caracterizada não apenas pelo aumento demográfico e pela industrialização, mas também pelo crescimento da área urbana sobre as antigas áreas rurais. É importante ressaltar que, embora os primeiros processos de transformação descritos por Caldeira (1930) tenham sido impactantes, eles não alcançaram a mesma intensidade do segundo período de transformações, cujas repercussões estão associadas ao contexto das publicações subsequentes, o qual será analisado a seguir.

A partir da década de 1950, uma nova conjuntura se configurou para a economia brasileira, propiciando a intensificação do processo de substituição de importações e viabilizando a instalação de corporações estrangeiras – norte-americanas, europeias e japonesas – nos mercados emergentes, como o brasileiro (TERCI, 2009). Entre 1950 e 1980, várias empresas estrangeiras instalaram-se em Americana, como Goodyear (pneus), Polyenka (fios), Toyobo (tecidos e confecções), e Fibra (viscose), que, embora inicialmente nacional, foi adquirida pelo grupo Snia, com sede em Milão, Itália. "A industrialização e a urbanização se ampliam com a entrada do grande capital multinacional, e, em 1967, o IBGE aponta Americana como o mais importante centro têxtil do interior paulista, superado apenas pela Grande São Paulo" (TERCI, 2009, p. 54). Esses elementos contribuíram para que Americana se tornasse o destino de uma parcela significativa de migrantes, principalmente do setor rural.

A industrialização e a consequente vinda de migrantes colaboraram para uma urbanização praticamente absoluta. Americana tornou-se mais urbanizada do que cidades como Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste – como evidenciado na Tabela 1 – "característica que também pode ser explicada por sua limitação territorial" (TERCI, 2009, p. 49).

Tabela 1 — Taxa de urbanização: Americana, Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste

MUNICÍPIOS	1970	1980
Americana	93,9	99,7
Piracicaba	83,8	92,3
Santa Bárbara d'Oeste	72,0	93,7

Fonte: TERCI, 2009 apud IBGE, Censos Demográficos, 1970/91.

As elevadas taxas de crescimento demográfico e o intenso fluxo migratório resultaram no surgimento de novos bairros, principalmente na divisa com Santa Bárbara d'Oeste, promovendo a conurbação entre essas cidades. Essa expansão desordenada modificou o espaço, gerando o que Terceiro (2009) denomina como caos urbano em Americana, como ilustrado em um estudo de campo da seguinte forma:

[...] Como sua expansão ocorreu de forma radial, grande parte do fluxo da cidade passa por essas ruas do centro com destino a outros bairros. Como o terminal também se localiza lá, ônibus de cidades vizinhas trafegam por essas ruas estreitas e movimentadas. Forma-se assim um quadro caótico durante o dia, onde as pessoas não têm tempo nem sequer de observar o patrimônio ali instalado. Já no período noturno, poucos carros percorrem aquelas ruas, pois o centro não oferece nenhum atrativo. Todo o comércio está fechado, inclusive as igrejas e o terminal. Assim transitar pelo centro a noite tornou-se arriscado, principalmente pelas ruas do calçadão comercial, que não possui residências e sua iluminação e mobiliários urbanos são deficientes (SILVA, 2007 apud TERCI, 2009 p. 71).

As modificações no espaço urbano afetaram o centro histórico, referência para os autodidatas na origem da cidade, ocasionando a perda de elementos considerados importantes, como é o caso da estação ferroviária. Esta perdeu sua função devido ao processo de abandono e deterioração do transporte ferroviário, consequência da crise no setor cafeeiro durante os anos 1930, restringindo-se ao transporte de passageiros e deixando de desempenhar seu papel no transporte de mercadorias. Além disso, foi ofuscada pelo terminal rodoviário, construído ao lado da estação, com estruturas metálicas altas que destoavam da arquitetura da estação de 1912³⁰, em função das necessidades de transporte em uma cidade cada vez mais urbanizada.

Outro referencial presente nos escritos dos autodidatas, a Fábrica de Tecidos Carioba passou por dois momentos de tensões distintas, os quais se relacionam à forma como os autores evidenciaram essa indústria. No primeiro contexto, a fábrica, sob a gerência de Hans Ernst Muller Carioba, foi vendida ao grupo Abdalla no final de 1944.

³⁰ O prédio referido, datado de 1912, corresponde à segunda estação construída no local, substituindo a antecessora, inaugurada em 1875.

Esse grupo estava vinculado aos projetos e à política governamental do Estado Novo de Getúlio Vargas, cujo objetivo era a industrialização nacional, com a finalidade de superar os impactos causados pela crise de 1929.

[...] A situação delicada da época, com a ditadura Vargas e a Segunda Guerra Mundial trouxe instabilidade à família Muller — que tinha parentes e ligações na Alemanha nazista —, assim como aos moradores de Carioba, na sua maioria de nacionalidade ou de descendência italiana. O confisco de um rádio na Fazenda Salto Grande, a hostilidade aos descendentes dos países do eixo, a falta de gêneros alimentícios e a rescisão de contrato com italianos e alemães, são exemplos de um ambiente pressionado, tenso e inseguro. (STOCK, 2009, p. 35).

De acordo com Stock (2009, p. 35), “esse ambiente de desconfianças fez surgir histórias e lendas que apontaram a Segunda Guerra Mundial como a principal causa da venda definitiva”. No entanto, a autora argumenta que esse não foi o único motivo, pois a perseguição aos alemães foi um fenômeno limitado ao período de 1942 a 1945. Além da instabilidade gerada pela perseguição de Vargas aos alemães e italianos, Stock (2009) identifica outro fator importante para a venda da empresa: a separação da família Muller. Esse evento ocorreu em 1939, quando Hermann, primogênito de Franz Friedrich Wilhelm Muller e dirigente da Carioba, vendeu sua parte da empresa ao irmão Hans e deixou a vila. Depoimentos de ex-moradores da vila, colhidos pela autora, apontam como uma das causas dessa separação o fato de “a sucessão na empresa, que tradicionalmente seria entregue ao primogênito de Hermann, Joaquim, mas que foi dada a Antonio Pinto Duarte” (STOCK, 2009, p. 35).

A saída dos Muller teve um impacto significativo sobre os moradores da vila industrial de Carioba, pois quebrou-se o sistema de trocas que antes vigorava na comunidade. Diversas mudanças ocorreram, como a extinção das associações recreativas e culturais e a introdução da cobrança de aluguel nas casas da vila operária, que antes eram isentas desse custo.

[...] O Grupo Abdalla teve uma difícil relação com o seu operariado desde a compra de Carioba em 1944, agravada nos anos finais de 1950 e atingindo o seu ápice nas décadas seguintes, pela forma como administrava seus empreendimentos industriais. Esse embate com os operários, e principalmente com os seus sindicatos, culminou com diversos movimentos grevistas, às vezes simultâneos, e intervenções do governo federal, principalmente em alguns de seus empreendimentos industriais. O desgaste empresarial do Grupo associou-se às inúmeras prisões de José João e Nicolau João Abdalla, em decorrência da falta de pagamento de impostos, e às suas cassações políticas (STOCK, 2009, p. 91 - 92).

O segundo contexto de Carioba refere-se ao momento em que a indústria entrou em decadência. A empresa, que havia se desenvolvido ainda mais sob a proteção dos

projetos nacionalistas de Getúlio Vargas, perdeu seu poderio econômico com a implementação das políticas de industrialização de Juscelino Kubitschek, parte integrante do Plano de Metas (1956-1961). Essas políticas introduziram a concorrência entre as empresas, especialmente por meio da instalação de multinacionais, com o objetivo de melhorar a tecnologia, aumentar a produtividade e aprimorar a qualidade dos produtos nacionais. Em 1976, as despesas da Carioba duplicaram, enquanto a receita da empresa passou a ser inferior aos encargos trabalhistas e aos custos da própria vila, o que resultou na declaração de falência da fábrica. Esse período também foi marcado pela demolição das casas da vila operária.

Esses eventos indicam que, na visão dos escritores, a "velha América" – anterior a 1930 – dá lugar à imagem de uma cidade caracterizada pelo progresso contínuo e modernizante, que, em determinado momento, acelera, impactando o local. Esse processo inclui, além de aspectos relativos a transformações econômicas súbitas, a perda de referências, como grandes campos agrícolas, em detrimento da urbanização, do uso ferroviário e da fábrica de tecidos Carioba. Ao escrever sobre relatos paulistanos, Brefe (1993) aponta que, diante de cenários como esse na cidade, os escritores

“[...] demonstram uma dupla inquietação: de um lado, estão atentos ao desaparecimento dos antigos marcos urbanos – que faziam dela um território familiar – e de outro, demarcam o surgimento de novos contornos e dos novos elementos, que dão a cidade, cada vez mais, um aspecto moderno.”
Brefe (1993, p. 100)

Nesse sentido, Brefe (1993, p. 101) aponta que há um esforço direcionado no sentido de ordenar, nas escritas, o território em transformação repentina, que perde traços com a mesma rapidez com que ganha outros novos. Além disso, ocorre a busca por estabelecer um fio de continuidade entre o passado e o inédito, que brota de si como resultado de uma evolução constante. Em suas ideias, “nesse movimento, que procura dar conta da substituição do velho pelo novo, o progresso aparece como o único elemento capaz de justificar as transformações que se processam [...]” (BREFE, 1993, p. 101).

Ao discorrerem sobre as transformações na cidade de Campinas, Baroni e Godoy (2011, p. 145 apud SANTOS, 2002) argumentam que a reconstituição realizada naquela cidade seria resultado da articulação, após 1930, entre setores proprietários, especulação imobiliária, crescimento urbano e domínio político do poder municipal. Nesse sentido, Americana apresenta um panorama semelhante, somando-se a um segundo momento de crescimento industrial repentino oriunda principalmente de indústrias estrangeiras e

consequente expansão urbana a partir dos anos 1950.

No período pós-1950, as regiões centrais — aquelas rememoradas como o início da cidade — passam a ser mais valorizadas, o que provoca o fenômeno da suburbanização, segregando a população operária, composta, em sua maioria, por migrantes que chegam ao município atraídos pela campanha agressiva das novas empresas em busca de mão-de-obra. Esses migrantes se instalam em conjuntos habitacionais construídos à margem oposta da rodovia Anhanguera. Tais conjuntos habitacionais, viabilizados basicamente com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), ficam apartados da cidade pela rodovia, fazendo com que essas pessoas se sintam fora dela (MORELLI, 1997, apud TERCI, 2009, p. 56).

[...] É nesse momento que os recém-chegados, os migrantes, precisam ser informados sobre quem são os “donos” da cidade e integrados num esquema político em um papel previamente estabelecido. O recado é claro: aqueles que sempre mandaram porque criaram a cidade têm quase que o direito natural de continuarem mandando. No entanto, eles merecem isso não só por conta de sua antiguidade, mas também por constituírem uma elite moderna e modernizante, progressista. (BARONI; GODOY, 2011, p.145).

Para Baroni e Godoy (2011), esse tipo de escrita dos autodidatas teria contribuído para a construção de um imaginário que legitimou o processo de modernização de natureza capitalista, selecionando os responsáveis por esse progresso e modernização. Ao buscar, nessa reconstrução do passado, resolver no plano imaginário os problemas que poderiam prejudicar o processo de modernização e progresso da cidade, procurava-se garantir a continuidade desse processo.

Contudo, é necessário ter cautela em relação a esse posicionamento, pois ele pode transmitir a impressão de que os autodidatas faziam parte de um projeto planejado, definido e articulado em conjunto com setores da sociedade, tanto públicos quanto privados, com o objetivo de projetar essas histórias de maneira programada. Este trabalho, no entanto, adota a posição de que os envolvidos nas questões desse período imprimiram essas leituras em função do meio social no qual estavam inseridos. De acordo com o conceito de Chartier (2002), as representações, que se formam a partir do contexto histórico em que os autodidatas estavam inseridos, influenciaram a maneira como perceberam e interpretaram a realidade social ao seu redor. Tais leituras do passado não são neutras; elas possuem intencionalidades, mas são, de maneira subjetiva e pessoal, um reflexo do que Chartier (2002) denomina “energia social”, ou seja, o modo como as forças da sociedade são assimiladas pelos escritores e, conseqüentemente, incutidas nas obras,

por meio da representação do passado.

Os escritos dos autodidatas contribuíram para a construção de um imaginário que legitimou o processo de modernização de natureza capitalista, o qual envolvia o loteamento das antigas áreas rurais e a consequente urbanização, o desenvolvimento de indústrias locais e, posteriormente, a chegada de indústrias estrangeiras. Nesse contexto, selecionavam-se os marcos originários e responsáveis por cada evento, buscando, na reconstrução do passado, resolver, no plano imaginário, as tensões do contexto em que escreviam, relacionadas, principalmente, às transformações geradas por essa modernização.

Alguns elementos podem ser destacados como recorrentes nos escritos sobre a história da cidade, os quais foram analisados em seção anterior, no que diz respeito ao modo como foram recuperados pelos autodidatas. Cientes de que tais elementos foram utilizados como soluções no plano imaginário para os problemas e incertezas do presente, cabe, neste momento, retomar a relação desses temas com o contexto de escrita.

Um dos pontos centrais, de maior destaque e que se apresenta de maneira dissonante entre os autores, refere-se à fundação do município e ao estabelecimento dos primeiros núcleos agrícolas e fazendas, temas já abordados neste capítulo. Esses aspectos ilustram a fundação e as primeiras ocupações como o que Chauí (2000) designa como "passado imaginário", que sustenta o curso temporal, conferindo-lhe sentido e originando o mito fundador, responsável pela definição da personalidade local.

O segundo tema de destaque entre os autores, que desperta curiosidade devido à semântica do nome da cidade, refere-se à chegada dos imigrantes norte-americanos pós-Guerra de Secessão à região. Mas a referência aos norte-americanos não remete exclusivamente as ações daquele grupo no passado, mas sim ao contexto no qual Americana estava envolvida com os E.U.A no período de publicações. Em 1966 completou-se 100 anos da chegada dos imigrantes norte-americanos na região que atualmente engloba Americana e Santa Barbara d'Oeste, em função disso "inúmeras notícias sobre o assunto foram publicadas pelo jornal local, *O Liberal*" (STOCK, 2009, p. 159). Stock (2009) chama a atenção para o fato de o jornal noticiar paralelamente a esses artigos, acordos brasileiros da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) com a United States Agency for International Development (Usaid).³¹

³¹ A Usaid foi criada em 1961, pelo presidente norte-americano John F. Kennedy, quando assinou o Decreto de Assistência Externa, unificando diversos instrumentos de assistência dos Estados Unidos aos países subdesenvolvidos, com o objetivo de operacionalizar políticas externas imprescindíveis no período da

Esses acordos traziam também especialistas norte-americanos para auxílio técnico à indústria têxtil brasileira, acontecimento que o jornal *O Liberal* chamou de “um excelente exemplo da iniciativa brasileira, em cooperação com a Aliança para o Progresso” (*O Liberal*, 17 jul. 1966, primeira página, apud Stock, 2009, p. 160). Seis empresas têxteis da cidade realizaram um acordo atrelado a Aliança para o Progresso³² gerando aumento de produtividade dessas indústrias em 20%, em apenas seis meses (Stock, 2009).

[...] Dentro deste contexto da interferência norte-americana na cidade em prol do desenvolvimento técnico das indústrias têxteis, a vila e a fábrica de Carioba sofriam a maior greve de sua história. Nos jornais de Americana, ao lado dos festejos da imigração norte-americana e dos diversos acordos com os Estados Unidos, quase se emparelhava a situação caótica provocada por uma greve de quase um ano e as constantes prisões dos irmãos Abdalla. A decadência de Carioba justapunha-se ao crescimento do poderio dos grupos de origem norte-americana. (STOCK, 2009, p.160).

Esses acontecimentos refletem a maneira como os autodidatas descreveram a relação dos imigrantes norte-americanos com a cidade, dissociando qualquer vínculo desses imigrantes com a fundação de Americana. Alegava-se que eles chegaram em um momento em que já existia um núcleo estabelecido e, em sua maioria, retornaram aos Estados Unidos por volta dos anos 1900, não tendo, portanto, contribuído para o desenvolvimento contínuo da cidade, especialmente no que tange ao seu progresso. No entanto, sua participação no desenvolvimento e na contribuição para a modernização e o progresso da cidade, no período entre 1866 e 1900, não foi desconsiderada. Ela se evidenciou nas obras por meio de técnicas agrícolas inovadoras e do uso de novas ferramentas de trabalho, como o arado e os troles americanos.

A dicotomia na forma como os norte-americanos são retratados nas publicações também se manifestou durante as comemorações dos 100 anos da imigração, quando a Câmara de Vereadores vetou um projeto que previa a construção de um monumento em homenagem aos imigrantes norte-americanos. A alegação para a rejeição do projeto foi que o monumento apresentaria três figuras representativas da vida humana: religião, educação e agricultura. No artigo intitulado *Incidente no Centenário da Imigração*,

Guerra Fria. No Brasil, ficou mais conhecida com a sigla MEC-Usaid, que representava acordos políticos e econômicos e, entre outras ações, fundamentou a reforma educacional do período militar. Um dos resultados desse acordo foram as Leis da Reforma Universitária, 5.540/1968, e a também Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, Lei n.5692, que perdurou até 1996. Ver Stock (2009, p. 159)

³² A Aliança para o progresso foi um programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos para a América Latina, foi criado também por John F. Kennedy em 1961 e extinto em 1969 por Richard Nixon, com o mesmo objetivo, ligado aos avanços da Guerra Fria. Ver Stock (2009, p.160)

publicado na edição de agosto de 2010 do jornal *O Liberal – Americana 135 anos*, Diógenes Gobbo relata que Jessyr Bianco, vereador na época, justificou a negativa do projeto da seguinte forma: “Tem-se a impressão de que os sulistas vieram para esta região, instalaram Americana, criaram um núcleo, trouxeram a educação e a agricultura”, observando também que essas atividades já existiam na região antes da chegada dos norte-americanos.

A reportagem evidencia a presença de conflitos culturais durante as comemorações do centenário do estabelecimento dos norte-americanos na região, conflitos esses que não eram recentes. A tensão remonta ao período de instalação, destacando-se principalmente as diferenças religiosas, uma vez que os imigrantes norte-americanos eram predominantemente protestantes, enquanto o Brasil monárquico, onde se estabeleceram, tinha o catolicismo como religião oficial. Há relatos, inclusive, de autodidatas mencionando casos em que os imigrantes foram proibidos de enterrar seus mortos nos cemitérios de Vila Americana ou Santa Bárbara d’Oeste. Percebe-se, então, que o conflito cultural transcendeu para uma disputa de memórias na localidade.

Apesar do veto à construção do monumento original, que pretendia representar as três figuras simbólicas, a cidade optou por uma alternativa: a construção de um obelisco e de um outro monumento retangular. O obelisco foi erguido em 1966, com os sobrenomes das famílias norte-americanas que se estabeleceram na região gravados na base. O monumento retangular foi instalado em 1967, com o nome da praça onde o obelisco foi construído, a Praça dos Americanos.

A partir dos dados apresentados, é possível inferir que tanto os autodidatas quanto a política local, ao tratarem dos imigrantes norte-americanos, realizam uma seleção cuidadosa do que deve ser enaltecido e do que deve ser descreditado em relação a esse grupo. Embora os escritores neguem a participação dos imigrantes na fundação da cidade e a política municipal, com argumentos semelhantes aos dos autodidatas, refute essa contribuição, com base na ideia de que já existia uma população estabelecida antes da chegada desses imigrantes, ambos não deixam de reconhecer a presença desse grupo na história local.

Esse reconhecimento se dá, principalmente, pela inserção dos imigrantes no poder local, uma vez que alguns norte-americanos e seus descendentes se tornaram figuras influentes na cidade. Exemplos disso incluem o pioneiro William Hutchinson Norris, que se tornou proprietário de terras e líder de loja maçônica; Cicero Jones, médico e proprietário de uma indústria de fitas de seda; e Niels Nielsen, proprietário de uma fábrica

de arados.

Além disso, destaca-se a função desempenhada pelos imigrantes no desenvolvimento da agricultura, da indústria e das técnicas agrícolas, cujas práticas eram vistas como superiores às brasileiras, especialmente no que diz respeito ao uso de equipamentos. Esse fato se alinha ao contexto da época, marcado pela polarização mundial durante a Guerra Fria e pela intervenção dos Estados Unidos no Brasil durante a Ditadura Militar, o que resultou na vinda de especialistas norte-americanos para auxiliar na modernização da indústria têxtil, particularmente em Americana, que se configurava como polo têxtil, na década de 1960. Esses especialistas atuaram como um elemento externo na contribuição para o progresso, de maneira semelhante ao que ocorreu com os imigrantes que se estabeleceram na região na década de 1860.

Um ponto de destaque nas reconstruções realizadas pelos autodidatas é o enaltecimento do prolongamento da linha férrea e da inauguração da estação ferroviária. Esses eventos estão intimamente relacionados aos desafios enfrentados pelo transporte ferroviário na época, como a queda contínua na utilização das ferrovias e a consequente crise, resultado de fatores como a falta de investimentos, a crise do café e a crescente concorrência com o transporte rodoviário. De acordo com pesquisas do Arquivo Público do Estado de São Paulo, após atingirem seu auge na década de 1940, as ferrovias paulistas começaram a vivenciar um processo de declínio. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), iniciou-se um processo gradual de substituição das ferrovias pelas rodovias como os principais meios de transporte no Brasil e no estado de São Paulo, o que refletia uma priorização crescente da indústria automobilística, tendência que se consolidaria durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Esse período foi marcado pela estatização das ferrovias paulistas, com o objetivo de assegurar a continuidade das atividades ferroviárias, e pela inutilização da estrada de ferro que cortava Americana para o transporte de cargas, restando apenas o transporte de passageiros. Como consequência, os galpões de estocagem foram desativados, e a estação perdeu sua função de referência. A substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário provocou mudanças significativas no centro de Americana, especialmente nas proximidades da estação, onde foi construído, ao lado, o Terminal Urbano Rodoviário. Esse processo transformou a paisagem local e obscureceu a Estação Ferroviária de Americana.

Outro tema abordado, a descrição da disputa entre Campinas e Santa Bárbara d'Oeste pela administração e pelo recolhimento de impostos da Villa Americana, que

evidenciava Santa Bárbara d'Oeste como causadora de distúrbios na época em que a questão se desenrolava, por volta de 1904, é análoga à disputa entre Americana e Santa Bárbara d'Oeste ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, relacionada ao processo de conurbação urbana entre os dois municípios. Esse processo foi impulsionado pelo desenvolvimento urbano de Americana, decorrente do crescimento industrial no período, o que resultou na chegada de um número significativo de migrantes, que passaram a atuar como mão de obra nas indústrias locais. Em uma matéria do G1 sobre a questão, um morador da região, Luis Souto, relatou que encontrou oportunidade na área em 1978, quando saiu do Paraná e ficou na casa de sua irmã em Americana por 30 dias para avaliar se a região era promissora para se mudar com sua família. Luiz afirmou na reportagem: "Passavam carros de som nas ruas procurando gente para trabalhar nas empresas. Logo percebi que era um lugar que prometia grandes progressos."

Embora a delimitação territorial garantisse os limites entre as duas cidades, essa questão gerava conflitos, uma vez que Americana avançava sobre o território de Santa Bárbara d'Oeste (TERCI, 2009). Para impedir tal avanço, a prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste criou o bairro da Zona Leste e implementou programas públicos na região (MARTINS, 2007, apud TERCI, 2009, p. 57). A reportagem do G1, intitulada *"Rixa entre cidades e migrantes em busca de oportunidade formaram a Zona Leste de Santa Bárbara"* (2018), destaca que a pressão imobiliária e o temor do rápido desenvolvimento de Americana motivaram o prefeito de Santa Bárbara d'Oeste da época, Isaías Hermínio Romano, a criar uma "Cidade Nova" (denominação que originou um dos bairros da região), como estratégia para conter o avanço de Americana sobre o território barbareense.

A recorrência à memória positiva da Fábrica de Tecidos Carioba, no período de 1875 a 1940 – apresentada pelos autores como responsável pelo início da industrialização em Americana – está associada a uma sequência de períodos de rupturas e instabilidades já mencionados neste trabalho. O primeiro desses momentos refere-se a Getúlio Vargas, primeiramente pelo fato de a família Muller ser de origem alemã e a maioria dos funcionários ser italiana, o que contribuiu para a criação, entre os trabalhadores e munícipes, da ideia de perseguição por parte do governo Vargas à família Muller.

E em segundo lugar, pela política do Estado Novo, que, por meio do incentivo à industrialização nacional, resultou na venda de Carioba à família Abdalla. Embora essa venda tenha gerado um crescimento significativo dos lucros na primeira etapa, como evidencia Stock (2009), a família Abdalla foi posteriormente associada a atribuições negativas, tanto pela condução dos negócios quanto pelo tratamento dispensado aos

funcionários da fábrica. Stock (2009) destaca que, quando os Abdalla chegaram, em dezembro de 1944, deram um abono de 500 mil réis, corte de tecido e brinquedos para os filhos dos funcionários, numa tentativa de agradar, que não surtiu efeito, pois os empregados estavam revoltados com a venda da fábrica pelos alemães. Como consequência, muitas pessoas decidiram deixar a vila. Esse processo não foi imediato, mas contínuo, gerado por motivos como a quebra no sistema de trocas, o fim dos acordos estabelecidos com base no "apalavramento" e a cobrança do aluguel dos estabelecimentos comerciais de Carioba.

Esses fatores contribuíram para uma escrita da história de Carioba na qual a família Abdalla é praticamente excluída, sendo mencionada apenas no momento da aquisição em 1944 e destacada no declínio, que só ocorreu em 1976. Nas obras, por exemplo, não são abordadas as expansões realizadas pela família.

“[...] Novos salões industriais foram construídos e maquinários de fiação foram instalados, entre 1949 e 1950, onde outrora existira o Clube de Regatas e Natação de Carioba. Em torno de mais 50 casas de operários foram edificadas, a maioria ao lado da Igreja São João Batista, sem modificar a forma estrutural da vila.” (STOCK, 2009, p. 39).

Além disso, as benfeitorias realizadas por cidadãos ilustres, frequentemente destacadas nas obras, não são atribuídas à família Abdalla. Isso é perceptível pelo fato de que as doações feitas pela fábrica da família em Perus — como o cimento destinado à construção do Hospital São Francisco, do Hospital André Luiz, do Orfanato Monteiro Lobato, do Colégio Divino Salvador, do Colégio Salesiano Dom Bosco, das arquibancadas de diversos campos de futebol, como os dos Clubes Flamengo e Rio Branco, e da Igreja de Santo Antônio — são omitidas nas publicações.

Esse período de mudanças em Carioba refletiu-se em uma escrita que, além de enaltecer a família Muller, destacava a participação desenvolvimentista dos imigrantes italianos, que contribuíram inicialmente nas lavouras e, posteriormente, nas indústrias. Também tecia críticas ao governo de Getúlio Vargas, principalmente em relação ao período de intervenção política ao qual Americana esteve submetida, além de exaltar a participação dos combatentes americanenses na Revolução Constitucionalista de 1932. Tais descrições são corroboradas pela afirmação de Bryan (1967), segundo a qual, nesse período, a cidade interrompeu seu progresso, que até então se mostrava promissor, mencionando ainda a importância da luta dos vila-americanenses na Revolução Constitucionalista de 1932 contra o que ele considera uma ditadura.

O segundo momento relaciona-se às políticas de industrialização de Juscelino Kubitschek, que, por meio da introdução de empresas multinacionais, resultaram na chegada de indústrias à região, ofuscando a referência de Carioba como grande indústria do município. Esse processo também provocou a vinda de muitos migrantes para trabalhar nas indústrias multinacionais, o que contribuiu para uma urbanização acelerada da cidade, gerando uma modificação das referências da cidade. Além disso, Stock (2009) sinaliza que no período ditatorial, sobretudo a partir de 1967, o Grupo ao Abdalla tornou-se alvo do rastreamento fiscal, intensificado a partir de 1969, devido à falta de pagamento de impostos à Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional de Previdência Social, o que acarretou diversas prisões dos membros da família e confisco de bens, dos vários empreendimentos dos Abdalla a partir de 1973, acarretando um declínio para Carioba. O que agrava o sentimento de perda na memória de cariobenses³³ e americanenses, é que o declínio da Fábrica de Tecidos Carioba, que já seria impactante, não representa somente o fim de uma indústria, mas a perda de moradia e de uma comunidade, constituída ao longo de 101 anos (1875 – 1976) na qual muitas pessoas estavam inseridas.

O desmonte da vila iniciou, de acordo com Stock (2009), foi realizado no processo de fechamento da fábrica, conforme os acordos rescisórios eram realizados, os trabalhadores eram informados que deveriam deixar a vila, alguns haviam recebido um lote residencial em cariobinha como parte do acordo de uma greve em 1966, e com a rescisão, utilizaram a indenização dos anos trabalhados para construírem as casas. E a mesma autora afirma que a empresa pagava muitas indenizações em produtos, permitindo que os trabalhadores com contrato rescindidos levassem portas, janelas, telhas e tijolos como parte das indenizações, acelerando o processo de destruição da vila. Alguns resistiram, mas o movimento enfraquecia na medida que os líderes eram cooptados por meio de oferecimento de dinheiro, terrenos e casas.

Em 1971, o então prefeito de Americana, Abdul Hadi Omar Najar (1969/1973), mais conhecido como Abdo Najar, deu início a um conjunto de ações visando o desenvolvimento industrial da cidade. Entre essas ações, estavam a desapropriação de terrenos, a concessão de incentivos fiscais e a venda de propriedades para a criação de um Parque Industrial. Diversos terrenos pertencentes à fábrica de tecidos Carioba S/A foram considerados de interesse público e, assim, desapropriados, tanto de forma amigável quanto judicial, para abrir espaço para a instalação de novas indústrias no

³³ Cariobenses era o nome designados aos moradores da Vila industrial de Carioba.

município. Além disso, uma série de terrenos da mesma fábrica foi utilizada para a construção de avenidas, ruas e estradas marginais, facilitando o acesso às novas fábricas (STOCK, 2009).

Em 1976 ocorre a falência da Fábrica de Tecidos Carioba, significando o fim dessa indústria, mas a continuação de muitos problemas, como destruição das moradias, incerteza na destinação dos imóveis e desapropriações, que não serão aprofundadas por estarem fora do recorte temporal da pesquisa, portanto não se relacionando com a escrita dos autodidatas.

Esses eventos acarretaram mudanças na paisagem urbana, crescimento e modernização, além da perda de patrimônios culturais — fatores que impactaram a memória coletiva de diferentes formas, influenciando, especialmente, a maneira como os autodidatas representaram Carioba e as indústrias associadas a ela, por meio do façanismo. Nesse contexto, nas obras, Carioba se configura como um elemento impulsionador para as produções posteriores, sendo representada como a indústria responsável pelo surgimento de várias outras que, por sua vez, contribuíram para o progresso.

Em relação à menção de destaque que os autodidatas conferem aos imigrantes italianos, seria natural associar essa menção à alta quantidade destes imigrantes que se estabeleceram na região da futura Americana, trabalhando principalmente na lavoura de café, especialmente no período inicial de formação da região e na fábrica de tecidos Carioba em período posterior. Esses imigrantes influenciaram a criação e a formação de grupos esportivos, culturais, recreativos, de ajuda mútua, entre outros. Além disso, alguns, por esforço individual ou coletivo, estabeleceram novas indústrias, empresas, comércios e até mesmo veículos de imprensa.

Em relação à quantidade de imigrantes italianos em Americana, os dados apresentados no final da segunda década de 1900 indicam o seguinte:

“No recenseamento de 1918, realizado pelo município de Campinas, havia em Villa Americana 5.201 brasileiros, 1.501 estrangeiros e 17 que não declararam nacionalidade. Desses estrangeiros, 904 eram italianos, 173 espanhóis, 130 portugueses, 111 russos, 42 alemães, 37 austríacos, 30 norte-americanos, 23 turcos, 13 argentinos, 9 suíços, 8 ingleses, 4 franceses, 12 de países europeus não discriminados, 3 africanos e 1 asiático. O recenseamento estimava ainda que, em cada 100 habitantes, 78 eram brasileiros e 22 estrangeiros. Sendo que, dos 78 brasileiros, 75 eram paulistas; e dos estrangeiros, 15 eram italianos.” (STOCK, p. 135, 2009).

Esses dados confirmam a quantidade superior de imigrantes italianos em relação

aos de outras nacionalidades em 1918³⁴. No entanto, a população brasileira constituiu a maior parte da população no referido ano, com 5.201 habitantes. O que chama a atenção nesses dados é que, nas obras, os estrangeiros — especialmente italianos, norte-americanos e alemães — são destacados e apresentados com protagonismo no progresso da cidade, enquanto a população local, de origem nacional geral, é referida na história dos primórdios da região como descendente de portugueses. Além disso, em diversos momentos, há enaltecimento de algumas figuras, apresentadas como ilustres, nas quais se deduz que sejam brasileiras devido aos sobrenomes portugueses.

Portanto, o enaltecimento dos imigrantes italianos não se refere simplesmente ao fato de constituírem uma quantidade significativa de pessoas no município, muitas vezes apresentadas nas obras com participação preponderante, mas, principalmente, às relações de poder presentes no local e à influência que esse grupo exercia nessas relações. Nas análises da seção sobre a construção historiográfica da cidade, foi possível evidenciar que a grande maioria dos cargos de chefia em Carioba estava sob responsabilidade de italianos. Além disso, alguns dos proprietários das indústrias subsequentes à Carioba também eram italianos ou descendentes, como Antônio Zanaga, Pedro Nardo, Álvaro Cecchino, Roque Faraone e Carlos Mathiessen. Alguns desses indivíduos, inclusive, ocuparam cargos públicos municipais, como o caso de Carlos Mathiessen, que foi prefeito de 1929 a 1930, e Antônio Zanaga, que exerceu o cargo de prefeito entre 1931 e 1933 e, novamente, de 1936 a 1941. Por serem membros da elite local e possuidores de terras, também estavam envolvidos no processo de loteamento de Americana, com o nome de vários imigrantes figurando na lista de loteamentos do período, conforme registrado no Registro de Imóveis de Americana.

Com base nas ideias de Brefe (1993), é possível inferir que, ao buscar ordenar as transformações, os imigrantes italianos — e, em menor medida, a elite nacional dos primeiros tempos, os imigrantes norte-americanos e as ações desses grupos, como o aprimoramento de técnicas agrícolas e o desenvolvimento de indústrias — surgem nas obras como o fio condutor do progresso. Nesse contexto, essa é a única forma de justificar as modificações repentinas, como a industrialização, a chegada de uma grande quantidade de imigrantes, os loteamentos e o desenvolvimento urbano nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

³⁴ Como foi possível observar, os dados referem-se exclusivamente ao ano de 1918, não abrangendo todo o período retratado pelos autôditas, conforme seria adequado. Dada a impossibilidade de identificar dados de outros anos e momentos, utilizou-se o ano de 1918 como referência.

Os imigrantes italianos, portanto, desempenham uma função adicional nesse processo. Conforme Santos (2017), ao construir uma cidade supostamente moderna, é necessário buscar um padrão de modernidade, frequentemente inspirado nas grandes metrópoles europeias.

Além de sua presença nos discursos, os vestígios dessa modernização europeia também se manifestaram na arquitetura, por meio de casas, capelas, igrejas, ruas e prédios industriais, destacados, inclusive, em fotos nas obras de Caldeira (1930) e Bryan (1975).

Ao se referir à busca pelo padrão europeu de civilização em termos arquitetônicos, Santos (2017), baseando-se em Nestor Goulart Reis Filho, expõe a questão da seguinte maneira:

[...] ao findar do século XIX, a transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em processo de industrialização. Em certos exemplos, o fingimento atingiu um grau absurdo: pintavam-se janelas nas paredes com vista sobre o ambiente do Rio de Janeiro ou da Europa. (Santos, 2017, p. 14).

Essa busca pela criação, em termos arquitetônicos e populacionais, de uma hipotética civilização moderna, branca e europeizada, visava esconder ou destruir os vestígios de uma suposta 'barbárie' associada à população nacional pobre (SANTOS, 2017), oriunda do subjugamento e do trabalho compulsório de nativos e africanos escravizados, resultantes de um longo processo escravista brasileiro e da falta de políticas públicas de inserção dos ex-escravizados após a abolição em 1888. A partir dessa realidade histórica, é possível observar a continuidade das estruturas de exclusão social que marcaram profundamente a formação da sociedade brasileira. Essas mesmas estruturas de exclusão também se refletem na escrita da história de Americana, onde os subalternizados, sujeitos cujas ações frequentemente desafiam os modelos tradicionais de modernidade, muitas vezes foram marginalizados nas narrativas históricas dominantes. Em relação a Americana, sua presença não é rejeitada ou desqualificada, como Santos (2017) aponta em sua análise de São Paulo, mas simplesmente ignorada, que impede a compreensão de suas contribuições e da complexidade social que compôs a cidade.

Em síntese, a narrativa histórica de Americana, tal como é construída nas obras analisadas, destaca os imigrantes italianos e outros grupos estrangeiros como protagonistas do processo de modernização da cidade. No entanto, ao fazer isso, marginaliza as contribuições dos subalternizados, cujas ações desafiavam os modelos de progresso impostos. Esse apagamento, que reflete as estruturas de exclusão social

presentes desde o período colonial, limita a compreensão das complexidades sociais da cidade e da formação de sua identidade. Para uma compreensão mais completa da história de Americana, é necessária uma abordagem crítica que leve em consideração as diferentes memórias e as tensões entre os grupos sociais ao longo do tempo.

2.4 Reflexos da história Autodidata na Formação da Identidade Municipal

Conforme evidenciado nas seções anteriores, as publicações dos autodidatas foram influenciadas pelo contexto em que foram produzidas, impactando a maneira como esses escritores construíram a história de Americana. Após sua circulação, essas publicações passaram a interagir com outros discursos históricos e culturais, como a oralidade, as expressões culturais e as exposições museais, entre outros, integrando-se de forma recíproca à construção histórica da cidade.

No período de publicação das obras sobre a história de Americana, entre 1930 e 1975, os livros, juntamente com a imprensa local (jornais impressos e rádio), constituíam os principais meios formais de disseminação sobre a história da cidade. Essas publicações estavam sujeitas aos rigorosos processos editoriais e aos padrões jornalísticos estabelecidos. Com a distribuição desses livros em bibliotecas públicas, escolas, instituições municipais e entre cidadãos, eles tornaram-se referências importantes para a história local, tanto na educação formal (escolas e faculdades) quanto na não formal (autoformação, museus, atividades dirigidas, grupos formativos, etc.).

Devido à escassez de estudos históricos acadêmicos sobre a cidade durante longo período, essas publicações acabaram se tornando as principais fontes de referência para discussões sobre a história local. Elas foram amplamente utilizadas em pesquisas acadêmicas nas áreas econômica, geográfica, ambiental e educacional, entre outras, além de serem citadas em matérias jornalísticas, estudos municipais e no ensino da história de Americana nas escolas de ensino fundamental e médio.

Dessa forma, essas publicações passaram a influenciar significativamente a percepção da comunidade sobre sua própria história, contribuindo para o estabelecimento de: mitos; oficialização de datas comemorativas; criação ou ressignificação de símbolos; construção de monumentos e patrimonialização de bens materiais; roteiros turísticos e pedagógicos; e produção de novas obras financiadas pela prefeitura, nos mesmos moldes das primeiras publicações dos autodidatas, com ênfase nos mesmos temas e formas de narrar a história.

Sendo assim, cabe a este trabalho, além da identificação dos aspectos que os autodidatas absorveram na construção da história municipal em seus livros, a análise dos reflexos dessas publicações, permitindo a compreensão de como a memória coletiva foi reconfigurada e consolidada, com a construção de um imaginário compartilhado que, até os dias atuais, permeia as práticas culturais e a vivência cotidiana da comunidade.

Oficialização de datas Comemorativas

A partir da seleção de recortes e temas, as publicações acabaram por consolidar uma mitologia e colaborar para a oficialização de datas comemorativas e feriados no âmbito municipal. Destacam-se, dentre essas datas, o dia 13 de junho, como Dia do Padroeiro da cidade, Santo Antônio de Pádua, e o Dia da Princesa Tecelã, além da inclusão, no calendário oficial do município, das Festividades em homenagem ao Padroeiro Santo Antônio. Destaca-se ainda o dia 27 de agosto, data da inauguração da Estação Ferroviária de Americana, que foi reconhecida como o Dia da Fundação da Cidade; o dia 12 de novembro, instituído como comemoração da data de criação do município, com a criação da Semana Municipal de Comemoração da Emancipação Política de Americana; e, por fim, a inclusão no calendário oficial das Festividades de São João Batista, no Bairro Carioba.

Tais estabelecimentos, refletem a construção e afirmação da identidade da comunidade italiana no município, foram oficializadas ao longo dos anos por meio de diversas leis. A primeira a ser instituída foi a referente ao Dia de Santo Antônio, celebrado em 13 de junho, através da Lei nº 939, de 10 de março de 1969, que foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Abdo Najar. Em 2005, a Lei nº 4.206, de 23 de setembro de 2005, sancionada pelo prefeito Erich Hetzl Júnior, oficializou o mesmo dia 13 de junho como o "Dia da Princesa Tecelã", em alusão à característica têxtil da cidade. Já em 2011, foi instituída, por meio da Lei nº 5.245, de 23 de setembro de 2011, a inclusão das Festividades em homenagem ao Padroeiro Santo Antônio, com a responsabilidade de organização atribuída à Secretaria de Cultura e Turismo, em parceria com outros segmentos organizados. Por último, em 2018, a Lei nº 6.146, sancionada pelo prefeito Omar Najar, incluiu no calendário oficial as Festividades de São João Batista, no Bairro Carioba.

Essas datas referem-se à cultura, principalmente religiosa, da comunidade italiana no município, com destaque para Santo Antônio, a Igreja de São João Batista de Carioba

e a Princesa Tecelã. Elas engendram a ideia de uma comunidade italiana vinculada ao trabalho e ao desenvolvimento têxtil da cidade, refletindo a importância de suas contribuições para a identidade local. É relevante notar que a maioria dessas datas foi instituída em um período recente, o que evidencia a continuidade da legitimação dessas manifestações culturais e da presença duradoura desse grupo na memória e na construção da cidade.

Além das datas referentes à comunidade italiana e à indústria têxtil, outras datas de maior relevância política foram sancionadas no município. A primeira delas é o dia 27 de agosto, relativo ao ano de 1875, quando ocorreu a inauguração da Estação Ferroviária da então cidade de Santa Bárbara d'Oeste, que, segundo a opinião de alguns autodidatas, representa a fundação da cidade de Americana. Após discussões entre autodidatas e políticos locais, foi aprovada a Lei nº 1.371, de 9 de junho de 1975, que adotou providências relativas às comemorações do que designam como o primeiro centenário do município.

Outra data relevante no contexto político é a que está relacionada à Lei nº 3.579, de 18 de setembro de 2001, que regulamenta a comemoração do dia 12 de novembro, data da criação do município, e institui a Semana Municipal de Comemoração da Emancipação Política de Americana. O objetivo desta lei é contribuir para a preservação da memória histórica da cidade, por meio da realização de eventos informativos, cívicos e educativos, que resgatem a fundação, a construção e a emancipação política de Americana, além de rememorem fatos importantes da história municipal. A coordenação desses eventos fica a cargo da Secretaria de Educação e Cultura da municipalidade.

Portanto, as datas comemorativas estabelecidas a partir dos escritos dos autodidatas representam, para a localidade, um meio de validar e perpetuar narrativas históricas específicas, como aqueles referentes à cultura italiana, à fundação e à emancipação, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva, o fortalecimento de tradições culturais e a preservação da memória local. Essas datas não apenas celebram eventos passados, mas também funcionam como ferramentas de afirmação cultural, promovendo a construção de um legado simbólico que pode ser vivido e transmitido continuamente pelos cidadãos.

Símbolos Oficiais: Bandeiras, Brasões e Hino

Os autores autodidatas desempenharam papel crucial na concepção dos símbolos oficiais de Americana, como brasões, hinos e bandeiras, influenciando profundamente

sua representação simbólica. A análise desses símbolos visa identificar as contribuições das obras em relação a temas, grupos e ideais que ajudaram a formar a identidade simbólica do município, refletindo uma história específica de Americana.

Imagem 2 – Primeiro Brasão de Americana



FONTE: **RANDUÁ, Padre Victor.** Brasão de Americana. Disponível em:

<https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=simbolo>. Acesso em: 03 fev. 2025.

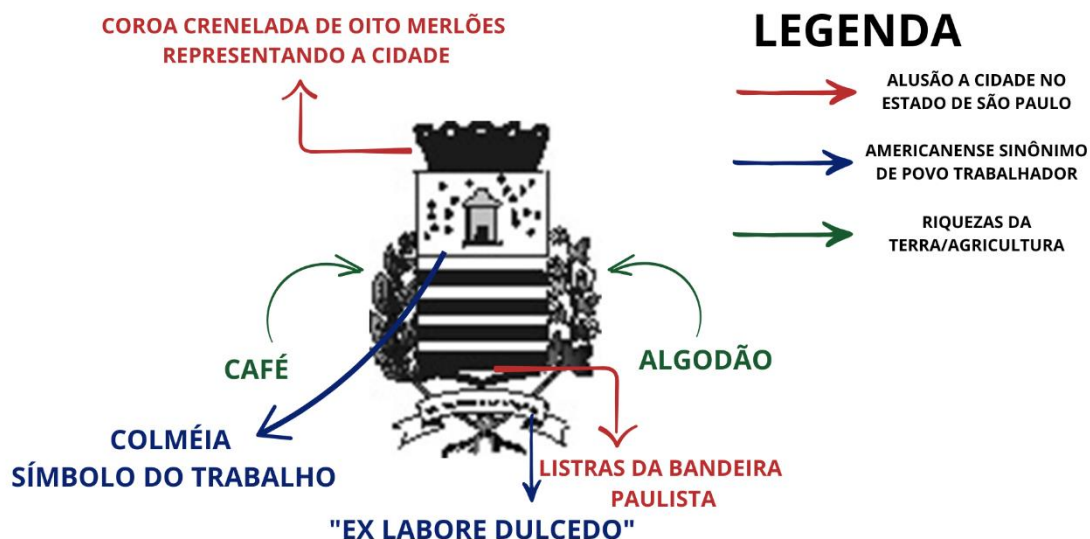
O primeiro brasão, (IMAGEM 2), foi elaborado em período anterior, a primeira publicação sobre a história de Americana, de Caldeira (1930). Foi elaborado pelo Padre Victor Randuá, pároco da antiga matriz de Santo Antonio no período de 1923 a 1927, que tinha conhecimentos de heráldica (arte ou ciência dos brasões) e de acordo com site da Prefeitura Municipal de Americana, acredita-se que tenha sido elaborado no ano posterior a Emancipação Político-Administrativa (1925), sendo utilizado até 17 de setembro de 1965. O site da prefeitura informa que de acordo com os arquivos municipais constam as seguintes informações sobre o brasão:

- o escudo samnítico (francês moderno) era o componente principal;
- colméia e enxame de abelhas, como símbolo de trabalho;
- o listel "Ex Labore Dulcedo" (pode ser entendido como "Do trabalho vem a tranquilidade"), o qual foi mantido em todos os brasões posteriores;
- uma coroa crenelada de oito merlões sobre a armária cívica paulista;
- as listras são da bandeira paulista;
- os suportes ornamentais externos indicam as riquezas da terra (ramos de cafeeiro e de algodão).

Esses componentes do primeiro brasão podem ser melhor visualizados e

identificados na ilustração detalhada apresentada (IMAGEM 3):

Imagem 3 – Componentes e Representações no Primeiro Brasão de Americana



FONTE: Elaborado pelo autor.

Tais elementos do brasão evidenciam aspectos relevantes no âmbito municipal no período em que foi idealizado (1925), destacando características agroexportadoras, como a alusão ao café e ao algodão; a atividade têxtil, representada pela presença do algodão; e o pertencimento ao Estado de São Paulo, cujos ideais e características econômicas foram herdados. Além disso, a colmeia e a interjeição em latim "*Ex Labore Dulcedo*" (literalmente, "Do trabalho vem a doçura") remetem à ideia de que o esforço, o trabalho árduo ou o empenho resultam em recompensa, satisfação ou prazer, mesmo quando o processo é desafiador. Dessa forma, essa inscrição atribui ao povo americanense a alcunha de um povo trabalhador, que faz germinar e colher da terra fértil paulista produtos agrícolas, como café e algodão, e contribui, ainda, para o desenvolvimento da indústria têxtil.

Como mencionado anteriormente, a construção histórica e identitária de Americana não foi realizada unicamente pelos autodidatas, havendo também o movimento de absorção, por parte deles, do contexto no qual escreviam. É possível identificar que Caldeira (1930) utiliza expressões em sua obra que fazem alusão ao povo americanense como trabalhador, assim como apresenta o brasão, relacionando-o às abelhas: "[...] as realizações conseguidas pelo povo laborioso desta terra [...]" (CALDEIRA, 1930, p. 3) e "[...] Villa Americana é uma colméia, onde explende o esforço

e o trabalho de alguns milhares de homens, todos norteados para um mesmo objetivo: o progresso constante da localidade em que moram." (CALDEIRA, 1930, p. 158).

Esse brasão foi utilizado entre 1925 e 1965, totalizando quarenta anos, e serviu de base para os demais, especialmente para o segundo, no qual foram alterados alguns elementos, com melhorias no design.

No próximo brasão (IMAGEM 4), mencionado pelo site da prefeitura como possivelmente elaborado pelo professor Arcinoé Antônio Peixoto de Faria, embora não conste na lei, mas provavelmente o seja pelas características apresentadas, foi adotado pela Lei nº 692, de 18 de setembro de 1965, assinada pelo prefeito municipal, Dr. João Baptista de Oliveira Romano. Com a extinção dos ramos de café e algodão, esse brasão representou, de maneira marcante, a fase industrial do município, com a inclusão de elementos alusivos à indústria têxtil (cone e lançadeira), mantendo, ainda, o símbolo relativo ao trabalho: a abelha.

Imagem 4 – Segundo Brasão de Armas de Americana



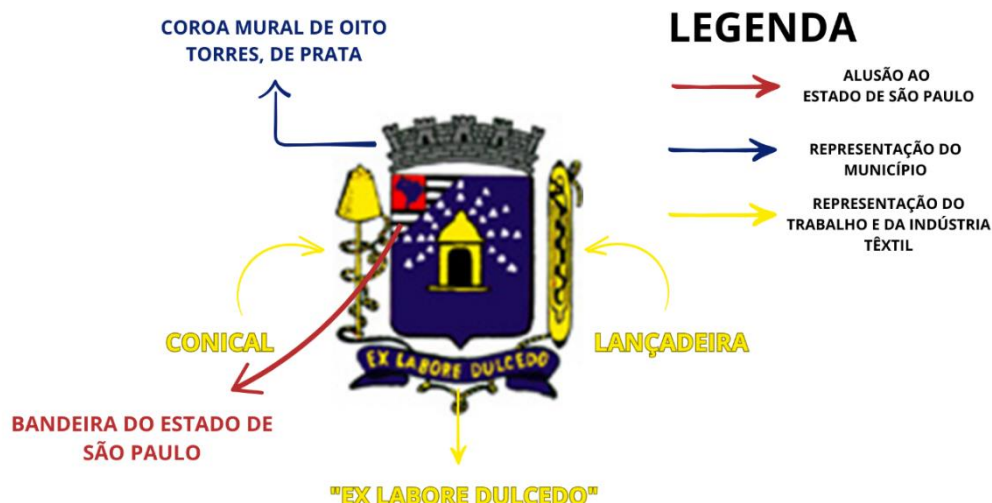
FONTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA**. Segundo brasão de Americana.
Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=simbolo>. Acesso em: 03 fev. 2025.

O site da Prefeitura Municipal de Americana descreve o Segundo Brasão de Armas do Município da seguinte maneira:

- Escudo Samnítico: Encimado pela coroa mural de oito torres, de prata.
- Campo do Escudo: Pleno de blau (azul), com uma colméia de ouro iluminada de sable (preto), em abismo; Ao redor da colmeia, um enxame de abelhas de prata.
- Flanco-cantão Dextro (lado direito): Fendido, com a representação icnográfica da bandeira paulista, na parte superior.

- Apoios do Escudo: À dextra (direita): Um cone (conical) firmado em haste; À sinistra (esquerda): Uma lançadeira; Os apoios são unidos por um fio que se entrelaça, tudo de ouro.
- Listel: Sobre os apoios, um listel de blau (azul), contendo em letras de ouro a divisa: "*EX LABORE DULCEDO*" (Do trabalho vem a doçura).

Imagem 5 – Componentes e Representações no Segundo Brasão de Americana



FONTE: Elaborado pelo autor.

A partir do terceiro brasão (IMAGEM 5), as mudanças se tornaram mais significativas, incorporando elementos selecionados pelos autodidatas como representações simbólicas do município.

Imagem 6 – Terceiro Brasão de Armas de Americana



FONTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA.** Terceiro brasão de Armas de Americana. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=simbolo>. Acesso em: 04 fev. 2025.

O Brasão de Armas de Americana foi adotado pela Lei nº 1.408, de 03 de novembro de 1975, sancionada pelo Prefeito Municipal, Engenheiro Ralph Biasi. A criação do brasão foi idealizada pelo Dr. Lauro Ribeiro Escobar, membro do Conselho

Estadual de Honrarias e Mérito.

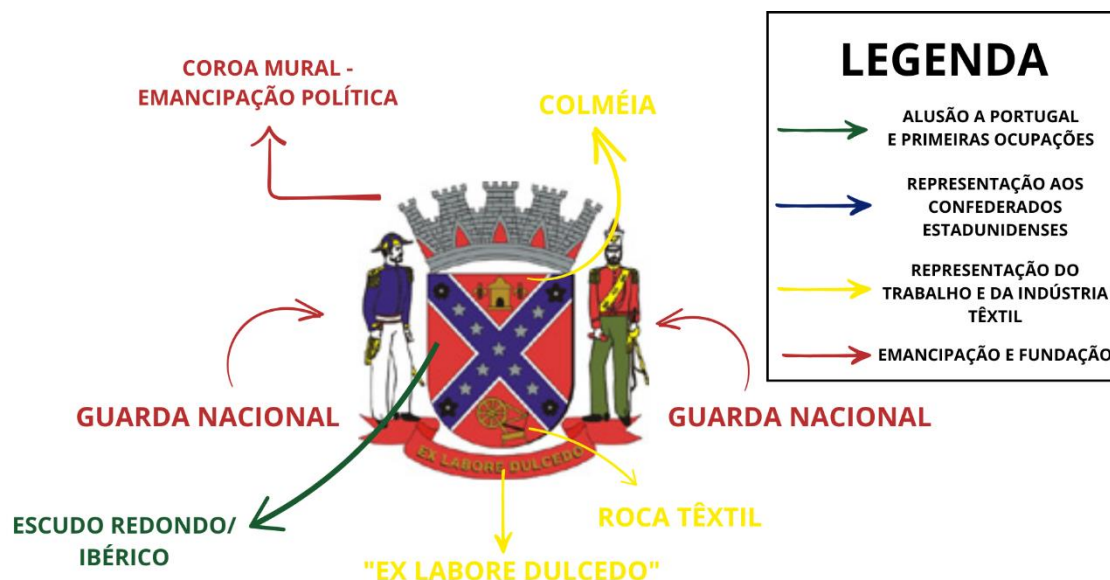
O site da Prefeitura Municipal de Americana apresenta os elementos do Terceiro Brasão de Armas do Município da seguinte maneira:

- Escudo redondo (ibérico): Representa a época do descobrimento do Brasil, evocando os primeiros colonizadores e desbravadores.
- Aspa (Cruz de Santo André): Cor azul (blau), com treze estrelas de prata. Refere-se à bandeira dos Estados Confederados na Guerra de Secessão Americana. Alusão aos colonizadores que contribuíram para o progresso do município.
- Cor vermelha (goles): Representa audácia, valor, nobreza e outros atributos dos munícipes na luta pelo progresso da cidade.
- Cruz e estrelas: A cruz simboliza a fé cristã dos munícipes. As estrelas representam luz nas trevas, simbolizando guias e a aspiração a ações sublimes.
- Cor azul (blau): Simboliza justiça, nobreza, firmeza e lealdade. O metal prata representa felicidade, pureza, temperança e amizade, indicando o clima de harmonia entre administradores e munícipes.
- Colméia e abelha: A colméia é símbolo de indústria e trabalho inteligente. A abelha representa atividade, trabalho e previdência.
- Roca: Evoca a indústria têxtil, que contribuiu para o progresso do município.
- Metal ouro: Representa prosperidade, poder, glória, força, fé e generosidade.
- Coroa mural de prata: Simboliza a emancipação política, com oito torres (cinco aparentes), indicando que é uma cidade. As portas abertas simbolizam hospitalidade e a relação com a Justiça (cidade cabeça de Comarca).
- Guarda Nacional do Império: Ao lado do escudo, recorda os próceres que receberam o Imperador Dom Pedro II em 1875, quando foi inaugurada a estação ferroviária.
- Divisa "Ex Labore Dulcedo": Refere-se ao trabalho diuturno dos munícipes para o bem da cidade.

A partir das descrições dos elementos do brasão, é possível identificar que os principais temas abordados nas publicações dos autodidatas estão refletidos em cada um desses elementos, os quais, em conjunto, constituem uma síntese por meio da representação simbólica da história municipal. Dessa forma, o símbolo incorpora referências às primeiras ocupações nas sesmarias, à contribuição dos confederados norte-

americanos para o progresso, à audácia dos munícipes na busca pelo desenvolvimento, à fé cristã, à harmonia no município, ao trabalho, à indústria têxtil, à emancipação política e à inauguração da estação ferroviária.

Imagem 7 – Componentes e Representações no Terceiro Brasão de Americana



FONTE: Elaborado pelo autor.

Essas referências foram consolidadas por meio das publicações e ganharam relevância durante o período de discussão e oficialização da data de fundação de Americana, com a participação, por convite da Câmara Municipal, de autodidatas como Abílio Serra Bryan e Judith Mac Knight Jones (1975), além da contribuição indireta de figuras como Jolumá Brito, que se envolveram nas discussões veiculadas em matérias de jornais. Além da oficialização da data, esses indivíduos desempenharam um papel significativo na incorporação de valores históricos na criação de um novo brasão para o município, na realização de festas comemorativas nas datas de fundação e emancipação, na construção de monumentos e na composição do hino ao centenário de Americana.

Nesse contexto de renovação simbólica, o brasão criado em 1975 foi utilizado como símbolo oficial do município até ser substituído, após 23 anos de uso, pelo quarto brasão (IMAGEM 8), que permanece em vigor até os dias atuais. O novo Brasão de Armas foi instituído pela Lei Municipal nº 3.152, de 17 de abril de 1998, assinada pelo Prefeito Municipal Dr. Waldemar Tebaldi.

Imagem 8 – Quarto Brasão de Armas de Americana



FONTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA**. Quarto brasão de Armas de Americana. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=simbolo>. Acesso em: 06 fev. 2025.

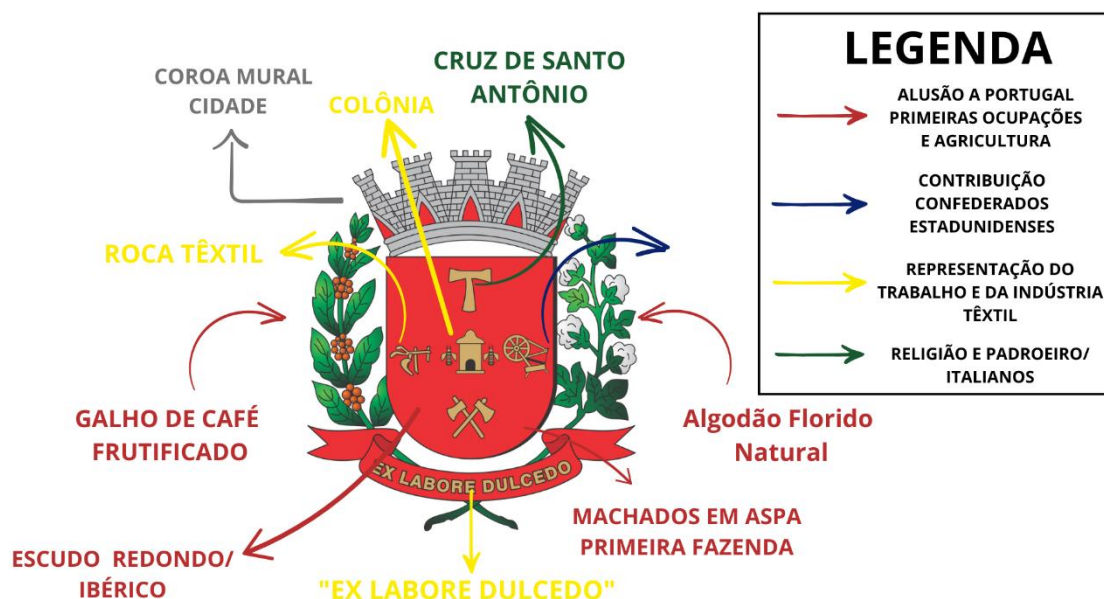
A lei Municipal nº 3.152, de 17 de abril de 1998, apresenta a seguinte descrição do Brasão:

As características do Brasão descrito podem ser apresentadas da seguinte forma:

- **Escudo:** Ibérico, com goles (vermelho).
- **Chefe:** Cruz de Santo Antônio (TAU), representando o Santo Padroeiro.
- **Centro:** Colmeia entre duas abelhas, representando o trabalho das colônias. Em ponta, dois machados em aspa, simbolizando a fazenda que originou o primeiro núcleo urbano. A sinistro (lado esquerdo), uma roca, representando a atividade têxtil. A destro (lado direito), um arado, simbolizando a colaboração dos norte-americanos.
- **Coroa Mural:** Em prata, com portas abertas em goles (vermelho).
- **Suportes:** A destro, um galho de café frutificado ao natural. A sinistro, uma haste de algodão florido ao natural.
- **Listel:** De goles (vermelho), sobre os suportes, com a divisa “EX LABORE DULCEDO” em letras de ouro.

- **Significado da divisa:** “Do trabalho vem a doçura” (segundo o Prof. Leandro Abel Vendemiatti).

Imagem 9 – Componentes e Representações no Quarto Brasão de Americana



FONTE: Elaborado pelo autor.

A substituição do Brasão foi resultado de um estudo realizado por uma comissão de americanenses nomeados pela Portaria 2.849, de 27 de agosto de 1993. De acordo com Stock (2009), a comissão foi motivada pela necessidade de incluir a contribuição de outros imigrantes que ajudaram a formar Americana, em contraste com a ênfase dada à influência dos estadunidenses. O requerimento de mudança, conforme a autora, foi feito pelo cariobense Hercule Giordano, que, em seu livro de recordações, afirmou ter solicitado a alteração do Brasão por considerar que ele não refletia adequadamente a história da cidade. Após discordâncias entre o grupo, o executivo arquivou a proposta que só foi retomada e aprovada em 1998.

As mudanças refletem uma disputa de memória entre a comunidade de descendentes de italianos e a representação mais proeminente dos estadunidenses. Stock (2009) aponta que a comissão foi questionada devido ao fato de que, dos 11 membros, 8 eram descendentes de italianos, e metade deles tinha origens em Carioba ou em famílias ligadas à extinta vila operária. Esses membros eram: Alcindo Dell’Agnese, Antonio Bertalia, Fanny Olivieri, Guiomar Maria Magri, Hercule Giordano, Itabajara Fonseca, Jaime Feola, Laudelino Basseto e Onofre Bôer. Judith McKnight Jones, escritora autodidata que escreveu sobre os norte-americanos em Americana, e Melquesedec Ferreira, ex-secretário de Cultura de Americana, eram os membros cujas origens se

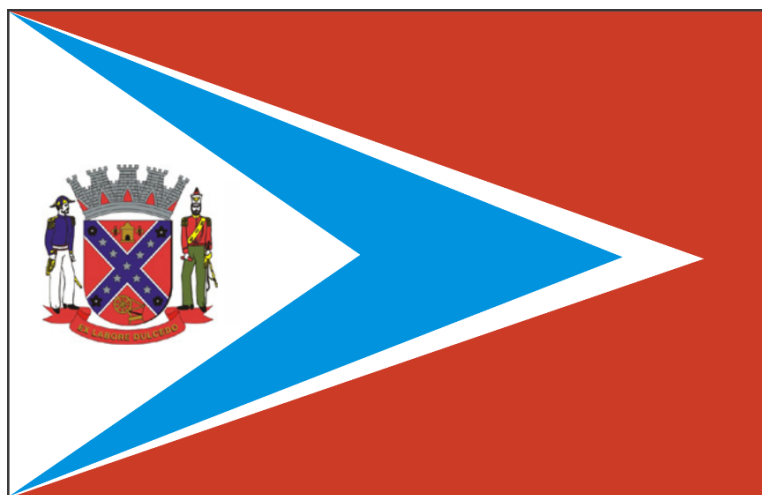
diferenciavam das dos outros integrantes. Percebe-se também que o interesse em retirar o símbolo confederado não se referia às suas conotações históricas e sociais, associadas à representação de ideais racistas e de supremacia branca no contexto da Guerra Civil Americana (1861-1865), mas ao fato de que os estadunidenses possuíam uma representação maior no brasão em relação aos outros grupos evidenciados. Além disso, havia a ideia amplamente propagada pelos autodidatas de que, ao chegarem em Americana, já havia um certo desenvolvimento, e que a contribuição dos estadunidenses foi fundamental, sobretudo por meio das técnicas agrícolas e industriais que introduziram, impulsionando o progresso da cidade.

Embora tais mudanças tenham ocorrido, com a inserção de novos símbolos, é perceptível a continuidade de representações tradicionais, com ênfase nas primeiras ocupações e na ideia de fundação, na atividade agrícola, destacando o café e o algodão, na população laboriosa, na indústria têxtil e na religião. A religião, antes representada por uma cruz sem designar uma confissão específica, agora é simbolizada pela cruz de Santo Antônio, refletindo a influência católica dos imigrantes italianos, que contribuíram para que o santo fosse nomeado padroeiro de Americana.

Esse processo de continuidade e adaptação de símbolos também se reflete na segunda e na terceira³⁵ bandeira municipal de Americana, que, ao incorporar elementos representativos da história local, sintetizam um dos principais ideais das obras dos historiadores autodidatas: a cidade em direção ao progresso. A Lei Municipal nº 1.408, de 3 de novembro de 1975, que estabelece os símbolos de Americana, descreve, no artigo 7º, que os triângulos, dispostos na sequência branco, azul, branco e vermelho, sobrepostos, formam pontas de lanças, simbolizando o impulso constante e desassombrado rumo ao futuro (Figura 10).

³⁵ A terceira bandeira do município apresenta os mesmos triângulos, dimensões e cores, alterando-se apenas o brasão (Figura 8).

Imagem 10 – Segunda Bandeira Municipal de Americana (utilizada entre 1975 e 1998)



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA. Segunda bandeira do município. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=simbolo>. Acesso em: 07 fev. 2025.

Na bandeira (Figura 10), o brasão, com elementos representativos da história da cidade, está posicionado no centro do triângulo branco, simbolizando a base do passado que possibilita o avanço para o futuro. A utilização dos triângulos, que apontam para a direita, representa um impulso desassombrado, ou seja, com bases tão consolidadas no passado — representadas pelo brasão — que se tornam ininterruptas, capazes de enfrentar quaisquer desafios rumo ao progresso, relacionando esses desafios aos períodos de crises e descontinuidades na história do município.

Na mesma época e contexto do quarto brasão e da terceira bandeira, foi discutido pela mesma comissão e aprovado pelo Decreto nº 3.845, de 12 de dezembro de 1994, o Hino Municipal de Americana (IMAGEM11) com letra de Ivanfly Bueno Quirino e arranjo de Antônio Carlos Neves.

No hino, é possível identificar os marcos e temas destacados pelos autodidatas, como as primeiras ocupações, com a designação das fazendas (Machadinho, Palmeiras e Salto Grande), a inauguração da Estação Ferroviária como marco fundador do município, a fundação, sob responsabilidade de Inácio Corrêa Pacheco, a presença dos confederados e suas contribuições agrícolas, a indústria têxtil de Carioba, além do progresso e da vocação têxtil.

Esses elementos representam um resumo da história construída por esses autores, funcionando como um componente institucionalizado de fortalecimento e propagação de uma identidade específica e selecionada, que não buscou evidenciar os diferentes grupos sociais que participaram ativamente da história da cidade, mas sim aqueles relacionados às relações de poder no âmbito municipal, atuando como agente de perpetuação de uma

narrativa dominante. Dessa forma, o processo de construção e divulgação dessa história reforça a manutenção de uma ordem social desigual, sustentando as estruturas de poder e hierarquia que favorecem determinados grupos em detrimento de outros, obscurecendo a complexidade e a pluralidade da experiência histórica da cidade.

Imagem 11 – Hino Municipal de Americana



HINO DE AMERICANA

Nascida, às margens do Rio Quilombo,
Junto à estrada de ferro,
Por entre as terras de Machadinho,
Os homens bravos prosperam !
O imperador proclamou,
Uma estação coroou
À luz que Ignácio Corrêa Pacheco,
Um povoado formou,
Já habitavam,
Por estas paragens,
Muitos dos confederados
Que nos trouxeram
O trole, a melancia,
O algodão e o arado.
E o progresso chegou,
Qual despertar do amanhã,
E os teares tecidos teciam
A "Princesa Tecelã..."

REFRÃO

Vida, lida...
Ah, Como a vila cresceu !
Vida, lida...
Uma cidade apareceu !
Vida, lida...
O parque têxtil surgiu !
Brilha, Americana,
A cidade que veste o Brasil !

REFRÃO

Filhos de Carioba,
Salto Grande, Machadinho,
Filhos da Palmeiras...
Paulistas são os seus filhos,
Filhos brasileiros !
Santo Antônio abençoou,
A liberdade surgiu,
Brilha o povo de Americana
A Cidade que veste o Brasil !

FIM

Americana,
Cidade Trabalho,
Orgulho desta nação !
Americana,
Que traz no passado
Sua história de grandezas.
Mãe, que eu chamo de chão,
Terra de minha raiz.
Americana é justiça e verdade...
Princesa do meu País !!!

LETRA - MÚSICA: Ivanfly Bueno Quirino
ARRANJO: Antônio Carlos Neves

AMERICANGRAF
Fone/Fax: 50-6979

FONTE: Folheto Hino Municipal distribuído pela Prefeitura, 1996. Acervo do autor.

Monumentos e Patrimonialização

A consolidação da história, por meio dos escritos autodidatas, também refletiu na construção de monumentos em homenagem e enaltecimento a eventos e ações individuais relacionados a marcos históricos selecionados. Esses monumentos, além de serem erigidos, passaram pelo processo de tombamento a partir de 2017, sendo decretado em 2019, com a Inscrição nº 08 no Livro Tombo, que incluiu, de forma conjunta, os seguintes monumentos:

QUADRO 3 – Monumentos Tombados com Inscrição nº 08 no Livro Tombo (Decreto nº 12.181/2019)

Monumentos	Alusão Histórica
I-Monumento "Princesa Tecelã", na Avenida Antonio Pinto Duarte	Vocação Têxtil da cidade.
II-Túmulo do senhor Basílio Bueno Rangel, no Cemitério da Saudade	Filho e um dos herdeiros do primeiro proprietário da Fazenda Machadinho, responsável pelos loteamentos na região central.
III-Túmulo do Capitão Ignácio Correa Pacheco, no Cemitério da Saudade	Comprador e responsável pelo loteamento das terras da antiga Fazenda Machadinho, na região central, sendo também responsável pela fundação do município.
IV- Monumento "Soldado Constitucionalista", na Praça Comendador Muller	Referente aos três jovens vila-americanenses mortos em combate na Revolução Constitucionalista de 1932: Jorge Jones, Fernando Camargo e Aristeu Valente.
V-Monumento "Imigração Norte Americana", na Praça dos Americanos	Referente à contribuição dos norte-americanos, expressa em um obelisco que contém os nomes das famílias estadunidenses que se estabeleceram na região e nela contribuíram.
VI-Monumento "Centenário da Cidade", na Praça XV de Novembro	Monumento construído no contexto das comemorações do 1º Centenário em 1975,

	inaugurado em 12 de novembro do mesmo ano.
VII– Monumento "Marco Zero", na Praça Basílio Rangel	Monumento que marca o centro e a origem da cidade, localizado na praça nomeada em homenagem a um dos responsáveis pelo loteamento da região central.
VIII–Monumento "Comendador Muller", na Praça Comendador Muller	Monumento em homenagem ao Comendador Muller, proprietário da Fábrica de Tecidos Carioba, com busto produzido por Ernest Muller, irmão de Hermann. O monumento foi concebido como uma homenagem dos cariobenses ao comendador e inicialmente instalado em Carioba. Com o declínio da região, foi transferido para a praça central da cidade, mantendo a mesma denominação.
IX–Monumento "Dr. Antônio Álvares Lobo", na Praça Dr. Antônio Lobo.	Monumento em homenagem ao político campineiro que contribuiu significativamente para a resolução dos problemas relacionados aos impostos com Santa Bárbara d'Oeste, além de sua liderança na busca pela emancipação político-administrativa da cidade.
X–Monumento "Praça da Bíblia"	Ligação com a identidade cristã, tanto católica quanto evangélica, no município.
XI–Monumento "Mausoléu da Família Muller Carioba", no Cemitério da Saudade.	Mausoléu da família Muller Carioba, que inclui, além das lápides funerárias e adereços, uma escultura do artista alemão Ernest Muller, irmão do Comendador Muller.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados extraídos do site da Prefeitura Municipal de Americana, em 08/02/2025. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=conselhos-condepham-tombado>. Acesso em: 08 fev. 2025.

Todos os monumentos listados, fazem referências aos marcos estabelecidos pelos

autodidatas e funcionam como mais um meio de construção identitária do município.

Em relação à patrimonialização, além dos monumentos, também ocorreram processos de tombamento de bens materiais ligados à narrativa histórica construída. Dos 15 registros, 12 referem-se diretamente a acontecimentos e grupos destacados nas obras sobre a história da cidade.

QUADRO 4 – Patrimônios Tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Americana

Decreto	Bens e Imóveis Tombados	Alusão Histórica
Decreto nº 7056/2006	Tombamento do Museu Histórico e Pedagógico Dr. João da Silva Carrão.	Aos bens que compõem o acervo e ao prédio do Casarão do Salto Grande, que remonta às primeiras ocupações do território.
Decreto nº 7862/2008	Tombamento da Capela Nossa Senhora Aparecida	Relativo à religiosidade cristã exaltada e às famílias "tradicionais" da cidade.
Decreto nº 9833/2012	Tombamento Praça Pública contígua à Capela de Nossa Senhora Aparecida, sito a Rua 30 de julho nº 895 - Vila Jones	Relacionado à religiosidade cristã enaltecida e à presença de famílias "tradicionais" da cidade.
Decreto nº 10794/2014	Tombamento Capela Nossa Senhora do Carmo – Jardim Boer	Relacionado à religiosidade cristã enaltecida e à presença de famílias "tradicionais" da cidade.
Decreto nº 10893/2014	Tombamento da Casa de Colônia da Fazenda Salto Grande, Primeira Capela de Santo Antônio e imagem de Santo Antônio	Concernente aos locais que integravam a Fazenda Salto Grande.
Decreto nº	Tombamento do Prédio da Igreja	Relativo à religiosidade

11787/2017	Matriz Velha de Santo Antônio	cristã enaltecida e à colônia italiana na cidade.
Decreto nº 12181/2019	Tombamento do Conjunto de Monumentos Históricos	Relacionado aos monumentos vinculados a eventos históricos.
Decreto nº 12134/2018	Tomba o prédio da antiga Estação Ferroviária de Americana e o complexo ferroviário que a integra, em seu entorno	Referente ao marco fundacional da história da cidade.
Decreto nº 12133/2018	Tomba o conjunto de prédios que compõem a denominada "Colônia Sobrado Velho" e seu entorno	Relativo à colônia de trabalhadores nas fazendas agrícolas.
Decreto nº 12553/2020	Tombamento da Casa de Cultura Hermann Müller, em seu entorno	Relacionado à família Muller e à fábrica de tecidos Carioba.
Decreto nº 12595/2020	Tomba o prédio da Igreja Matriz Nova de Santo Antônio	Referente à religiosidade cristã exaltada e à presença da colônia italiana na cidade.
Decreto nº 12853/2021	Tombamento dos Prédios Históricos da Antiga Vila dos Ferroviários – Rua Dom Pedro II	Relacionado à atividade ferroviária, que foi fundamental para a fundação do município.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados extraídos do site da Prefeitura Municipal de Americana, em 08/02/2025. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=conselhos-condepham-tombado>. Acesso em: 08 fev. 2025.

Os tombamentos, cujo objetivo é proteger e preservar bens históricos, funcionam, nesse contexto, como um meio de reafirmação da memória consolidada por um grupo específico, composto por autodidatas, grupos econômicos e políticos, propagando para a coletividade da cidade uma origem e tradição construídas, com a finalidade de preservá-las.

Além dos tombamentos dos monumentos e de outros bens materiais que refletem os marcos da memória municipal, iniciou-se a construção de um portal na entrada da

cidade, localizada no trevo de acesso à Rodovia Anhanguera, durante a gestão do Prefeito Eric Hetzl Júnior (2005-2008). O projeto do portal foi desenvolvido pelo artista plástico [nome do artista], e seus elementos constituintes visam representar a história e a identidade de Americana.

O portal é composto por dois pórticos com murais laterais: à esquerda, são retratados os imigrantes, com elementos simbólicos como os mapas da Itália e dos Estados Unidos, além de itens representativos como o "trolle" (carroça) e a melancia, que evocam a cultura e o trabalho dos imigrantes na região. À direita, os "fundadores" da cidade são homenageados, com destaque para a estação ferroviária e outros símbolos do município. Estes murais servem como a base de sustentação para o arco central, que é projetado como um tecido fluindo dos corpos de um homem e uma mulher³⁶, simbolizando os cidadãos de Americana que, de braços abertos, recebem os imigrantes.

No centro do portal, em um canteiro, encontra-se uma escultura que representa a princesa tecelã, com os braços abertos, ao lado de um tecelão, que se encontra posicionado junto a um tear, fazendo referência à indústria têxtil da cidade³⁷.

Roteiros Turísticos e Pedagógicos “Projeto raízes”

Durante a década de 1990, alguns grupos e projetos com intencionalidades referentes a preservação histórica surgiram no município, destacando-se as já citadas comissões para reelaboração do Brasão de Americana e composição do Hino Municipal de Americana, além da criação pelo Departamento de Cultura Esporte e Turismo de Americana (Decet) de um núcleo de pesquisas históricas, “[...] de onde saíram trabalhos voltados para estudantes, como o “Turismo Criança” e novos projetos, como “Marcos Históricos” e a “Série Preservando Nossa História”. (STOCK, 2009, p.174-175).

Segundo Stock (2009), em novembro de 1993, a Prefeitura também promoveu o seminário "Resgate da memória e identidade cultural", com o tema "Imigração e memória

³⁶ Após polêmica na municipalidade em torno das esculturas de homem e mulher, que desagradaram esteticamente à população, as esculturas foram demolidas na gestão subsequente, em 2010, mantendo-se apenas o arco e os pórticos. Além das questões estéticas, a população também se revoltou com o desperdício de recursos utilizados na construção, que foram transformados em entulho, conforme relatado na matéria "Depois de polêmica, estátuas de portal de Americana, em SP, são demolidas" (2010), publicada no *O Globo*. Também houve críticas em relação ao dinheiro gasto com a demolição, que, de acordo com a matéria no *G1 Globo* (2010), custou aos cofres públicos R\$ 7.000,00.

³⁷ A matéria do jornal *O Liberal* de Rodrigo Alonso, intitulada "Letreiro, iluminação colorida e trânsito remodelado: a nova entrada de Americana", indica que, após a remodelação viária ocorrida na entrada da cidade, iniciada em 2022 e concluída em 31 de agosto de 2023, os elementos centrais que ficavam abaixo do portal foram removidos para dar lugar ao novo trajeto da avenida. Segundo o secretário de Obras, esses elementos seriam submetidos a restauro e retornados ao local, o que, até o presente momento, não ocorreu.

histórica", que possibilitou intercâmbios entre as cidades de Sumaré, Nova Odessa, Piracicaba, Limeira e Campinas. O evento contou com a participação de professores e pesquisadores de renomadas instituições acadêmicas, como a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

Em 1996, iniciou-se um dos projetos mais duradouros e influentes no âmbito da educação histórica municipal: o "Projeto Raízes", criado pelo então Secretário de Cultura e Turismo Melquisedec Ferreira. Seu objetivo era promover a aprendizagem sobre a história da cidade por meio de roteiros históricos, abrangendo marcos selecionados pelo próprio projeto.

Embora o projeto tivesse como propósito a aprendizagem sobre a história do município, ele acabou por reproduzir os marcos escolhidos pelos autodidatas, perpetuando a narrativa construída por meio de um roteiro de visitas a cada um desses locais. De acordo com Prates (2018), no decorrer dos anos o projeto foi sendo reformulado na maneira de apresentar a história e nos materiais utilizados, porém sempre mantendo o foco da proposta inicial, promover a aproximação entre as pessoas e a história municipal através de seus grandes marcos.

Além de atender a estudantes de escolas municipais, estaduais e particulares, o projeto também contemplava grupos de visitantes, especialmente turistas norteamericanos, que procuravam conhecer o município em razão do estabelecimento de confederados na região após a Guerra de Secessão.

Prates (2018) indica que, após a reformulação do projeto em 2011, o mesmo passou a integrar o currículo municipal de educação, com o objetivo de criar possibilidades para que os estudantes compreendessem sua identidade em relação ao local em que vivem. Isso se dava por meio de um "eixo social", no qual os professores deveriam trabalhar, em sala de aula, a construção das identidades sociais, o cotidiano local no presente e no passado, as relações e organizações sociais, entre outros conteúdos, abrangendo o 4º ano do ensino fundamental. A atividade realizava-se em três etapas, primeiro com um caderno disponibilizado para o professor, em seguida o estudo do meios locais por meio do seguinte roteiro³⁸:

Etapas da Visita do Roteiro do Projeto Raízes

³⁸ Roteiro elaborado pelo autor a partir das referências apresentadas textualmente pelo trabalho de Prates (2018) sobre o Projeto Raízes.

1. Saída da Escola

- Os alunos são apresentados aos monitores.
- São feitos combinados sobre comportamento durante as explicações (exemplo: pedidos de silêncio) e orientações sobre o que pode ou não ser feito nos locais visitados.

2. Primeiro Ponto: Casas da Conserva

- Local onde moravam os responsáveis pela conservação da linha férrea e da Estação Ferroviária Municipal.
- As observações são feitas de dentro do ônibus, pois as casas possuem residentes.
- Explicações sobre a escolha do local, o nome da rua (“Conserva”) e comparações arquitetônicas entre as casas antigas e as atuais.

3. Durante o Trajeto ao Segundo Local

- Os alunos observam o Mercado Municipal, com explicações sobre sua criação e função.
- Apresentação de aspectos geográficos da cidade: ribeirão Quilombo, erosão, a antiga feira de tecidos (FIDAM), rodoviária e estação de tratamento de água.
- Visita ao cemitério onde estão enterrados importantes personagens da história da cidade, como o Comendador Franz Muller e sua esposa.

4. Segundo Ponto: Portal do Município

- Parada para observar o portal, repleto de simbologias e desenhos que explicam a história local.
- Os alunos demonstram curiosidade e fazem perguntas sobre os símbolos observados.

5. História da Rodovia Anhanguera

- Explicação sobre a origem do nome "Anhanguera" e o modo de construção da rodovia.
- Apresentação dos locais que podem ser acessados por meio da rodovia.

6. Observação do Bairro Industrial

- Explicações sobre o bairro industrial do município.
- Visita ao local da primeira igreja católica construída na região (não visitada devido à propriedade privada).

7. Terceiro Ponto: Encontro dos Rios Jaguari e Atibaia

- Explicação sobre a origem do rio Piracicaba e a importância do encontro dos rios para a área rural do município.
- Visita à barragem de "Salto Grande" e explicação sobre sua origem e desativação.

8. Museu Histórico e Pedagógico Conselheiro Carrão (Casarão de Salto Grande)

- Apresentação da história do município, com foco nas sesmarias e no processo de construção do casarão.
- Explicação sobre os ciclos produtivos do município (cana, café, algodão, policultura) e sobre a escravidão e os escravizados que contribuíram para a história local.

9. Divisa Natural entre Americana e Limeira

- Observação da divisa entre os municípios, marcada pelo rio Piracicaba.

10. Quinto Ponto: Antiga Vila Carioba

- Observação de pontos históricos da antiga Vila Carioba, incluindo a antiga escola, a sociedade do mútuo socorro e algumas casas, tudo visto do ônibus.
- Parada na “Casa de Cultura Hermann Muller”, onde os alunos aprendem sobre a importância da antiga fábrica de tecidos e a história da vila operária.
- Explicações sobre a organização social da vila, a estrutura da casa (pertencente a uma família alemã) e as diferenças no modo de vida da época.

11. Antiga Fábrica de Tecidos

- Dentro do ônibus, os alunos visualizam a antiga fábrica de tecidos, onde é possível identificar diferentes períodos e proprietários através da arquitetura das construções.

12. Sexto Ponto: Biblioteca Municipal

- O prédio da biblioteca foi o primeiro grupo escolar da antiga Vila Americana.
- Os alunos conhecem a biblioteca e os serviços oferecidos.
- Estudo sobre a imigração americana, os ciclos de produção, as inovações trazidas pelos imigrantes e sua participação no desenvolvimento local, incluindo a origem do nome do município.

- Visita breve à praça em frente, com o busto em homenagem ao Comendador Franz Muller, importante figura no desenvolvimento da cidade.
- Realização do lanche no local.

13. Estação Ferroviária

- A estação ferroviária, atualmente utilizada para abrigar trens de carga, é visitada.
- Explicação sobre a história de Vila Americana até sua transformação em município independente.
- Apresentação dos bustos de personagens ligados à independência, localizados em frente à estação, e que dão nome a uma avenida.
- Discussão sobre as transformações do local ao longo do tempo e a importância da estação ferroviária em diferentes períodos.
- Visita a uma exposição com fotos históricas do município, com destaque para mudanças nas vestimentas, arquitetura e outros aspectos.

14. Último Ponto: Centro de Cultura e Lazer de Americana (CCL)

- Os alunos aprendem sobre o antigo Parque Ideal, que teve grande importância na cidade e abriga diversas histórias e lendas locais.
- O parque foi extinto e, em seu lugar, foi construída uma das principais avenidas da cidade, a qual abriga o CCL.
- Após a explicação, os monitores organizam uma gincana com perguntas e respostas sobre a história local e os pontos visitados. Os alunos participam em equipes, respondendo às questões.

As atividades eram finalizadas na escola por meio de propostas que davam continuidade ao trabalho realizado em sala de aula, como caça-palavras, redações, desenhos, entre outras. Essas atividades tinham como objetivo reforçar os conhecimentos adquiridos durante a visita, além de aprofundar, em sala de aula, os aspectos históricos explorados no roteiro.

Em relação aos materiais utilizados, Prates (2018) destaca que estes retratavam os primeiros aspectos da história municipal, sendo compostos por textos extensos divididos pelos principais locais e marcos históricos. O conteúdo iniciava-se com o Casarão do Salto Grande e as sesmarias, avançando para a chegada dos imigrantes americanos e alemães, com ênfase nos ciclos produtivos. Os textos detalhavam os períodos em que esses ciclos foram cultivados, os locais de cultivo e os responsáveis por essas atividades.

Além disso, o material caracterizava-se pelo uso de imagens, que tinham a função de ilustrar os textos e não de funcionar como documentos históricos. Complementando as informações escritas, eram apresentados relatos orais de antigos moradores, trabalhadores das fábricas de tecido e outras figuras históricas selecionadas como representantes importantes na construção do município.

A partir desses dados, é possível evidenciar que o “Projeto Raizes” utilizava os marcos tradicionais propagados pela escrita autodidata, com a adição de alguns elementos e informações relativas a espaços culturais e de lazer, aspectos geográficos, infraestrutura, entre outros. Dessa forma, construía-se uma narrativa reforçada em sala de aula por textos extensos que retratavam essa história construída, replicando a sequência das primeiras ocupações, a chegada dos imigrantes e os ciclos produtivos. Tais narrativas eram tão internalizadas pelos estudantes que, ao buscar-se, no cotidiano docente, perceber as representações sociais que os alunos possuíam sobre a cidade no 6º ano do Ensino Fundamental II, e outros anos, eles prontamente apresentavam essa sequência e os lugares visitados.

De acordo com o currículo municipal, por meio dessas aprendizagens, busca-se a compreensão, por parte do estudante, de sua identidade como agente na cidade. No entanto, o problema dessa abordagem de ensino reside no fato de que a busca por essa identidade como ator social se dá por meio da história das elites, das instituições e da política. Essa história, contudo, na maioria das vezes, não se relaciona com a vivência dos alunos na cidade, pois trata-se, na realidade, da história de Americana escolhida por determinados grupos e seus interesses, e não da história vivida pelos próprios estudantes e suas famílias no município, sendo necessária uma revisão no modo de ensinar a história da cidade aos estudantes.

Novas Publicações, mesmas histórias

No final da década de 1990³⁹, foi publicado um novo livro sobre a história de Americana, intitulado *Preservando Nossa História* (1999), com pesquisa e organização de textos realizadas pelos autores Célia Gobbo, Fanny Oliveira, Maria José Ferreira Araújo Ribeiro e Melquesedec Ferreira. Na introdução, ao discorrer sobre o sentimento em relação à obra, Gobbo (1999) indica que o trabalho representa uma inovação para as

³⁹ Embora ainda pertença ao século XX, a obra não abrange o recorte desta pesquisa (1930-1975), um período com contextos específicos que influenciaram a escrita das obras. Por isso, não foi realizada uma análise aprofundada, como ocorreu com as obras anteriores. Da mesma forma, em *Descobrimos Americana: Um Grande Salto* (2008), também não houve um aprofundamento, uma vez que abrange outro contexto, o qual será evidenciado ao final deste capítulo.

escolas no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, levando para a sala de aula o que, segundo ela, representa a realidade americanense, retratada por meio de textos e fotos. Para Ribeiro (1999), a obra resgata o que foi esquecido, transmitindo-o para as gerações posteriores. Por sua vez, Melquesedec Ferreira vê no resgate das memórias o despertar do passado no presente e a celebração de crenças e tradições que impulsionam o desenvolvimento cultural.

Na apresentação, Jessyr Bianco aponta que as pesquisas complementam os escritos de Abílio Serra Bryan, João Netto Caldeira e outros que se aventuraram a escrever sobre o que ele denomina como a “saga dos que fundaram e construíram Americana”, acrescentando, na pesquisa atual, entrevistas com diversos munícipes, os quais ele considera fontes insuspeitas. Para Bianco, a história de uma cidade é a rememoração de atos e acontecimentos, servindo para orientar as novas gerações e conectar o passado e o presente por meio de uma conexão afetiva.

Com esses referenciais norteadores para a pesquisa histórica da cidade, os autores seguem a seguinte sequência: *Americana entre Rios; Origens; Imigrações; Carioba; Relações de Trabalho; Criação do Distrito de Villa Americana; Reminiscências de Villa Americana; Manifestações Religiosas; Estações; Mercado Municipal; Educação, Cultura e Saúde; Cidadania; Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba: Principais Rios*. Pela sequência de capítulos, percebe-se que o trabalho não vai além das publicações dos autôditas.

Embora Gobbo, Oliveira, Ribeiro e Ferreira (1999) iniciem o capítulo *Relações de Trabalho*, evidenciando a presença do trabalho escravo no início da Fábrica de Tecidos Carioba, em 1887, e incluam a recuperação de um processo de alforria referente a escravizados que seriam locados pela família Rangel a Clement Wilmot, com alforria concedida após o período de trabalho, o estudo não aprofunda a questão nem a analisa criticamente. Destaca-se mais o enaltecimento de Antônio Lobo por incentivar o processo de alforria do que uma análise das relações de trabalho, funcionando como um pequeno apêndice, logo retomado com questões relativas aos grupos enaltificados.

A outra obra publicada é *Descobrimos Americana: Um Grande Salto* (2008), organizada por Maria José Lousada Vilhafanha Ribeiro, Fanny Olivieri, Guiomar Magri e Melquesedec Ferreira. Financiado pela prefeitura, o livro inicia com uma mensagem do prefeito da época, Erich Hetzl Júnior, na qual ele destaca que os livros têm o objetivo de difundir a história de Americana e enriquecer o conhecimento de estudantes, professores e pesquisadores. A obra também busca transmitir os valores culturais, sociais e religiosos

que moldam o perfil do povo e da comunidade ao longo do tempo. Erich Hetzl Júnior conclui ressaltando que a obra retrata uma época rica em fatos preservados, os quais devem perpetuar na memória das gerações.

A obra segue o mesmo perfil das anteriores, abordando os mesmos eixos temáticos, com a principal diferença de incluir questões relativas à globalização e de relacioná-las com a cidade de Americana. Além disso, dedica a parte inicial à temática dos povos nativos. No entanto, a obra utiliza fontes secundárias, o que dificulta a determinação de se a região mencionada corresponde realmente à área onde, posteriormente, se instalou a Fazenda Salto Grande, e se ali viviam os Painguaás. Guedes, Trevisan, Bocardi e Feltrin (2023) destacam que a obra parece adotar um tom mais crítico ao afirmar que os portugueses expropriaram riquezas e lutaram contra os nativos. Contudo, esses pesquisadores observam que a obra negligencia a presença dos nativos nas etapas posteriores.

Ambas as obras constituem uma atualização dos escritos dos autodidatas sobre o período de 1930 a 1975 e seguem o mesmo perfil, apresentando uma narrativa histórica e, em seguida, abordando as instituições e aspectos do presente como resultado do progresso oriundo do passado. Utilizando ambos os escritos como fonte, elas destacam aspectos geográficos e referenciam os mesmos marcos históricos. No entanto, sem uma análise crítica da história da cidade, essas obras continuam a propagar uma visão unificada, sem evidenciar a presença de outros grupos, como os indígenas, os escravizados e outros subalternizados.

Resumo Histórico no site da prefeitura e internet

Institucionalmente, a Prefeitura Municipal de Americana, além das publicações que idealizou ou patrocinou ao longo do tempo, apresenta a história do município na seção "Resumo Histórico" do site oficial. Esse resumo é dividido em cinco partes, organizadas em abas distintas que direcionam a textos sobre os seguintes temas: Introdução, Carioba, Imigração Americana, Imigração Italiana e Cemitério do Campo, conforme pode ser visto na (IMAGEM 12).

Imagem 12 – Seção Resumo Histórico no site da Prefeitura Municipal de Americana



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA. *Resumo Histórico*. Site da Prefeitura Municipal de Americana. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=historia>. Acesso em: 09 fev. 2025.

O resumo histórico, na introdução, inicia-se com as primeiras ocupações, que, segundo o site, remontam ao final do século XVIII. São mencionados os nomes de Antônio Machado de Campos, Antônio de Sampaio Ferraz, Francisco de São Paulo e André de Campos Furquim, que se estabeleceram nas terras de Salto Grande, localizadas ao longo das margens dos rios Atibaia e Jaguari, afluentes do Rio Piracicaba. Esses pioneiros dedicavam-se ao cultivo de cana-de-açúcar e à produção de aguardente. A seguir, o texto aborda as plantações de melancia, a construção da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e os loteamentos ao redor da estação, idealizados por Inácio Correa Pacheco. Também é destacada a chegada de imigrantes norte-americanos, italianos e alemães, além do crescimento de Carioba e do fezonismo, que impulsionaram o desenvolvimento de diversas indústrias têxteis, tornando Americana a "capital do Rayon" e um dos principais polos têxteis do país.

Além dessa introdução, que apresenta um panorama da história da cidade, as abas subsequentes trazem detalhes adicionais sobre Carioba, a imigração americana, a imigração italiana e o Cemitério do Campo, evidenciando que os escritos dos autodidatas se consolidaram como base para a história institucional propagada.

A forma como a memória de Americana foi consolidada, além dos meios já analisados, também se propaga com grande intensidade na internet. Sites de busca, enciclopédias digitais e plataformas de inteligência artificial, amplamente utilizadas atualmente por permitirem pesquisas rápidas e de alcance global, apresentam, como resultados das buscas relacionadas à "história de Americana", essas narrativas.

Para aprofundar essa questão e verificar quais informações são apresentadas,

realizou-se uma pesquisa na Wikipédia sobre o termo "História de Americana" e em três diferentes inteligências artificiais: GPT-4.0, Gemini 2.0 e Llama 3.3, utilizando o seguinte comando: "História da Cidade de Americana – SP".

Na Wikipédia, a história de Americana é apresentada de forma sequencial, sendo dividida em duas etapas: os séculos XVIII e XIX e o século XX. Nos séculos XVIII e XIX, os principais temas abordados são: as primeiras ocupações, a Fazenda Salto Grande, a imigração dos confederados, a fundação da Estação de Santa Bárbara, a imigração italiana e a origem do nome da cidade. Já no século XX, os tópicos tratados são: a disputa pelo território, a visita de Elihu Root⁴⁰, o desenvolvimento de Carioba, a emancipação de Villa Americana, a Revolução Constitucionalista de 1932, a mudança do nome para Americana e o crescimento e crise da indústria têxtil.

No ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI, foi possível evidenciar os seguintes temas: a fundação e as origens da cidade, com destaque para a Estrada de Ferro São Paulo Railway; o nome da cidade, que foi dado em homenagem aos norte-americanos; o crescimento nos séculos XIX e XX, caracterizado por uma expansão acelerada impulsionada pela agricultura e pela chegada de imigrantes (italianos, espanhóis e alemães); e o processo de industrialização. Esses aspectos históricos foram também abordados por outras inteligências artificiais, com algumas variações no foco das narrativas.

"Na consulta à inteligência artificial Gemini, da Google, a história de Americana foi dividida em duas etapas principais: século XIX e século XX. No século XIX, destacou-se a chegada dos imigrantes americanos, o estabelecimento no Salto Grande e a construção da estação ferroviária. Já no século XX, o foco recaiu sobre o desenvolvimento industrial, com a instalação de grandes indústrias têxteis que atraíram trabalhadores de várias partes do Brasil, consolidando a tradição têxtil da cidade. Essa ênfase no desenvolvimento industrial e migratório também foi observada sob outra perspectiva, com complementações adicionais.

E na IA Llama, da empresa Meta, foram abordados temas semelhantes, como a chegada dos imigrantes americanos em 1866 e o crescimento da colônia no fim do século XIX e início do século XX, com destaque para a criação do Distrito de Paz. O

⁴⁰ Em 1906, o secretário de governo dos Estados Unidos, Elihu Root, visitou a região após a Conferência Panamericana, realizada no Rio de Janeiro. Root foi convidado a conhecer a fazenda de café em Araras e, durante sua viagem, fez uma parada em Villa Americana, onde foi recebido por norte-americanos e descendentes.

desenvolvimento ao longo do século XX foi igualmente destacado, com uma ênfase no fortalecimento da indústria, do comércio e da agricultura, refletindo um panorama integrado ao processo de urbanização e industrialização da cidade.

Tanto na Wikipédia quanto nas inteligências artificiais, é possível perceber que ambos compartilham os mesmos referenciais estabelecidos pela escrita autodidata. Isso sugere que tais referenciais estão consolidados nos bancos de dados da internet, uma vez que a Wikipédia, elaborada de forma colaborativa, contém textos sobre a história de Americana, baseados não apenas nos livros de autodidatas, mas também em referências da internet. E as inteligências artificiais, conforme aponta Tagiaroli (2023), são treinadas com palavras extraídas da internet, incluindo livros, artigos, sites e postagens.

Além de replicar a escrita autodidata sem uma análise crítica, o problema da internet está relacionado aos erros encontrados em fontes como a Wikipédia. Embora utilize diretrizes e sistemas de verificação, há sempre o risco de informações imprecisas, tendenciosas ou mal interpretadas.

As inteligências artificiais, ao se basearem em um grande volume de texto, frequentemente trocam nomes de pessoas, datas de eventos ou confundem eventos e suas respectivas datas. Um exemplo disso ocorreu com a Gemini, que atribuiu o pioneirismo estadunidense na região a William John McNally, quando, na verdade, o responsável seria William Hutchinson Norris, e denominou Americana como "Princesa Têxtil", quando o correto seria "Princesa Tecelã".

Erros semelhantes ocorreram com a inteligência artificial Llama, que atribuiu ao ano de 1904 a emancipação de Campinas, tornando-a um município, quando, na realidade, esse ano corresponde à criação do distrito de paz.

Tradição em Análise

A construção da memória social é um processo complexo que integra elementos individuais e coletivos, sendo atravessado por disputas, conflitos e negociações que resultam na formulação de uma representação abrangente do passado. Essa elaboração não ocorre de forma neutra; ela é moldada por valores culturais, interesses políticos e relações de poder que atuam ao longo do tempo. Dessa forma, a relação entre memória social e cultura histórica se estabelece como uma via de mão dupla: ambas se influenciam reciprocamente, embora a cultura política exerça um papel mais determinante, devido à sua força estruturante e à sua permanência histórica.

Diante dessa dinâmica entre memória social, cultura histórica e cultura política, pode-se observar como os autores autodidatas contribuíram para a construção da história municipal de Americana em suas obras, revelando, ao mesmo tempo, a persistência do poder das elites locais no tempo e no espaço. Assim, torna-se evidente a existência de uma dinâmica dialética entre memória e cultura histórica, em que ambas se constroem em constante diálogo, retroalimentando-se e participando ativamente da construção social do passado.

Essa narrativa construída pelos autores autodidatas não se restringe às páginas de seus livros. Pelo contrário, ela foi amplificada por diversos meios de difusão, como jornais, revistas, materiais e páginas na internet, enciclopédias online e, mais recentemente, pelas inteligências artificiais. Esse processo não se limita à esfera privada, mas também envolve a institucionalização da memória histórica por meio de órgãos públicos municipais, como a Prefeitura e a Câmara Municipal, através de símbolos oficiais, datas comemorativas, feriados, publicações oficiais, resumos históricos e plataformas de compartilhamento de vídeos.

Nesse processo de consolidação simbólica da memória, especialmente através dos símbolos municipais e suas transformações — como obras atualizadas, o estabelecimento de novas datas comemorativas, a patrimonialização de bens materiais e a construção do Portal na entrada da cidade — é fundamental considerar o contexto vivido por Americana a partir dos anos 1990.

Esse período foi marcado pelos acordos econômicos entre o Brasil e a China, que resultaram na entrada de uma grande quantidade de tecidos chineses no mercado brasileiro. Esse cenário gerou sérias dificuldades de competitividade, devido ao preço extremamente baixo dos produtos chineses. Como consequência, muitas indústrias têxteis faliram em Americana, enquanto várias outras deixaram a cidade, migrando para estados que ofereciam incentivos fiscais.

Essas atualizações simbólicas e narrativas da cidade, portanto, podem ser compreendidas como parte de um processo maior que Chauí (2000) identifica como a atualização de mitos fundadores diante de novas conjunturas históricas. Embora se alterem símbolos, se escreva um novo hino ou se erija um novo monumento, esses elementos ainda carregam concepções comuns aos anteriores ao abordarem o passado. Assim, Chauí afirma que as ideologias que acompanham o movimento histórico da formação alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-se para adequá-las ao novo momento histórico, o que faz com que o mito se repita

indefinidamente sob novas roupagens.

Diante das transformações amplas e súbitas — nos âmbitos econômico, político e social — ocorre o fenômeno que Hobsbawm (2014) denomina "invenção das tradições". Nesse processo, novas práticas e rituais são frequentemente criados com a intenção de estabilizar o momento, funcionando como uma resposta às rupturas sociais e oferecendo uma continuidade simbólica em tempos de incerteza. Essas tradições, muitas vezes baseadas em símbolos ou práticas antigas ressignificados, são deliberadamente criadas para estabelecer estabilidade e constituir a identidade coletiva, ao reforçar certos valores e comportamentos por meio da repetição e da adaptação do passado.

No que se refere a essas tradições inventadas, Hobsbawm (2014) identificou três tipos surgidos após a Revolução Industrial: aquelas que buscam legitimar ou justificar instituições e sistemas de poder; as que criam e mantêm a coesão social em grupos; e as que são criadas para propósitos específicos, como a manutenção da ordem social ou para resolver questões de classe.

Nesse sentido, os dois aspectos analisados ao longo deste capítulo se apropriaram de diferentes tipos de tradições inventadas, surgidas após a Revolução Industrial. O primeiro tipo se caracteriza pela construção e legitimação do poder das elites americanenses, inicialmente vinculadas à agricultura e, posteriormente, à indústria. Esse processo enalteceu as ações daqueles considerados homens de grande relevância, únicos capazes de comandar a cidade ou ocupar cargos no poder legislativo e na administração pública. O segundo tipo, por sua vez, se refere à promoção de um sentimento de pertencimento e identidade coletiva, difundido por meio de obras, comemorações, símbolos, monumentos, hinos, entre outros, com o objetivo de conferir um senso de unidade, especialmente diante das transformações enfrentadas pela cidade de Americana. Quanto ao último tipo, as tradições são empregadas como instrumentos para perpetuar um determinado padrão de relações de poder local, evidenciando, diante das rápidas transformações, quais grupos se consolidam e devem continuar a exercer o poder no município.

Em conclusão, a análise das tradições inventadas em Americana revela um processo dinâmico de adaptação e reinvenção da memória histórica local, com o objetivo de estabilizar e dar continuidade à identidade coletiva diante de contextos de crise e transformação. A consolidação dessas tradições, por meio de fontes autodidatas, da replicação por inteligências artificiais e da centralidade dos símbolos, datas comemorativas e monumentos, constitui ferramentas essenciais para a legitimação do

poder e a coesão social. A revisão e atualização de elementos culturais, como os símbolos municipais e a patrimonialização de bens materiais, evidenciam a necessidade de reconstrução do tecido social e político da cidade em resposta às rupturas econômicas e sociais, como as observadas nas décadas de 1930, 1970 e entre 1990 e 2000. Nesse contexto, as tradições, embora novas em suas formas, preservam ideologias e concepções que se conectam com o passado, configurando, como sugere Chauí (2000), uma atualização do mito fundador. Assim, essas práticas simbólicas funcionam como uma forma de adaptação e resposta aos desafios contemporâneos, buscando, por meio da repetição e ressignificação do passado, construir uma continuidade que estabilize o presente e defina a trajetória futura de Americana, sempre em direção ao progresso.

CAPÍTULO 3 - APRENDIZAGEM POR MEIO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Como já evidenciado ao longo deste trabalho, a prática educativa proposta nesta dissertação está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História, com foco na elaboração de uma sequência didática voltada ao desenvolvimento da aprendizagem histórica a partir da valorização da história local e regional, tendo como referência o município de Americana-SP. Trata-se de uma proposta que emerge da necessidade concreta de ampliar os recursos pedagógicos disponíveis, diante da escassez de materiais didáticos e de formações específicas sobre a história do município. Além disso, busca-se superar a limitação imposta por fontes predominantemente produzidas por autores autodidatas, que frequentemente constituem os únicos referenciais disponíveis no contexto escolar.

Essa prática educativa visa promover uma aprendizagem crítica e significativa, que vá além da simples repetição de narrativas consagradas sobre grandes eventos e personagens locais. A articulação entre a história local e a história regional, nesse sentido, permite repensar a noção de "fundação" do município, ampliando o olhar para o conceito de "formação", considerando os múltiplos fatores históricos que influenciaram o surgimento da cidade. Tal perspectiva contribui para que os estudantes compreendam o lugar em que vivem dentro de contextos mais amplos — regionais, nacionais e até globais.

A proposta também busca valorizar as especificidades sociais, econômicas e culturais do território, oferecendo um contraponto às abordagens generalistas frequentemente encontradas nos livros didáticos. Ao trazer para o centro do debate os grupos historicamente marginalizados ou invisibilizados, a prática propõe uma leitura mais inclusiva e crítica do passado, possibilitando a análise das desigualdades, das dinâmicas de poder e das transformações sociais que marcaram a trajetória do município.

Nesse processo, os estudantes são convidados a analisar diretamente diferentes tipos de fontes históricas — como livros, mapas, fotografias, símbolos, reportagens, vídeos, documentos cartoriais, sites, enciclopédias digitais e ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA). O objetivo é estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual, permitindo que construam uma compreensão mais profunda e contextualizada da história do lugar em que vivem, em conexão com o país e com o mundo ao seu redor.

Em relação à carga horária, cabe salientar que ela pode ser percebida como

extensa. Isso ocorre devido às inúmeras possibilidades de desenvolvimento da aprendizagem por meio da história de Americana, especialmente em consonância com as habilidades do 7º ano referentes ao período do Brasil Colônia. No entanto, é importante destacar que a prática foi concebida de forma a garantir o desenvolvimento dessas habilidades por meio da história do município de Americana — conforme detalhado na seção seguinte. Ou seja, as aulas não se apresentam como momentos isolados voltados apenas à história local, mas estão diretamente articuladas às habilidades propostas pelos documentos orientadores, como a BNCC e o Currículo Paulista.

Além disso, a proposta foi idealizada de forma sequencial, mas com flexibilidade para ser adaptada ou implementada por meio de seções específicas, conforme a escolha dos professores, funcionando também como um banco de aulas. Essa estrutura permite que as atividades sejam aplicadas de forma integral ou fragmentada, de acordo com as necessidades e possibilidades do docente.

Tais informações são especialmente relevantes para o contexto do ensino no estado de São Paulo, onde estou inserido. Em 2025, houve a redução do número de aulas de História no currículo escolar, de quatro aulas semanais de 45 minutos para três aulas de 50 minutos, o que representa uma diminuição de 180 minutos semanais para 150 minutos. Essa alteração reforça, além da aparente desvalorização com que o governo estadual paulista trata o ensino de História, a importância de propostas pedagógicas que otimizem o tempo disponível, mantendo a qualidade do ensino e promovendo o desenvolvimento efetivo das competências previstas, ao mesmo tempo em que buscam alternativas diante da desvalorização das ciências humanas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

3.1 Proposta de sequência didática: Documentos em análise: a história de Americana sob outras perspectivas (7º ano – Ensino Fundamental)

Caros colegas professores e professoras,

Embora esta proposta de aprendizagem tenha como foco principal o município de Americana (SP), sua estrutura permite ampla aplicação no ensino de História, extrapolando os limites geográficos da cidade. A sequência didática aqui apresentada oferece múltiplas possibilidades de utilização em sala de aula, cabendo ao professor adaptá-la à sua realidade e aos objetivos específicos de sua prática pedagógica.

A proposta pode ser empregada por docentes que atuam em Americana e desejam explorar a história do município em diálogo com a história do Brasil e do mundo, a partir de uma perspectiva local e regional. Essa abordagem potencializa o envolvimento dos estudantes, uma vez que parte de sua vivência e proximidade com os objetos de estudo, facilitando, assim, o processo de aprendizagem histórica.

A prática também se mostra pertinente para professores que lecionam na Região Metropolitana de Campinas (RMC) e na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), uma vez que contempla processos históricos comuns às cidades dessa área, interligadas na formação e desenvolvimento regional. Dessa forma, a sequência contribui para o entendimento das dinâmicas locais em um contexto mais amplo.

Além disso, o material pode ser adaptado para outras localidades, mesmo aquelas distantes geograficamente, permitindo comparações entre realidades distintas. Essa abordagem favorece a identificação de semelhanças e diferenças entre regiões, muitas vezes tratadas de forma genérica nos materiais didáticos, bem como o reconhecimento de interconexões históricas entre diferentes espaços.

Outro aspecto relevante é que esta proposta pode servir como referência e inspiração para professores interessados em elaborar sequências didáticas voltadas à história de seus próprios municípios ou regiões. Trata-se de uma prática que valoriza o ensino de História com base em fontes locais, análise crítica de documentos históricos e o uso de tecnologias contemporâneas, como as inteligências artificiais, no processo educativo.

Por fim, a sequência didática apresenta ampla flexibilidade, permitindo múltiplas adaptações, tanto em relação aos contextos de aplicação quanto aos conteúdos a serem desenvolvidos. Os professores podem optar por trabalhar apenas partes da proposta, de acordo com os temas abordados em suas turmas, sem a obrigatoriedade de sua aplicação integral.

Embora esteja originalmente alinhada às habilidades previstas para o 7º ano do Ensino Fundamental, conforme as diretrizes da BNCC e do Currículo Paulista, sua estrutura flexível possibilita a contextualização dos objetivos de aprendizagem, tornando a proposta significativa para diferentes realidades escolares. Dessa forma, pode ser adaptada para aplicação em outras séries, como o 8º e o 9º anos, desde que ajustada para contemplar as seguintes habilidades:

8º Ano

(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas;

(EF08HI19A) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas;

(EF08HI19B) Identificar as propostas presentes nas Leis Eusébio de Queirós, Ventre Livre, Sexagenário e Áurea, bem como analisar os seus impactos na sociedade brasileira do período imperial;

(EF08HI27) Identificar, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas, as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e para as populações negras nas Américas;

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

9º Ano

(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados;

(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive

Pré-Requisitos

A sequência didática foi planejada para ser realizada após o processo de aprendizagem referente a colonização do Brasil e dinâmicas coloniais internacionais, tendo como pré-requisitos:

- Identificação dos aspectos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus.
- Identificação das conexões, interações e consequências do contato entre as sociedades do chamado Novo Mundo, da Europa e da África.
- Formação territorial da América Portuguesa.

- Dinâmicas comerciais internacionais.
- Escravismo e condições dos escravizados.
- Relação do racismo contemporâneo ao processo de escravização das populações africanas e afrodescendentes no período colonial.

Resumo

Desenvolver a aprendizagem sobre a história do município de Americana a partir de novas perspectivas, superando a construção histórica consolidada no século XX e presente na memória da cidade, inclusive por meio da institucionalização dessa memória. Além disso, promover uma aprendizagem que conecte a região e a localidade do estudante ao conteúdo programático do currículo para o 7º ano, com ênfase no processo de formação da cidade, compreendido não apenas como um momento de fundação, mas como um processo contínuo de construção social e cultural, incluindo também grupos históricos subalternizados pela história municipal.

Habilidades (BNCC/Currículo Paulista)

- **(EF07HI03)** Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e para o desenvolvimento de saberes e técnicas, valorizando a diversidade dos patrimônios etnoculturais e artísticos dessas sociedades.
- **(EF07HI02)** Identificar conexões, interações e consequências do contato entre as sociedades do chamado Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.
- **(EF07HI11)** Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.
- **(EF07HI13)** Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico.
- **(EF07HI12)** Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial, étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática) e os interesses políticos e econômicos.
- **(EF07HI14)** Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente.
- **(EF07HI15)** Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.

- **(EF07HI16)** Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.
- **(EF07HI19*)** Analisar as condições das pessoas escravizadas e identificar as formas de resistência à escravidão na América Portuguesa.
- **(EF07HI20*)** Relacionar o racismo da contemporaneidade ao processo de escravização das populações africanas e afrodescendentes no período colonial.

Requisitos

- Recursos Materiais: Acesso à rede de internet, caderno, equipamentos multimídia (data-show, som), quadro, tablets ou notebooks.
- Espaços: Sala de aula, informática e centro da cidade.

Dinâmicas utilizadas

Levantamento das representações sociais dos estudantes, exposição de conteúdo, análise crítica de documentos, pesquisa na internet e em materiais, e produção textual.

Objetivos

A construção histórica de Americana, assim como a de muitas outras cidades, foi marcada por uma narrativa paradigmática tradicional, como evidenciou Burke (2011), centrada em certos eventos, majoritariamente políticos, e em figuras históricas, muitas vezes invisibilizando outros aspectos importantes da construção social e cultural da cidade. Ao repensar a história local, é possível trazer à tona novas perspectivas, evidenciando a presença histórica de grupos subalternizados e seus respectivos papéis sociais, refletindo sobre as relações de poder, trabalho e a formação das elites locais. Esta sequência didática visa proporcionar uma análise crítica e aprofundada do processo histórico de Americana, buscando destacar a importância da cidade dentro do contexto nacional e mundial, além de evidenciar suas especificidades sociais, econômicas e culturais.

- Reconstituir diferentes perspectivas históricas dentro do município de Americana, valorizando aspectos muitas vezes negligenciados pela história consolidada .
- Resgatar a história do cotidiano dos grupos marginalizados e subalternizados pela memória local, refletindo sobre as relações de poder e as condições de trabalho na cidade.

- Analisar a formação das elites locais, suas dinâmicas e influências no desenvolvimento da cidade, em um contexto social e político mais amplo.
- Estabelecer relações entre a história local e a história nacional e mundial, compreendendo como a cidade se insere nos processos históricos mais amplos e globais (macro-história).
- Evidenciar as especificidades sociais, econômicas e culturais de Americana, contrapondo-as às visões generalistas presentes nos livros didáticos e abordagens tradicionais.
- Promover a análise crítica e o uso de documentos históricos no ensino de história local, estimulando a reflexão e interpretação das fontes primárias para uma compreensão mais aprofundada do passado.
- Repensar o processo histórico regional, com base em uma reconstituição da ideia de região, considerando as dinâmicas internas e os interesses particulares que moldam a história local e regional.
- Compreender a história de Americana a partir do conceito de formação, destacando o processo de evolução da cidade no um lugar de fundação e não apenas como um produto de ações políticas.

Avaliação

Participação dos estudantes nas discussões; Análise crítica dos documentos; produção textual e apresentação do texto: “Eu na minha cidade, minha cidade no Brasil e no Mundo”.

Bibliografia/Sugestões

BITTENCOURT, Circe. **“Ensino de História: Fundamentos e Métodos”**. São Paulo: Cortez Editoras, 4ª ed., 2011.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)**. Bauru, SP; São Paulo: EDUSC: FAPESP, 2010.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas das origens ao futuro: Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1739-1992)**. Ed. da Unicamp, Campinas: 2002. p. 57-86.

Aplicação

Aula 1 Tempo	Representação social dos estudantes sobre a história da cidade de Americana.
15 min	<p>Etapa 1 – Sondagem</p> <p>Aplicação de atividade disparadora sobre as representações sociais que os estudantes possuem sobre a história da cidade em que vivem. Estimular os estudantes a refletirem sobre acontecimentos, grupos, pessoas e locais relacionados à história da cidade.</p> <p>Atividade – O que você sabe sobre a história da cidade de Americana? Pense nos acontecimentos, locais históricos, grupos e pessoas que construíram a história da cidade e escreva-os em tópicos.</p>
15 min	<p>Etapa 2 - Compartilhamento das respostas</p> <p>Com mediação do professor, os estudantes realizarão o compartilhamento das respostas, que deverão ser anotadas na lousa, com revisão e ajustes sugeridos pelo professor e pelos estudantes, principalmente sobre nomes, eventos, datas ou outras dúvidas e equívocos que possam surgir. É importante o engajamento total dos estudantes nesta etapa da tarefa.</p> <p><i>*Aqueles estudantes que não se sentirem à vontade para o compartilhamento poderão solicitar a um colega ou ao professor que leia a resposta. Caso isso também seja um impeditivo, o professor poderá apenas olhar e registrar posteriormente na lousa.</i></p>
10 min	<p>Etapa 3 – Registros das respostas</p> <p>Dando continuidade à aprendizagem colaborativa, os estudantes deverão, após revisão e ajustes, complementar suas respostas com os tópicos apresentados pelos demais estudantes que não foram incluídos em sua resposta inicial.</p>
10 min	<p>Etapa 4 - Pesquisa dirigida em fontes na internet sobre a história de Americana</p> <p>Descrição da Atividade (para o professor): Realizar a divisão da sala em agrupamentos produtivos, levando em consideração o diagnóstico prévio dos níveis de aprendizagem dos estudantes, de modo que cada grupo tenha alunos em diferentes níveis de aprendizagem, objetivando o apoio mútuo e</p>

a colaboração entre os estudantes.

• **Orientação da Atividade:** Pesquisar sobre a história da cidade de Americana na internet e em livros, utilizando o site atribuído ao grupo (enciclopédia digital, Resumo Histórico e símbolos no site do município, e Inteligência Artificial) ou o livro designado, e elaborar um resumo identificando os principais eventos e agentes históricos evidenciados na pesquisa.

Distribuição dos Agrupamentos Produtivos:

Grupo 1 – Wikipédia – História de Americana

Grupo 2 – Resumo histórico no site da Prefeitura Municipal de Americana

Grupo 3 – Trechos do Livro Preservando Nossa História: Americana (1999).

Grupo 4 – Trechos do Livro Descobrimos Americana: um grande salto (2008).

Grupo 5 – Inteligência Artificial Chat GPT com comando História da Cidade de Americana

Grupo 6 - Inteligência Artificial Gemini com comando História da Cidade de Americana

Grupo 7 - Inteligência Artificial Llama com comando História da Cidade de Americana

Referências:

História de Americana. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Americana.





Acesso em: 13 fev. 2025.


PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA. Resumo histórico. Disponível em: <https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=historia>. Acesso em: 03 fev. 2025.

GOBBO, Célia (Org.). **Preservando Nossa História: Americana**. São Paulo: Palas Atena, 1999.

	<p>RIBEIRO, Maria José, L.V (Org.). Descobrimos Americana: um grande salto. Americana, SP: Prefeitura Municipal de Americana, 2008.</p> <p>Google. História da Cidade de Americana – SP. Gemini 2.0 Flash versão de 03 fev. 2025. Inteligência Artificial. Disponível em: https://gemini.google.com/app?hl=pt-BR. Acesso em: 09 fev. 2025.</p> <p>Meta AI. História da Cidade de Americana – SP. Llama 3.3 versão 06 de fev. 2025. Inteligência Artificial. Disponível em: https://www.meta.ai/. Acesso em: 09 fev. 2025.</p> <p>OpenAI. História da Cidade de Americana – SP. GPT-4.0 versão de out. 2023. Inteligência Artificial. Disponível em: https://chatgpt.com.br/. Acesso em: 09 fev. 2025.</p>
--	---

Aula 2	A representação da história de Americana na Internet
Tempo	
20 min	<p>Etapas 5 – Síntese das pesquisas em Agrupamentos Produtivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir as impressões sobre a história apresentada pela fonte pesquisada; • Questão Dirigida: Qual é a história de Americana apresentada pela fonte de pesquisa? • Elaboração de uma síntese para apresentação.
30 min	<p>Etapas 6 – Apresentação do resumo</p> <p>Os grupos deverão apresentar uma síntese da pesquisa para a sala;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar coletivamente as semelhanças e diferenças entre as histórias apresentadas em cada pesquisa; • Após as apresentações, elaborar coletivamente uma síntese em tópicos na lousa, destacando os marcos temáticos e os agentes evidenciados, e solicitar que os estudantes os copiem no caderno. Promover uma comparação entre os marcos evidenciados pelos estudantes, por meio de suas representações sociais no início da sequência didática, e a síntese elaborada a partir das pesquisas.

Aula 3	A história evidenciada nos símbolos do município
20 min	Etapa 7 - Análise dos Brasões e Bandeira do Município:
	<p style="text-align: center;">BRASÕES DO MUNICÍPIO DE AMERICANA - SP</p> <div style="text-align: center;">     </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 5px;"> 1925 - 1965 1965 - 1975 1975 - 1998 1998 - Atual </div> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;">Fonte: Elaborado pelo autor</p> <p>Análise coletiva</p> <ol style="list-style-type: none"> Quais são os elementos presentes nos símbolos? R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem os seguintes elementos: colmeia de abelhas, ramo de café, ramo de algodão, bandeira do Estado de São Paulo, cruz confederada, equipamentos da indústria têxtil, soldados, arado e cruz de Santo Antônio.</u> Quais relações esses elementos possuem com a história de Americana, presentes nas representações sociais e nas pesquisas? R: <u>Os estudantes possivelmente estabelecerão relações mais facilmente com o café, o algodão e os equipamentos da indústria têxtil. Outros elementos, mais subjetivos, podem necessitar de intervenção do professor, como no caso da colmeia, relacionada ao povo trabalhador, e os soldados imperiais de escolta, referentes à presença de Dom Pedro II na inauguração da Estação Ferroviária, entre outros.</u> <p>* Na atividade 2 o professor realizará aprofundamento com utilização de imagens descritivas dos elementos de cada símbolo a partir da apresentação no Brasões de Americana.</p> <p>Aula expositiva sobre a ideia de progresso representado pelo triângulo na Bandeira Municipal de Americana (Os triângulos sobrepostos, formam pontas de lanças, a simbolizar o impulso ao futuro, desassombrado e constante. art. 7º)</p> <p style="text-align: center;">:</p>


	 <p>FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA. Segunda bandeira do município. Disponível em: https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=simbolo. Acesso em: 07 fev. 2025.</p>
20 min	<p>Etapla 8 - Análise dos símbolos americanenses e identificação da história representada.</p> <ul style="list-style-type: none"> Exibição do Hino Municipal de Americana: https://www.youtube.com/watch?v=syJftQT6DNg Projeção da letra do hino no datashow para análise posterior ao vídeo: https://www.americana.sp.gov.br/americana-index.php?a=simbolo <p>Roteiro de análise coletiva após exibição do hino e com projeção da letra no datashow:</p> <ol style="list-style-type: none"> Quais são os marcos históricos evidenciados nas representações sociais e nas pesquisas anteriores que integram o hino? R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem no hino os seguintes acontecimentos: primeiras ocupações (Salto Grande, Machadinho e Palmeiras), estrada de ferro, surgimento da Estação Ferroviária e presença do Imperador na inauguração, chegada dos confederados e contribuição na agricultura, e Carioba e atividade têxtil.</u> Quais são os agentes históricos evidenciados no hino? R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem Ignácio Corrêa Pacheco e os confederados.</u> <p>Quais os adjetivos atribuídos a Americana no hino e a que se relacionam? R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem: terra de homens bravos e do progresso, cidade que veste o Brasil, cidade do trabalho, orgulho da nação e princesa tecelã.</u></p>

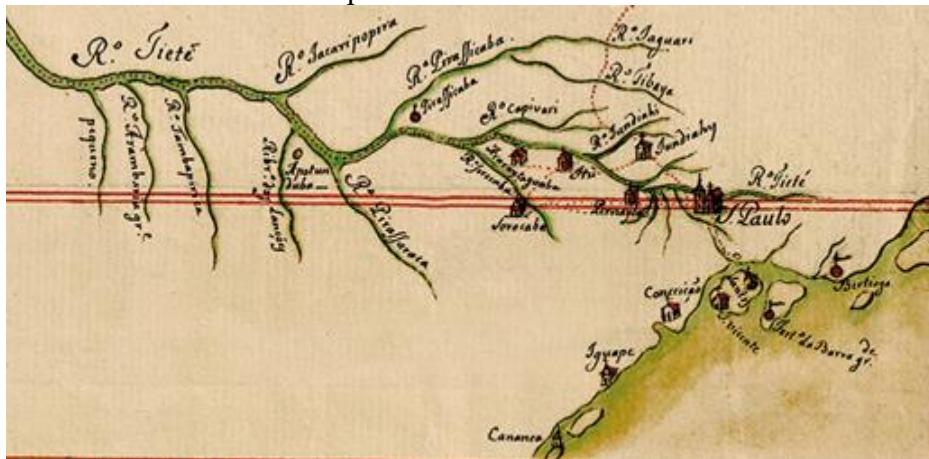
10 min	<p>Etapla 9 - Retomada sobre patrimônio e orientações sobre estudo do meio Caminhar pela Cidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Aula expositiva de retomada com a definição de patrimônio no artigo 216 da Constituição Brasileira: <p>Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.</p> <p>Fonte: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Após a exposição do professor, solicitar que os estudantes identifiquem coletivamente os patrimônios da cidade. <p>R: <u>Espera-se que os estudantes apontem os patrimônios, com a mediação do professor, que ajudará relembrando lugares que eles frequentam no dia a dia.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ● Na sequência, os estudantes serão informados sobre o estudo do meio “Caminhar pela Cidade”, no qual percorrerão uma rota pelos patrimônios tombados pela Prefeitura Municipal de Americana, na região central, e serão orientados quanto à autorização dos pais, ao calçado adequado para caminhadas e à necessidade de levar água.
--------	---

Aula 4 e 5	Caminhar pela cidade: Explorando patrimônios históricos
10 min	Etapa 10 - Orientações prévias na escola - Orientações sobre o roteiro e cuidados durante a realização da rota; - Orientação para que os estudantes anotem os patrimônios, a quais marcos históricos ou grupos se relacionam. <i>* O professor realizar intervenções durante a parada nos monumentos.</i>
40 min	Parte 1 1. Rota dos Patrimônios Históricos na região central da cidade: 2. Vila dos ferroviários 3. Monumento “Antônio Lobo” 4. Estação Ferroviária de Americana 5. Marco Zero
40	Parte 2 6. Igreja Matriz “Velha” de Santo Antônio 7. Basílica de Santo Antônio 8. Monumento "Soldado Constitucionalista 9. Monumento "Comendador Muller" 10. Monumento "Imigração Norte Americana" na Praça dos Americanos
10 min	Fechamento e embarque para retorno a escola

Aula 6	Identificação da memória presente nos patrimônios e marcos fundadores				
15 min	Etapa 11 - Elaboração de tabela no caderno dos estudantes, na qual eles devem indicar o patrimônio e, ao lado, o marco histórico com o qual se relaciona. Exemplo: <table border="1" data-bbox="411 1261 1353 1377"> <thead> <tr> <th data-bbox="411 1261 882 1301">Patrimônio</th><th data-bbox="882 1261 1353 1301">Marco Histórico</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="411 1301 882 1377">Estação Ferroviária</td><td data-bbox="882 1301 1353 1377">Relaciona-se a fundação de Americana</td></tr> </tbody> </table> Na sequência, deverá ser realizada a correção e a exposição, por parte do professor, a respeito de outros patrimônios.	Patrimônio	Marco Histórico	Estação Ferroviária	Relaciona-se a fundação de Americana
Patrimônio	Marco Histórico				
Estação Ferroviária	Relaciona-se a fundação de Americana				
15 min	Etapa 12 - Aula expositiva sobre a construção da representação histórica da cidade: QUADRO - Marcos Fundadores nas Obras Sobre a História de Americana – SP Fonte: Elaborado pelo autor <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das obras, autores e o marco fundador evidenciado por cada um. Objetivo: Proporcionar aos estudantes a percepção de que as informações disponíveis na internet e em livros posteriores, a elaboração dos símbolos e o estabelecimento das datas comemorativas da cidade ocorreram após as publicações iniciais. Além disso, demonstrar que os marcos				

	fundadores, os patrimônios e os símbolos percebidos nas pesquisas realizadas na internet foram elaborados por autores autodidatas.																				
	<table><tr><th>Autor</th><th>Data/Período</th><th>Marco</th><th>Responsável</th></tr><tr><td>Caldeira (1930)</td><td>7 de janeiro de 1905</td><td>Data em que Americana efetivamente a ser Distrito de Paz</td><td>Basílio Bueno Rangel</td></tr><tr><td>Brito (1963)</td><td>Séc XIX</td><td>Estabelecimento da Fazenda Machadinho</td><td>Domingos da Costa Machado</td></tr><tr><td>Bryan (1967)</td><td>1873</td><td>Início da construção da estação ferroviária</td><td>Inácio Corrêa Pacheco</td></tr><tr><td>Bryan (1975)</td><td>27 de agosto de 1875</td><td>Inauguração da Estação Ferroviária de Americana</td><td>Inácio Corrêa Pacheco</td></tr></table>	Autor	Data/Período	Marco	Responsável	Caldeira (1930)	7 de janeiro de 1905	Data em que Americana efetivamente a ser Distrito de Paz	Basílio Bueno Rangel	Brito (1963)	Séc XIX	Estabelecimento da Fazenda Machadinho	Domingos da Costa Machado	Bryan (1967)	1873	Início da construção da estação ferroviária	Inácio Corrêa Pacheco	Bryan (1975)	27 de agosto de 1875	Inauguração da Estação Ferroviária de Americana	Inácio Corrêa Pacheco
Autor	Data/Período	Marco	Responsável																		
Caldeira (1930)	7 de janeiro de 1905	Data em que Americana efetivamente a ser Distrito de Paz	Basílio Bueno Rangel																		
Brito (1963)	Séc XIX	Estabelecimento da Fazenda Machadinho	Domingos da Costa Machado																		
Bryan (1967)	1873	Início da construção da estação ferroviária	Inácio Corrêa Pacheco																		
Bryan (1975)	27 de agosto de 1875	Inauguração da Estação Ferroviária de Americana	Inácio Corrêa Pacheco																		
20 min	<p>Etapla 13 - Pesquisa sobre a cidade de Americana em duas épocas: 1930-1940 e 1950-1975</p> <p>Atividade:</p> <p>1 - Divisão da sala em duas partes, em que cada grupo pesquisará sobre uma das épocas e fará anotações. Posteriormente, as informações serão registradas na lousa, com a expectativa de que os estudantes evidenciem as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• 1930-1940: Crise no setor cafeeiro, transformação da cidade de maioria rural para maioria urbana, loteamento de bairros e estabelecimento de indústrias têxteis.• 1950-1975: Venda de Carioba pela família Muller, processo de declínio e fim de Carioba, estabelecimento de indústrias estrangeiras, chegada de uma grande quantidade de pessoas para trabalhar nas indústrias e surgimento de novos bairros. <p>2- Identificação coletiva dos impactos que essas transformações geram para a cidade e pessoas</p> <p>3- A partir do momento em que houver a percepção pelo professor de que os estudantes estão chegando à conclusão de que o contexto influencia na escrita da história da cidade iniciar aprofundamento sobre as relações locais de poder, em que em um período de instabilidade e transformações rápidas, perpetua-se a história das elites rumo ao progresso.</p>																				

Aula 7	O início da região sob outra perspectiva
20 min	Etapla 14 - Estudo a partir da região
	Análise de fonte histórica escrita (Matéria de jornal):
	Imagem - Matéria sobre vestígios indígenas na região do Salto Grande
	<div data-bbox="470 351 1289 1189"> <p>Casarão Durante escavação, cacos de vaso indígena foram encontrados</p> <h2>Restauradores de olho em 'riquezas'</h2> <p>LUCIANO ASSIS luciano@liberal.com.br</p> <p>AMERICANA Após vários elogios à quantidade de detalhes históricos encontrados no Casarão do Salto Grande, agora os restauradores estão de olho no entorno do terreno onde foi construído o prédio. Tudo porque durante uma escavação para a colocação da placa informativa sobre a reforma, funcionários da empresa Rescap Ltda., responsável pelos trabalhos, encontraram cacos de um vaso proveniente da arte indígena enterrados a uma profundidade de pouco mais de um metro.</p> <p>"É bem raro encontrarmos objetos assim em escavações nessa região. Seria interessante iniciarmos, em breve, uma escavação mais detalhada com equipamentos apropriados", destacou Salvador Cápuia, chefe da restauração. No mês passado os mesmos funcionários encontraram sob as pinturas</p> <p>de uma das salas do casarão arabescos que faziam parte da arte original da casa.</p> <p>"Em Sorocaba encontramos um cemitério indígena sob um casarão desses. Provavelmente não é o caso desse aqui, mas tenho certeza que debaixo desse solo há muita coisa a ser encontrada", afirmou Cápuia, que pretende, no futuro, promover algumas escavações no lugar.</p> <p>Outra surpresa proporcionada por essa mesma escavação foi a descoberta de um lençol freático que passa por baixo do casarão. "Furamos para fixar uma das bases de uma placa e jorrou água. Esse lençol explica a larga base em pedra usada pelos construtores do casarão", informou o restaurador.</p> <p>VERBA Todos esses planos da equipe de restauro vão depender do sucesso da arrecadação de verba via Lei Rouanet, já que ainda são necessários R\$ 3 milhões para a finalização da obra. Em seis meses, a Secretaria de Cul-</p> <p>tura e Turismo de Americana precisa correr atrás dos 80% restante dos recursos para o término das obras.</p> <p>Até o momento foi concluída a troca total do telhado do casarão e teve início a colocação de um novo telhado na "vila" anexa ao prédio, que deverá ser concluída na próxima semana, se a chuva der trégua.</p> <p>"É preciso correr atrás, mas temos até o dia 30 de junho para conseguir esse valor. Acho que com uma ajuda efetiva do Poder Público isso deve se resolver o mais breve possível", encerrou Ana Paula Pontes, produtora cultural e responsável pelo processo de captação de verba via Lei Rouanet para a restauração do Casarão.</p> <p>ACHADO Cacos de vaso indígena encontrados em escavação</p>  </div>
	Fonte: ASSIS, Luciano. Restauradores de olho em "riquezas". Jornal O Liberal, Americana, 13 fev de 2009. Caderno L, p.17.
	Sequência da Análise:
	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da matéria; • Leitura compartilhada; • Questões respondidas coletivamente:
	1. Identificação do grupo ao qual pertencem os achados.
	R: <i>indígenas</i> .
	2. O que significa a presença desses vestígios? R: <i>Espera-se que os</i>
	<i>estudantes respondam que povos indígenas habitavam a região</i>
	<i>onde hoje é Americana.</i>
	3. Ainda há presença de agrupamentos de povos originários na
	região? O que isso significa? R: <u>Espera-se que os estudantes</u>
	<u>identifiquem que não há mais agrupamentos de povos nativos na</u>
	<u>região, exceto aqueles que estão inseridos na cidade fora do</u>
	<u>contexto de agrupamentos e que em sua maioria chegaram</u>
	<u>posteriormente na cidade.</u>
	4. A quais acontecimentos a resposta anterior se relaciona? R:
	<u>Espera-se que os estudantes relacionem a extinção dos grupos na</u>
	<u>região ao extermínio realizado pelos portugueses durante o</u>
	<u>processo de exploração colonial.</u>

	<p>5. Nas pesquisas sobre a história da cidade há descrições sobre os povos nativos? R: <u>Nenhum dos resultados da pesquisa sobre a história da cidade tratam da presença nativa na região.</u></p>
20 min	<p>Etapa 15 – Análise de Mapa da Região da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba por volta de 1751</p> <p>Mapa – Recorte da Bacia do Rio Piracicaba de Mapa dos sertões que se compreendem de mar a mar</p>  <p>Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. <i>Recorte da Bacia do Rio Piracicaba do Mappa dos sertões, que se compreendem de mar a mar entre as Capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso, e Pará. 1751-1758. 62 cm × 50 cm em folha de 63,4 cm × 52 cm.</i> Disponível em: https://www.arquivopublico.df.gov.br/mapa-dos-sertoes-mar-a-mar/ . Acesso em: 20 set. 2024. Identificação no site da BN: mss1033414. Localização: Manuscritos 049,05,008 n.02on.</p> <p>Análise do Mapa:</p> <ol style="list-style-type: none"> Quais aspectos geográficos são evidenciados no mapa? E como eles se relacionam com o estabelecimento indígena pré-colonial e o interesse português na região no período da elaboração do mapa? R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem o destaque dado à hidrografia no mapa e o interesse das populações em diferentes períodos, proveniente dos rios.</u> Identificar o período e a região. R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem o período provável de elaboração (1751-1758) e a região da Bacia do Rio Piracicaba.</u> Identificar as presenças urbanas no mapa e evidenciar se havia poucas ou muitas ocupações. R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem que havia poucas ocupações.</u> Identificar os três rios que fazem parte da hidrografia de Americana atualmente. R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem os rios Jaguari, Atibaia e Piracicaba.</u> Há evidências de ocupações na região entre os rios Atibaia e Jaguari no ano de elaboração do mapa (1751-1758)? R: <u>Espera-se que os estudantes identifiquem que não há ocupações nessa região.</u>

	<p>* Realizar a correção e o fechamento, apresentando o contexto de produção do mapa, relacionado ao início da exploração de ouro, a partir da década de 1720, nos "sertões" de Goyaz e Mato Grosso, e aos problemas de fronteira com a Espanha e Portugal, o que gerou o interesse dos portugueses em conhecer melhor a geografia dessas regiões. Isso resultou na produção de mapas utilizando as melhores técnicas disponíveis à época, com a vinda de estrangeiros (principalmente alemães e italianos) para esse fim. A região recortada está inserida não apenas no interesse geográfico, mas também no “Caminho de Goyazes”, que cortava a área em evidência, sendo possível visualizar essa rota no tracejado vermelho. Deve-se expor aos estudantes que, de acordo com o mapa, a região entre os rios Atibaia e Jaguari não possuía ocupações na época, sugerindo que o início da ocupação da região ocorreu a partir do período de elaboração do mapa, relacionado ao contexto de povoamento e exploração, com o objetivo de impedir o avanço de estrangeiros sobre os territórios brasileiros sob domínio de Portugal.</p>
10 min	<p>Etapas 16 - Estabelecimento de cidades na Capitania de São Paulo na década de 1760</p> <p>Aula expositiva em tópicos sobre a formação da região e relação com aspectos coloniais e acontecimentos externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Pombalinas, inseridas por Morgado de Matheus, com algumas contradições • Defesa Militar: Preocupação portuguesa com invasões estrangeiras, principalmente espanholas. • Domínio do “Caminho dos Goyazes” que passava pela região por meio do estabelecimento de vilas e freguesias (São João do Atibaia, Piracicaba, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá). • Organização econômica dos circuitos mercantis do eixo centro-sul da colônia: Conjunto de povoamentos fundamentais para os interesses de defesa dos negócios metropolitanos na colônia, objetivando o controle fiscal e o combate ao contrabando. • Piracicaba criada com o objetivo de fornecer acessibilidade fluvial, abastecimento e consolidação da vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemy, na fronteira com o Paraguai. • Crise na produção de açúcar no Caribe: Avanço da produção açucareira no denominado quadrilátero do açúcar paulista (Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá). • Mercantilismo Ilustrado: A montagem da agricultura paulista necessitaria de outras cidades, que surgiriam advindas dessas primeiras, estabelecendo diferentes atividades. • Estabelecimento de sesmarias e a contradição com o mercantilismo ilustrado. <p>Fonte para o professor: SANTOS, Antônio da Costa. Campinas das origens ao futuro: Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1739-1992). Ed. da Unicamp, Campinas: 2002. p. 57-86.</p>

Aula 8	A formação de Americana inserida nos circuitos internacionais econômicos
	<p>Etapa 17 – Americana sob a perspectiva de formação</p> <p>Explicar aos estudantes que a aprendizagem sobre a história da cidade será trabalhada de acordo com os parâmetros da ciência histórica atual e sob a perspectiva de formação, em detrimento de fundação.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ocupação da região, proveniente dos acontecimentos citados na aula anterior. ● Estabelecimento das primeiras sesmarias. ● Formação das elites locais. <p><i>* Promover a percepção, pelos estudantes, de que o mercantilismo ilustrado e as ações decorrentes proporcionaram a inserção da região nos circuitos econômicos nacionais e internacionais, formando povoamentos que, posteriormente, deram origem às cidades.</i></p>
40 min	<p>Etapa 18 – Ciclos econômicos na região da formação de Americana</p> <p>Cana-de-açúcar</p> <p>Resolução das questões com base nas aprendizagens anteriores:</p> <p>1 - Qual acontecimento internacional influenciou na cultura de determinado produto agrícola na região? R: <u>Espera-se que os estudantes respondam crise na produção de açúcar no Caribe.</u></p> <p>2- Qual produção agrícola foi desenvolvida na região ligada aos acontecimentos internacionais e as ações do mercantilismo ilustrado? R: <u>Espera-se que os estudantes respondam cultivo da cana-de-açúcar.</u></p> <p>3- De acordo com a aprendizagem em história sobre o período colonial brasileiro, qual tipo de mão-de-obra era utilizado majoritariamente na agricultura, sendo permitido até o ano de 1888? R: <u>Espera-se que os estudantes respondam utilização de mão de obra de africanos e afrodescendentes escravizados.</u></p> <p>Café</p> <p>Cultivo de café na região Central</p> <p>*Texto de Rogério Naques Faleiros (2010), adaptado para uma linguagem simplificada, voltada para estudantes do 7º ano, para este trabalho</p> <p>O cultivo de café nessas regiões começou durante o período da escravidão e, por volta de 1870, essas áreas começaram a se destacar na produção de café. Porém, com o tempo, entre 1917 e 1937, as fazendas que produziam café começaram a</p>

	<p>enfrentar problemas. O solo ficou mais fraco e a quantidade de café produzida diminuiu, porque o cultivo por tanto tempo foi prejudicando a terra. Fonte de Referência: FALEIROS, Rogério Naques. Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937). Bauru, SP; São Paulo: EDUSC: FAPESP, 2010.</p> <p>Resolução das questões com base na interpretação do texto:</p> <p>1- Durante qual período o cultivo do café na região central que englobava Campinas e consequentemente Americana começou? R: Espera-se que os estudantes respondam durante o período da escravidão, por volta de 1870.</p> <p>2- Qual período foi marcado pelos problemas na produção de café? Quais são os problemas? R: Entre 1917 e 1937, as fazendas de café começaram a ter problemas. O solo ficou mais fraco e a quantidade de café que podiam colher diminuiu. Isso aconteceu porque, depois de tanto tempo plantando café no mesmo lugar, a terra foi ficando “fraca” e não conseguia mais produzir tanto.</p> <p>3- Identifique o período em que Americana estaria inserida no cultivo de café. R: Espera-se que os estudantes respondam entre 1870 e a década de 1930.</p> <p>* Explicar aos estudantes a crise brasileira do café de 1930 como agravante para o declínio da produção cafeeira na região.</p> <p>Algodão e Melancia</p> <p>1- Qual é a origem do grupo que se estabeleceu na região onde Americana se formou e que deu origem ao nome da cidade? R: <i>Estadunidenses</i>.</p> <p>2- De acordo com pesquisas realizadas sobre a história da cidade, quais produtos eles foram responsáveis por cultivar e quais contribuições são atribuídas a eles? R: <u>Algodão e melancia, além de contribuições em técnicas agrícolas, incluindo arados e troles.</u></p> <p>*Aula expositiva sobre os motivos da Guerra de Secessão e seu desfecho, problemas de abastecimento de algodão para as indústrias inglesas devido à guerra de secessão, e o aumento do cultivo no Brasil com o estabelecimento dos confederados na região. Evidenciar a melancia como produto específico da região onde Americana se formou, em contraste com a agricultura paulista, dado o estabelecimento deste grupo. Corrigi alguns pequenos detalhes de pontuação, ortografia e clareza, além de ajustar o termo "realizadas" na primeira frase para que fique mais claro o contexto de pesquisa.</p>
10 min	<p>Etapa 19 - Industrialização</p> <p>Explicação sobre o investimento em indústrias advindos do capital agrícola, principalmente do café, muitas vezes buscando avanços para a agricultura, como fábrica de arados, troles e demais ferramentas.</p> <p>Evidenciar aos estudantes que fábricas como a de Carioba e as demais advém da inserção da região no circuito econômico, não dependendo somente de esforços individuais dos proprietários.</p>

Análise de Imagem

Imagem – Vista aérea do complexo industrial de Carioba (2012)



Fonte: MOTTA JUNIOR, Eduardo. **Complexo Industrial Carioba**. 23 ago. 2012. Imagem digital. 3.499 × 2.434 pixels. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/06/Foto_a%C3%A9rea_02.jpg. Acesso em: 16 de fev 2025

Solicitar que os estudantes identifiquem quais aspectos geográficos contribuíram para o estabelecimento da indústria na região e a qual indústria se refere, evidenciando o que há ao lado da indústria e o que foi construído para favorecê-la.

R: Espera-se que os estudantes percebam que as características geográficas também influenciam o estabelecimento de empresas, já que a indústria de Carioba se localizou próximo ao rio Piracicaba, beneficiando-se tanto da água quanto da energia elétrica gerada pela hidroelétrica construída no rio. Deve-se evidenciar a transformação antrópica e o impacto ambiental gerado pelo estabelecimento da indústria.

**Evidenciar a especificidade do façanismo em Americana e a relação com desenvolvimento industrial, atentando-se para as relações de trabalho e suas complicações.*

Aula 9	Outros Agentes históricos na formação de Americana – Parte 1 Mão de obra livre assalariada.
20 min	<p>Etapas 20 - Análise de documentos históricos: Portal de entrada da cidade, suas representações e trechos de obras de historiadores autodidatas:</p> <p>Realizar Leitura compartilhada:</p> <p>Trechos das obras sobre a história de Americana</p> <p>Trecho 1</p>

[...] o districto já era conhecido, geralmente, pelo nome de “Villa Americana”, como homenagem merecida aos norte-americanos que muito contribuíram para o progresso local.

Fonte: CALDEIRA, João Netto. **Nossas Riquezas: Município de Villa Americana**. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1930. P.14

Trecho 2

[...] E que foi construída pelas “mãos” de: *portugueses, americanos, alemães e árabes, porém, apesar de ter representantes de todos esses povos, a origem da população atual é predominantemente italiana, em virtude dos colonos que se fixaram na terra, desde o século passado, cujos descendentes militam ativamente na indústria e no comércio local.*

Fonte: BIANCO, Jessyr.(org); BRYAN, Abílio Serra; JONES, Judith MacKnight. **Americana: Edição Histórica**. Americana: Focus, 1975. P. 32

Identificação dos grupos enaltecidos nos trechos: norte-americanos, portugueses, alemães e principalmente italianos.

Imagem – Portal de Entrada de Americana



Fonte: **Portal Cidade de Americana**. Imagem. Disponível em: <https://www.quintoandar.com.br/guias/cidades/cidade-de-americana/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Imagem – Portal “Em Migalhas”



LADO ESQUERDO

CENTRO


LADO DIREITO

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de fotos do portal.

Questionamento para análise coletiva em projeção no data show:

- Quais são os objetos representados no monumento?

R: Arado, trole, tear, vagão de trem.

	<ul style="list-style-type: none"> Quais grupos e pessoas foram representados? <p>R: Estadunidenses, imigrantes italianos, tecelão, princesa tecelã, “fundadores”.</p> <ul style="list-style-type: none"> Você acredita que todos os grupos de pessoas que participaram da formação da cidade foram representados? <p>R: Questão utilizada como disparadora para perceber se os estudantes identificaram a ausência de povos nativos, africanos escravizados, trabalhadores e trabalhadoras do campo, demais operários e operárias, mulheres, crianças etc.</p> <p>*Evidenciar a igualdade entre os povos e as pessoas destacadas pelos escritores autodidatas e as representações do portal de entrada da cidade.</p>
15 min	<p>Etapla 21 - Análise de fontes iconográficas relacionadas a atividades laborais em Americana durante o século XX.</p> <p>Por meio de imagens de plantações e indústria de Americana sem os atores históricos em suas atividades de trabalhos, provocar os estudantes por meio da ausência, quem realiza cada atividade?</p> <p>*Solicitar que respondam coletivamente</p> <p style="text-align: center;">Parte 1</p> <p>Quem levava as melancias até o embarque na Estação Ferroviária?</p> <p style="text-align: center;">Imagem 1 – Embarque de melancias na estação de Vila Americana (1900)</p>  <p>Fonte: MUSEU DA IMIGRAÇÃO DE SANTA BÁRBARA DO OESTE. Embarque das Melancias na Estação de Vila Americana, 1900. Disponível em: https://www.instagram.com/museudaimigracaoosbo/p/CZ98vd-MQEW/. Acesso em: 16 fev. 2025.</p>

Quem colhia esses algodões?

Imagem 2 – Plantação de Algodão na Fazenda Salto Grande



Fonte: ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. **Plantação de algodão, Fazenda Salto Grande.** Coleção Carioba.

Quem tecia os tecidos produzidos em Americana?

Imagem 2 – Teares da fábrica de tecidos Carioba



Fonte: Fonte: ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. **Teares da Fábrica de Tecidos Carioba.** Coleção Carioba

Após as análises e respostas, mostrar imagens com os trabalhadores e trabalhadoras e solicitar para que os estudantes observem as imagens e identifiquem os atores históricos em cada função laboral.

Parte 2

Busca-se que os estudantes percebam a presença dos agentes históricos ligados às atividades laborais nas principais atividades econômicas destacadas pelos autodidatas, mas que excluía esses agentes. Evidenciando por meio das fotos a participação de homens, mulheres e crianças no contexto de trabalho.

Imagem 4 – Trabalhadores embarcando as melancias na Estação de Vila Americana



Fonte Arquivo Histórico da Alesp. Exposição cenários das cidades de São Paulo.

Imagem 5 – Colheitadeiras de algodão da Fazenda Salto Grande



Fonte: ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Colheitadeiras de Algodão. Coleção Carioba

Imagem 6 – Trabalhadores da fábrica de fita Hans Schweizer (década de 1930)



Fonte: LEITE, Romildo de Paula. **Trabalhadores da Fábrica de Tecidos Schweizer Teares que teceram a história de Americana**. Publicado em: 31 ago. 2018. Disponível em: <https://textileindustry.ning.com/blog> . Acesso em: 16 fev. 2025.

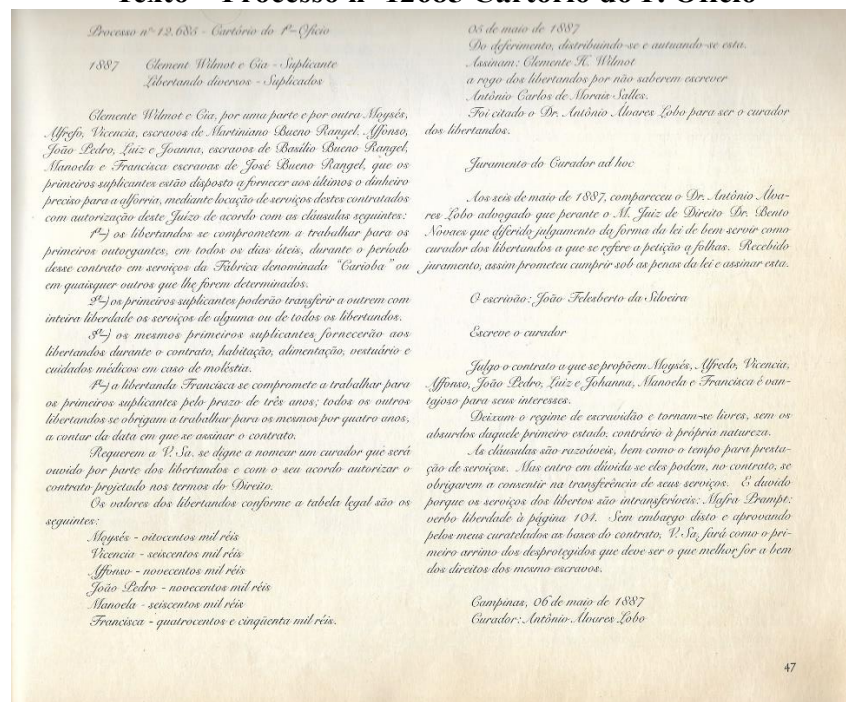
Aula 10	Outros Agentes históricos na formação de Americana – Parte 2 Mão de obra escravizada
10 min	<p>Etapa 22 – A mão-de-obra escravizada e a vida pós abolição em Villa Americana</p> <p>Texto elaborado para este trabalho, com o objetivo de buscar o aprofundamento do professor, para posterior exposição e discussão com os estudantes:</p> <p>Conforme aprendido na etapa dos ciclos econômicos, evidenciou-se que o escravismo foi amplamente utilizado nas lavouras da vila, e que a marginalização a que esse grupo esteve submetido se estendeu também para o campo histórico. A maioria dos escritos excluiu sua participação na história do município, bem como as violências a que foram submetidos. A inexistência desse grupo nos registros sobre o processo de abolição e no período pós-abolição, especialmente no século XX, também demonstra que a abolição não garantiu direitos nem a inserção dos ex-escravizados na sociedade. Pelo contrário, serviu como uma forma de ocultar o passado escravista, por meio da construção de uma identidade branca que afastava as marcas da escravidão e absolveia os senhores de suas responsabilidades. Nos escritos sobre a história da cidade, nenhum proprietário de terras foi retratado como dono de escravizados.</p>

20 min

Etapa 23 – Análise de Processo referente a locação de serviços de escravizados para a Fábrica de tecidos Carioba em 1887, com alforria após tempo de trabalho

Espera-se, nesta etapa, que os estudantes compreendam o processo de abolição e a preocupação em ressarcir os proprietários pelos prejuízos causados pela liberdade dos escravizados, que estava prestes a acontecer. Também é importante evidenciar a inserção dos ex-escravizados em um novo contexto de trabalho, com a industrialização.

Texto – Processo nº 12685 Cartório do P. Ofício



Fonte: GOBBO, Célia (Org.). **Preservando Nossa História: Americana.** São Paulo: Palas Atena, 1999.

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1a9xO6LfzG4XJkeel-JDzwZj9ZcmpjaNM>


Atividade de análise do Processo nº 12685 Cartório do P. Ofício

1- Qual os nomes dos “alforriandos”? R: Moysés, Vicência, Affonso, João Pedro, Manoela e Francisca.

2- Quem contratou os escravizados e para qual finalidade? R: Clemente Wilmot, um inglês proprietário da Fábrica de Tecidos Carioba na época, contratou-os para trabalhar nesta indústria.

3- Quem aluga os escravizados? O nome e sobrenome foi enaltecido na construção histórica de Americana? R: Basílio Bueno Rangel, responsabilizado pela fundação da cidade e outros membros da sua família.

4- Em qual período o processo foi formalizado? R: O processo foi formalizado durante o período pré-abolição, em 1887, um ano antes da abolição.

	<p>5- Quem é o responsável pela assinatura do processo? A qual outro acontecimento da história de Americana ele se relaciona? R: Antônio Alvares Lobo, envolvido no processo de emancipação política e administrativa de Villa Americana em relação a Campinas.</p>
20 min	<p>Etapla 24 – A falta de políticas de inserção dos ex-escravizados na sociedade, um caso específico de Americana.</p> <p>Imagem – Dionysio de Campos (1918 – Data provável)</p>  <p>Fonte – Acervo histórico e Pedagógico Municipal Dr João da Silva Carrão</p> <p>Texto:</p> <p>A história de Dionízio de Campos</p> <p>* Texto do Centro de Memória Afroamericanense “Dionyzio de Campos” adaptado para este trabalho.</p> <p>Dionízio de Campos nasceu por volta de 1848 na África, onde foi escravizado e trocado por uma caneca de ferro, conforme ele próprio relatava. Com pouco mais de sete anos, foi trazido ao Brasil e comprado pelos proprietários da Fazenda Salto Grande, onde recebeu seu nome. De acordo com relatos, durante seus trabalhos diários, sofreu um acidente ao ser atingido por uma árvore, o que resultou na perda de um de seus braços. Após a abolição da escravidão com a promulgação da Lei Áurea, Dionízio passou a prestar serviços para Rovíglio Bertine. Seu trabalho consistia em carregar uma cesta com o que fosse necessário para os sitiantes, como carretéis de linha, retalhos e miudezas em geral. Essa função era conhecida como correieiro. Sempre estava acompanhado de seu</p>

	<p>Fonte: GOBBO, Célia (Org.). Preservando Nossa História: Americana. São Paulo: Palas Atena, 1999. p.126</p> <p>1- A partir da localização das grandes indústrias de Americana e das cidades vizinhas, identifique qual aspecto geográfico atraiu as indústrias. Por quê? R: <u>O Rio Piracicaba, que abastecia as indústrias com água, essencial em grande escala nos processos de produção industrial.</u></p> <p>2- Quais instalações estão designadas por letras no mapa? R: <u>As usinas elétricas.</u></p> <p>3- Qual fator potencial de Americana para o estabelecimento de indústrias? R: <u>A presença do Rio Piracicaba, com grande volume de água para abastecer as indústrias, que também possibilitou a instalação de usinas elétricas para o fornecimento de energia elétrica.</u></p>
25 min	<p>Etapa 26 – O estabelecimento de migrantes na cidade de Americana Análise de curta-metragem sobre estabelecimento de mulheres migrantes na cidade de Americana:</p> <p>Passar as questões previamente para os estudantes, sem necessidade de anotar, só como referência para que eles busquem respostas no curta metragem.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais as motivações dessas mulheres para se estabelecerem em Americana? • Os sonhos e desejos são os mesmos? • Quais as principais dificuldades dessas mulheres no processo de estabelecimento na cidade? • Como elas percebem Americana? • Discussão sobre os elementos presentes no curta metragem. <p style="text-align: center;">Curta Metragem Legião Estrangeira</p> <p>TERRA ALHEIA. Curta-metragem completo - Legião Estrangeira: baseado no livro <i>Terra Alheia</i> de Luiz Solrak Lima. Canal Terra Alheia, 14 fev. 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CAUzu5ErV6U. Acesso em: 17 fev. 2025.</p> <p>Reflexão: De acordo com a aprendizagem e o curta-metragem, reflita sobre a participação dos migrantes na história da cidade. Promova uma reflexão com os estudantes sobre as contribuições dos migrantes para a diversidade cultural, o desenvolvimento econômico e urbano, a renovação demográfica, além das lutas sociais originadas pelas necessidades de sua integração, como direitos, inclusão e cidadania.</p>

Aula 12	Atividade Final – “Eu na minha cidade, minha cidade no Brasil e no Mundo”
15 min	<p>Etapa 27 - O Estudante na história da cidade</p> <p>Após a aprendizagem que enfatizou o pensamento crítico, buscando compreender as transformações sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo, e a percepção de que a cidade em que vive está inserida tanto no contexto nacional quanto internacional, possuindo também suas especificidades em relação às generalizações presentes nos livros didáticos, e que a representação histórica excluía diferentes atores, cabe à etapa final favorecer a percepção do estudante como participante ativo na história do local onde vive. Essa abordagem aproxima o estudante de seu cotidiano, promovendo uma maior identificação com a comunidade e o contexto histórico em que está inserido, sem perder de vista a macro-história.</p> <p>Pesquisa colaborativa com a família:</p> <p>Pesquisa história do estudante e da família na cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questionário como referência para uma produção textual • É possível saber desde qual geração da sua família está na cidade? • O que motivou a chegada da família na cidade? • Quando chegou? • Qual é o contexto histórico atual da cidade? • A quais acontecimentos históricos desenvolvidos durante a aprendizagem você acredita que sua família se inseriu na cidade? <p>*Além de relatos orais da família, o estudante pode utilizar documentos históricos familiares, como fotos, objetos e outros como base para a escrita do texto.</p> <p>Produção textual: “Eu na minha cidade, minha cidade no Brasil e no Mundo”</p>
35 min	<p>Avaliação:</p> <p>Apresentação final para a sala após a produção, com o apoio dos familiares e correções e orientações do professor, promovendo o enriquecimento do referencial de todos os estudantes com novas histórias compartilhadas.</p>

REFERÊNCIAS

FONTES

ESCRITORES AUTODIDATAS

BIANCO, Jessyr.(org); BRYAN, Abílio Serra; JONES, Judith MacKnight. **Americana: Edição Histórica**. Americana: Focus, 1975.

BRITO, Jolumá. **História da cidade de Campinas**. São Paulo: Saraiva, 1956, vol.18.

BRYAN, Abílio Serra. **Americana, sua história**. Americana: [s.n.], 1967.

CALDEIRA, João Netto. **Nossas Riquezas: Município de Villa Americana**. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1930.

FONTES PRIMÁRIAS

27 de agosto, data proposta para o centenário. **Jornal O Liberal**, Americana, 05 abr. 1975.

A FEPASA. **Exposição Ferrovias**. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_ferrovias/fepasa.php. Acesso em: 28 fev. 2025.

AMERICANA. **Lei nº 1.371, de 09 de junho de 1975**. Fixa a data de fundação da cidade e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Americana. Americana, SP. 09 jun, 1975.

AMERICANA. **Lei nº 3.579, de 18 de setembro de 2001**. Disciplina a comemoração do dia 12 de novembro, data de criação do Município, institui a Semana Municipal de Comemoração da Emancipação Política do Município de Americana e dá outras providências." Americana, SP. 18 set, 2001.

AMERICANA. **Lei nº 4.206, de 23 de setembro de 2005**. Institui o “Dia Princesa Tecelã”. Americana, SP. 23 set, 2005.

AMERICANA. **Lei nº 5.245, de 23 de setembro de 2011**. “Institui no Calendário Oficial do Município as Festividades ao Padroeiro Santo Antônio.” Americana, SP. 23 set, 2011.

AMERICANA. **Lei nº 6.146, de 20 de março de 2018**. “Inclui no Calendário Oficial do Município de Americana, as Festividades de São João Batista, do Bairro Carioba e dá outras providências.” Americana, SP. 20 mar, 2018.

AMERICANA. **Lei nº 939, de 10 de março de 1969**. "Dá nova redação à Lei que institui os feriados municipais (13 de junho – Dia do Padroeiro Santo Antônio)". Americana, SP. 10 de mar, 1969.

AMERICANA. **Processo nº 23.79, de 25 de Abril de 1975**, Comissão para fixar data de fundação da cidade. Câmara municipal de Americana. Americana, SP. 25 de abr, 1975.

CABRAL, Thainara. *'Rixa' entre cidades e migrantes em busca de oportunidade formaram Zona Leste de Santa Bárbara*. G1 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/santa-barbara-doeste-200-anos/noticia/2018/12/21/rixa-entre-cidades-e-migrantes-em-busca-de-oportunidade-formaram-zona-leste-de-santa-barbara.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2025.

G1. Portal de Americana já foi parcialmente demolido. **G1 Notícias**, São Paulo, 8 jan. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1440002-5605,00PORTAL+DE+AMERICANA+JA+FOI+PARCIALMENTE+DEMOLIDO.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GOBBO, Diógenes. 27 de agosto uma data polêmica. **O Liberal – Americana 134 anos**, Americana, a. 1, n.1, p. 11-11 ago. de 2009.

GOBBO, Diógenes. Incidente no centenário da imigração. **O Liberal – Americana 135 anos**, Americana, a. 2, n.2, p. 04-04 ago. de 2010.

GOOGLE. **História da Cidade de Americana – SP**. Gemini 2.0 Flash versão de 03 fev. 2025. Inteligência Artificial. Disponível em: <https://gemini.google.com/app?hl=pt-BR>. Acesso em: 09 fev. 2025.

META AI. **História da Cidade de Americana – SP**. Llama 3.3 versão 06 de fev. 2025. Inteligência Artificial. Disponível em: <https://www.meta.ai/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

O GLOBO. Depois de polêmica, estátuas de portal de Americana, em SP, são demolidas. **Bom Dia São Paulo e EPTV**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/depois-de-polemica-estatuas-de-portal-de-americana-em-sp-sao-demolidas-3070558>. Acesso em: 10 fev. 2025.

O LIBERAL. Historiador piracicabano comenta o centenário. **Jornal O Liberal**, Americana, 10 maio. 1975.

OPEN AI. **História da Cidade de Americana – SP**. GPT-4.0 versão de out. 2023. Inteligência Artificial. Disponível em: <https://chatgpt.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Americana/SP. **Plantas de loteamentos da cidade de americana**. Acesso em: 28 jan. 2025. Disponível em: <https://www.riamericana.com.br/index.php?pG=X19wbGFudGFzX2xvdGVhbWVudG9z>

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 9.775, de 30 de novembro de 1938**, Altera a denominação para Americana. <https://www.al.sp.gov.br/documentacao/municipios-paulistas/> acesso em 16/01/2025

SÃO PAULO (Estado). **Lei n.º 1983, de 12 de novembro de 1924**, Cria o Municipio de Villa Americana, com sede na povoação de mesmo nome, na Comarca de Campinas. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. São Paulo, SP. 12 de Nov, 1924.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONI, Gabriel Vinicius; GODOY, João Miguel Teixeira de. **História fabricada: Controvérsias em torno da fundação da cidade de Campinas**. Revista de História Regional v.16, n.1. p. 119-153, Verão, 2011.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694> . Acesso em: 08 12. 2024.

BITTENCOURT, Circe. **“Ensino de História: Fundamentos e Métodos”**. São Paulo: Cortez Editoras, 4ª ed., 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BURKE, Peter (org). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 7-38.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Sergio Tellaroli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DURAND, J. C.. Façonismo: produção familiar em tecelagem. **Revista de Administração de Empresas**, v. 25, n. 1, p. 05–14, jan. 1985.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)**. Bauru, SP; São Paulo: EDUSC: FAPESP, 2010.

GOBBO, Célia (Org.). **Preservando Nossa História: Americana**. São Paulo: Palas Atena, 1999.

GOUBERT, Pierre. **História Local**. História & Perspectivas, Uberlândia, nº 6, jan/jun, p.45-56, 1992.

GUEDES, Elisabete. et al. **Americana – SP, uma história entre rios: das sesmarias a Salto Grande**. Rio de Janeiro: Telha, 2023.

HOBSBAWM, Eric. O sentido do Passado. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22-35.

_____. Introdução: A Invenção das tradições. In HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, pp. 8-25.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870-1914. In HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz

e Terra, 2014, pp. 337-395.

JONES, Judith MacKnight. **Soldado descansa: uma epopéia americana sob os céus do Brasil**. São Paulo: Edições Jarde, 1967.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de; GODOY, João Miguel Teixeira de (org). Perspectivas e Desafios para uma História de Campinas. In: **Campinas: visões de sua história**. Campinas: Átomo, 2006, p.12-39.

PEREIRA, Lucas Rosa. **Cidade em jogo: uma proposta para o ensino de história local da cidade de Campinas**. Dissertação (Mestrado Profissional) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2020.

PRATES, Sara Fonseca. **“Projeto Raízes”: o estudo do meio fazendo história**. 2018. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2018. Orientador: Jorge Luís Mialhe.

RIBEIRO, Maria José, L.V (Org.). **Descobrimos Americana: um grande salto**. Americana, SP: Prefeitura Municipal de Americana, 2008.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas das origens ao futuro: Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1739-1992)**. Ed. da Unicamp, Campinas: 2002. p. 57-86.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915**. 4. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2017.

SILVA, André Luiz da. **História e Inteligência Artificial: uma análise sobre as percepções de discentes sobre a automação da pesquisa e do ensino em História**. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 24, n. 83, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.24.083.DS02>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Linhares, Maria Yedda L. Região e história agrária. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8 n. 15 1995, p. 17-26.

STOCK, Suzete de Cássia Volpato. **Benamata: um lugar, uma herança**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2009.

TAGIAROLI, Guilherme. **Como chatbots aprendem? De onde vem as respostas que eles dão?** *Tilt Uol*, 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/02/09/chatbots-inteligentes.htm>. Acesso em: 09 fev. 2025.

TERCI, Eliana Tadeu. **Industrialização e seus impactos na urbanização do interior**

paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Barbara d' Oeste. História Econômica & História de Empresas, v. XII, p. 33-69, 2009.

ANEXOS

Anexo I

Resultado de texto do comando História da Cidade de Americana-SP na IA Gemini

Americana, localizada na Região Metropolitana de Campinas, tem suas raízes fincadas no século XIX, quando a região era conhecida como Salto Grande. Em 1875, a chegada do engenheiro americano William John McNally e sua família, junto com outros imigrantes dos Estados Unidos, marcou o início da história da cidade. Estabelecidos na então Vila de Santa Bárbara, os americanos encontraram na região um ponto de parada da linha de diligência que ligava Campinas a Piracicaba.

O desenvolvimento inicial de Americana está intrinsecamente ligado à construção da ferrovia. Em 1877, foi inaugurada a estação de trem que se tornaria um marco para o crescimento local. Batizada como "Estação da Villa Americana", em homenagem aos americanos que ali se estabeleceram, a estação impulsionou o desenvolvimento da região e contribuiu para que o nome "Americana" se popularizasse, dando origem ao nome da cidade.

No início do século XX, a instalação de grandes indústrias têxteis impulsionou o crescimento da cidade, atraindo trabalhadores de diversas partes do Brasil. Americana se tornou um importante centro industrial, conhecido como a "Princesa Têxtil".

Com o passar dos anos, a economia de Americana se diversificou, abrangendo outros setores além da indústria têxtil. Atualmente, a cidade se destaca pela qualidade de vida, com áreas verdes, parques e uma infraestrutura bem desenvolvida.

Em resumo, a história de Americana pode ser dividida em três fases principais:

1. **Fundação e povoamento (século XIX):** Chegada dos imigrantes americanos e desenvolvimento da região em torno da estação de trem.
2. **Desenvolvimento industrial (século XX):** Instalação das indústrias têxteis e crescimento da cidade.
3. **Atualidade (século XXI):** Diversificação da economia e consolidação de Americana como um importante centro urbano.

Alguns pontos importantes sobre a história de Americana:

- A cidade recebeu esse nome em homenagem aos imigrantes americanos que se estabeleceram na região.
- A instalação de indústrias têxteis impulsionou o crescimento da cidade no século XX.
- Americana é conhecida como a "Princesa Têxtil" devido à sua forte tradição na produção de tecidos.
- Atualmente, a economia da cidade é diversificada, com destaque para os setores industrial, comercial e de serviços.

Fonte: Google. **História da Cidade de Americana – SP.** Gemini 2.0 Flash versão de 03 fev. 2025. Inteligência Artificial. Disponível em: <https://gemini.google.com/app?hl=pt-BR>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Anexo II

Resultado de texto do comando História da Cidade de Americana-SP na IA Llama

A cidade de Americana, localizada no estado de São Paulo, Brasil, tem uma rica e fascinante história que remonta ao final do século XIX.

A história de Americana começa em 1866, quando um grupo de imigrantes americanos, principalmente da Confederação, chegou ao Brasil. Esses imigrantes estavam fugindo da Guerra Civil Americana e buscavam uma nova oportunidade no país.

Em 1875, um grupo de 35 famílias americanas chegou à região que hoje é Americana, com o objetivo de estabelecer uma colônia agrícola. A região era então conhecida como "Vila dos Americanos" e era parte do município de Campinas.

Nos anos seguintes, a colônia cresceu rapidamente, com a chegada de mais imigrantes americanos e a expansão da agricultura e da pecuária. Em 1887, a Vila dos Americanos foi elevada à categoria de distrito de paz, e em 1904, foi emancipada de Campinas e tornou-se um município autônomo.

Durante o século XX, Americana continuou a crescer e a se desenvolver, com a expansão da indústria, do comércio e da agricultura. A cidade também se tornou um importante centro cultural e educacional, com a fundação de escolas, universidades e instituições culturais.

Hoje em dia, Americana é uma cidade próspera e vibrante, com uma população de cerca de 240.000 habitantes. A cidade é conhecida por sua rica história, sua arquitetura colonial e sua forte identidade cultural. Além disso, Americana é um importante centro de comércio e indústria, com uma economia diversificada que inclui a agricultura, a pecuária, a indústria têxtil e a logística.

Fonte: Meta AI. **História da Cidade de Americana – SP**. Llama 3.3 versão 06 de fev. 2025. Inteligência Artificial. Disponível em: <https://www.meta.ai/> . Acesso em: 09 fev. 2025.

Anexo III

Resultado de texto do comando **História da Cidade de Americana-SP na IA GPT**

A cidade de Americana, localizada no estado de São Paulo, tem uma história rica e interessante. Fundada em 19 de fevereiro de 1875, Americana começou como um pequeno povoado que se desenvolveu ao redor da estação ferroviária da Estrada de Ferro São Paulo Railway. O nome "Americana" foi escolhido em homenagem aos imigrantes norte-americanos que se estabeleceram na região, especialmente aqueles que vieram para trabalhar nas plantações de café.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a cidade cresceu rapidamente, impulsionada pela agricultura e pela chegada de imigrantes de diversas nacionalidades, como italianos, espanhóis e alemães. Essa diversidade cultural contribuiu para a formação da identidade local.

Com o passar dos anos, Americana se industrializou e se tornou um importante polo econômico, especialmente nas áreas de têxtil e de móveis. A cidade também se destacou pela qualidade de vida e pela infraestrutura, atraindo novos moradores e empresas.

Hoje, Americana é uma cidade vibrante, com uma população diversificada e uma economia em crescimento, mantendo suas raízes históricas enquanto se adapta às demandas do mundo moderno.

Fonte: OpenAI. **História da Cidade de Americana – SP**. GPT-4.0 versão de out. 2023. Inteligência Artificial. Disponível em: <https://chatgpt.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2025.